



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

GÁUDIA MARIA COSTA LEITE PEREIRA

**(RE)CONHECIMENTO DOS CMDRS COMO ETAPA ESTRATÉGICA
PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA
TERRITORIAL NO AGRESTE MERIDIONAL – PE**

JUAZEIRO – BA

2018

GÁUDIA MARIA COSTA LEITE PEREIRA

**(RE)CONHECIMENTO DOS CMDRS COMO ETAPA ESTRATÉGICA
PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA
TERRITORIAL NO AGRESTE MERIDIONAL – PE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Petrolina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural. Área de Concentração Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial.
Orientadora: Profa. Dra. Monica Aparecida Tomé Pereira.
Co-Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira.

JUAZEIRO – BA

2018

	Pereira, Gáudia M. C. L.
P436r	(Re)conhecimento dos CMDRS como etapa estratégica para o alcance dos objetivos da política territorial no agreste meridional – PE / Gáudia Maria Costa Leite Pereira. -- Juazeiro-BA, 2018.
	xx, 115 f. : il. ; 29 cm.
	Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Espaço Plural, Juazeiro - Bahia, 2018.
	Orientadora: Prof ^ª . Dr ^ª . Monica Aparecida Tomé Pereira.
	1.Políticas públicas. 2. Desenvolvimento Territorial. I. Título. II. Pereira, Monica Aparecida Tomé. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 320.6

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

GÁUDIA MARIA COSTA LEITE PEREIRA

(RE)CONHECIMENTO DOS CMDRS COMO ETAPA
ESTRATÉGICA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA
POLÍTICA TERRITORIAL NO AGRESTE MERIDIONAL – PE

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural, Área de Concentração Instituições Sociais e Desenvolvimento Territorial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

Aprovada em 31 de julho de 2018

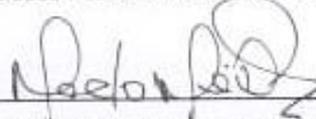
Banca Examinadora



Prof. Dra. Monica Aparecida Tomé Pereira (Orientadora)
Universidade Federal do Vale do São Francisco



Prof. Dr. Victor Pereira de Oliveira (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco



Prof. Dr. Marcelo Miná Dias (Examinador Externo)
Universidade Federal de Viçosa

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas que, voluntariamente, representam nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, suas instituições e segmentos, buscando justiça social para todos, priorizando quem mais precisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo amor incondicional que Tem por mim.

À Espiritualidade Superior, que me acompanha, orienta e protege.

À Monica Tomé, minha Orientadora, um ser humano maravilhoso. Uma verdadeira companheira e incentivadora. Muito obrigada por acreditar em mim. Sua competência, compromisso com a pesquisa e a educação me inspiram.

À Lúcia Marisy, minha Co-Orientadora, um verdadeiro exemplo de sabedoria e ativismo social, a Extensão Rural em pessoa. Quando eu crescer, quero ser como a Senhora.

Agradeço a Victor Pereira, por despertar em mim o interesse e incentivar o meu retorno a Academia, e ao Marcelo Miná, pela gentileza em me auxiliar nesse processo. Vocês são grandes referências para mim.

Às minhas tias Aldenora (in memoriam), Aldenice (in memoriam) e Alidenor (in memoriam) que me educaram, me ensinaram com seus exemplos a ser solidária, a respeitar e servir ao próximo com dignidade. Elas me amaram (amam) como mais ninguém nesse mundo. Elas fizeram de mim, gente.

À Analice, minha mãe, pelo amor, paciência e por entender que a distância é necessária. Obrigada por ter criado seus filhos para o mundo e obrigada por rezar e torcer por mim, mãe!

Agradeço a José Edilson, meu marido, por todo amor, respeito, apoio, desprendimento e incentivo. Pela paciência por tanto tempo de ausência. Eu amo e admiro muito você, lcinho!

À Xenusa, minha grande amiga. O instrumento de Deus para eu chegasse, permanecesse e concluísse esse mestrado. A minha companheira de trabalhos científicos e congressos. Obrigada pelas orientações, paciência e incentivo. Sigamos vida a fora.

A João Batista, meu grande amigo, pelo companheirismo e parceria nas trocas de ideias e contribuições nos momentos finais da construção dos textos.

Agradeço a Ana Paula, minha colega amiga, pela amizade, boa vontade, prestatividade, gentileza, atenção e carinho com que me tratou durante todo mestrado. Ana, sem você eu não teria conseguido.

Aos amados “*Amigos Arretados*”: Ana, Clésio, Jaldo, Antônio Fernandes, José Fernandes, Heloísa, Jussara, Maria Cândida, Paulo e Terezinha. Agradeço também a Rosinha, Claudinho, Daniela, Sônia e Diegão. Vocês tornaram o mestrado prazeroso e os meus dias mais leves. Vamos levar essa amizade para a vida? Amo vocês.

Aos demais colegas de turma. A interação nas discussões enriqueceu meu conhecimento.

Aos queridos Professores. Eu fiquei encantada pela capacidade de cada um de vocês. São realmente um show a parte. Têm minha profunda admiração e gratidão.

Aos servidores da UNIVASF, uma verdadeira equipe humanizada. Nas portas que bati, e não foram poucas, sempre fui acolhida com sorrisos e gentilezas. Isso é muito importante para quem chega aí, como eu, sem conhecer ninguém...

Aos meus amigos do CPP Petrolina: João, Inês, Denis, Edvaldo, Almeida e Fátima, quando estou aí com vocês, eu me sinto em casa.

Agradeço a Geová, um amigo muito querido, que me levou e trouxe tantas vezes do Agreste para o Sertão e vice versa, foram viagens tão longas... Tantas conversas, tantas risadas, tantas gentilezas, tantas orações. Muito obrigada meu amigo.

Por fim, um agradecimento especial aos integrantes dos CMDRS dos municípios de Caetés: Uedislaine e Lucivalter (Galego); São Bento do Una: Araci Miranda; Tupanatinga: José Carlos; e Itaíba: Aparecida (Cida) e Antônia Tavares (Tonha), pelo respeito, atenção, carinho, disponibilidade e total apoio para que essa pesquisa fosse realizada. Vocês são verdadeiros exemplos a serem seguidos. Admiro profundamente a liderança que vocês desenvolvem. Eu sou feliz por ter vocês em meu caminho.

EPÍGRAFE

"Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade".

Paulo Freire

RESUMO

Historicamente, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a gestão de políticas públicas estava centralizada no poder executivo. A Constituição estabeleceu uma gestão descentralizada, feita também com a participação da sociedade civil, através de Conselhos. Estes devem contar com representantes dos segmentos beneficiados pelas políticas específicas e interessados em se envolverem com a implementação de ações relacionadas ao tema destas políticas a serem trabalhadas nos municípios em que atuam. Com essa determinação legal, vários mecanismos de relacionamento entre Estado e sociedade civil foram criados nas últimas décadas, buscando uma renovação, com maior participação social nas práticas de planejamento, elaboração, implementação e gestão de políticas públicas. Com a criação dos conselhos, um dos principais gargalos nos processos organizacionais voltados à participação social seria enfrentado, pois acredita-se que a implementação bem-sucedida de ações nos municípios depende de atores sociais comprometidos, capazes e influentes, qualificados, protagonistas que possuam visão estratégica, que atuem no controle social das políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento sustentável. O objetivo desta pesquisa foi analisar o papel e a relevância dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, enquanto órgãos consultivos e de controle social das políticas públicas para agricultura familiar. Para tanto, foram identificados e descritos o funcionamento de quatro CMDRS do Agreste Meridional de Pernambuco: Caetés, Itaíba, Tupanatinga e São Bento do Una, que são reconhecidos por participarem ativamente das reuniões do Colegiado Territorial, fazerem reuniões mensais regulares e produzirem atas, que serviram de documentos para análise nesta pesquisa. A pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa e descritiva.

Palavras-chave: CMDRS; desenvolvimento territorial; empoderamento; políticas públicas; agricultura familiar.

ABSTRACT

Historically, until the enactment of the 1988 Federal Constitution, public policy management was centralized in executive power. The Constitution established a decentralized management, also made with the participation of civil society, through Councils. These should have representatives of the segments benefiting from the specific policies and interested in being involved in the implementation of actions related to the subject of these policies to be worked in the municipalities in which they operate. With this legal determination, several mechanisms of relationship between State and civil society were created in the last decades, seeking a renewal, with greater social participation in the practices of planning, elaboration, implementation and management of public policies. With the creation of councils, one of the main bottlenecks in organizational processes aimed at social participation would be faced, since it is believed that the successful implementation of actions in municipalities depends on committed, capable and influential social actors, qualified, protagonists who have vision strategy, which act in the social control of public policies, with a view to sustainable development. The objective of this research was to analyze the role and relevance of the Municipal Councils of Sustainable Rural Development - CMDRS, as advisory and social control bodies of the public policies for family agriculture. For this purpose, four CMDRS of Meridional Agreste of Pernambuco have been identified and described: Caetés, Itaiba, Tupanatinga and São Bento do Una, which are recognized for actively participating in meetings of the Territorial Collegiate, holding regular monthly meetings and producing minutes, which served as documents for analysis in this research. The research was based on a qualitative and descriptive approach.

Keywords: CMDRS; territorial development; empowerment; public policy; family farming.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do salário mínimo brasileiro período de 1993 a 2014.	36
Gráfico 2: Evolução do Índice Gini Brasileiro no período de 1995 a 2011.	37
Gráfico 3: Distribuição de Territórios Rurais e de Cidadania por Regiões do Brasil – 2018. Valores absolutos.	58
Gráfico 4: Distribuição de Territórios Rurais e Cidadania por Regiões do Brasil 2018.	58
Gráfico 5: Número de Municípios por Territórios Rurais e Cidadania nas Regiões do Brasil – 2018	59
Gráfico 6: Composição em percentuais do poder público e sociedade civil do CMDRS de Caetés, 2018.	75
Gráfico 7: Políticas públicas discutidas e deliberadas no CMDRS de Caetés no período de janeiro 2015 a dezembro de 2017.	76
Gráfico 8: Principais temas discutidos e deliberados nas reuniões do CMDRS Caetés no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017.	77
Gráfico 9: Composição em percentuais do poder público e sociedade civil do CDM de Tupanatinga, 2018.	81
Gráfico 10: Políticas públicas discutidas e deliberadas no CDM de Tupanatinga no período de janeiro 2015 a dezembro de 2017.	82
Gráfico 11: Principais temas discutidos e deliberados nas reuniões do CDM de Tupanatinga no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017.	83
Gráfico 12: Composição em percentuais do poder público e sociedade civil do CMDR Itaíba, 2018.	87
Gráfico 13: Políticas públicas discutidas e deliberadas no CMDR de Itaíba no período de janeiro 2015 a dezembro de 2017.	88
Gráfico 14: Principais temas discutidos e deliberados nas reuniões do CMDR de Itaíba no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017.	89
Gráfico 15: Composição em percentuais do poder público e sociedade civil do CMDRS São Bento do Una, 2018.	93
Gráfico 16: Políticas públicas discutidas e deliberadas no CMDR de São Bento do Una no período de janeiro 2015 a dezembro de 2017.	94
Gráfico 17: Principais temas discutidos e deliberados nas reuniões do CMDRS de São Bento do Una, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017.	95

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa dos Municípios que compõem a CODETAM.....	69
Figura 2: Rota do percurso entre Caetés e Recife.	72
Figura 3: Rota do percurso entre Tupanatinga e Recife.....	79
Figura 4: Rota do percurso entre Itaíba e Recife.....	84
Figura 5: Rota do percurso entre São Bento do Una e Recife.	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2CNATER	Segunda Conferência Nacional de ATER
ADAGRO	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
AESGA	Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATIP	Assessora Territorial para Inclusão Produtiva
BB	Banco do Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
CDCA	Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
CDDPM	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CF	Constituição Federal
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIAT	Comissão de Instalação das Ações Territoriais
CMDRS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social

CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CNPCT	Conselho Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPS	Conselho Nacional da Previdência Social
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNT	Conselho Nacional de Turismo
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Meio Ambiente e Desenvolvimento
CODEAM	Comissão de Desenvolvimento do Agreste
CODETAM	Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONAPE	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública
CONCIDADES	Conselho das Cidades

CONDEPE	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CONSAD	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPANEMA	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale do Ipanema
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CUT	Central Única de Trabalhadores
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado de Pernambuco
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento Municipal
FUMAC	Fundo Municipal de Apoio Comunitário
FUNTEPE	Fundo de Terras do Estado de Pernambuco
GERES	Gerência Regional de Saúde
GRE	Gerência Regional de Educação
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICN	Instituto de Capacitação e Cidadania do Nordeste

ICV	Índice de Condição de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Instituto Agronômico de Pernambuco
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAARA	Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
MGTPS	Plano de Gestão Territorial do Plano Safra
MI	Ministério da Integração Nacional
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEDET	Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organizações Sociais
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PAC	Programa de Apoio Comunitário
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PMDRSS	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDRSS	Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
PNSA	Política Nacional de Segurança Alimentar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROINF	Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRORURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PT	Partido dos Trabalhadores
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PTDRSS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
RD	Região de Desenvolvimento
Rio+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar

SARA	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STTR	Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UPE	Universidade de Pernambuco
WCS	World Conservation Strategy
WWF	World Wide Fund for Nature.

SUMÁRIO

1	DESENVOLVIMENTO.....	27
1.1	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	27
1.1.1	Políticas públicas para a agricultura familiar	27
1.1.2	Impactos das políticas públicas	35
1.1.3	Protagonismo social através da conscientização emancipadora	39
1.1.4	Empoderamento	43
1.1.5	Desenvolvimento Sustentável	46
1.1.6	Abordagem Territorial Para o Desenvolvimento Sustentável.....	48
1.1.6.1	Território Espaço e Cultura	48
1.1.6.2	Ordenamento territorial para o desenvolvimento sustentável.....	50
1.1.6.3	Histórico da Política Territorial no Brasil, para além do MDA	53
1.1.7	Conselhos.....	60
1.1.7.1	Breve histórico sobre Conselhos	60
1.1.7.2	Conselhos de Políticas Públicas na Constituição Federal de 1988	62
1.1.7.3	CMDRS	64
1.1.7.3.1	<i>Histórico dos CMDRS no Brasil</i>	64
1.1.7.3.2	<i>CMDRS em Pernambuco</i>	65
1.2	MATERIAIS E MÉTODOS	67
1.3	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	69
1.3.1	Característica dos municípios pesquisados.....	69
1.3.1.1	Caetés.....	72
1.3.1.2	CMDRS Caetés	74
1.3.1.3	Tupanatinga	78
1.3.1.4	CDM Tupanatinga	80
1.3.1.5	Itaíba.....	84
1.3.1.6	CMDR de Itaíba	86
1.3.1.7	São Bento Do Una	91
1.3.1.8	CMDRS – São Bento do Una.....	92
2	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100
	ANEXO.....	114

INTRODUÇÃO

O controle social de políticas públicas voltadas para desenvolvimento sustentável a partir da estratégia territorial, que tem como foco de investimento o fortalecimento da agricultura familiar é relativamente recente na história brasileira. Iniciou-se no Agreste Meridional de Pernambuco em 2003.

Nas últimas décadas, as oportunidades da participação em fóruns, câmaras temáticas, conselhos, plenárias, colegiados territoriais vêm sendo ampliadas. Essa participação efetiva, para a qual a sociedade é convidada a intervir de forma proativa é, porém, um processo complexo de construção do empoderamento social, pois pressupõe considerar um leque de variáveis nem sempre fáceis de serem alcançadas: formação pessoal sobre o tema em pauta; desnível de conhecimento entre os participantes – agricultores, gestores, técnicos; disponibilidade de tempo para participar dos eventos tanto no município como em outras cidades; recursos, dinheiro e transporte, para ter condições de participar dos eventos; práticas de diálogos e embates em grupos relativamente grandes e diversos...

O objetivo desse trabalho é analisar o papel e a relevância dos CMDRS enquanto órgãos consultivos e deliberativos de controle social das políticas públicas de desenvolvimento local sustentável, com foco no fortalecimento da agricultura familiar.

O tema trabalhado nessa proposta tem origem e motivação em reflexões realizadas a partir da vivência que tenho como profissional de extensão rural, atuando há mais de vinte anos assessorando agricultores familiares no Agreste Meridional de Pernambuco em suas organizações, sejam essas, associações, cooperativas, sindicatos e acompanhando suas participações em conselhos e colegiado do território, sendo os últimos anos como Assessora Territorial de Inclusão Produtiva – ATIP (convênio MDA/IADH/COOPANEMA-2014/2016) e Assessora Territorial de Gêneros – ATGE (Convenio MDA/CNPQ-2015/2016).

Localizado entre a Zona da Mata e o Sertão Pernambucano, essa Mesorregião do Agreste ocupa uma área de transição entre esses dois biomas, apresentando como características atributos relativos a mata atlântica e a caatinga, entremeando ora um ora outro, com marcações mais evidentes. Na atualidade, 20 municípios fazem a composição do Território do Agreste Meridional de Pernambuco, constituídos por: Águas Belas, Buíque, Iati, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Pedra, Venturosa,

Angelim, Bom Conselho, Caetés, Capoeiras, Garanhuns, Ibirajuba, Manarí, Paranatama, Saloá, São Bento do Una, Terezinha e Tupanatinga. Ocupa uma área com 13.153 km² distribuídas com variadas altitudes, desde 350m em Inajá à 1.030m em Garanhuns, expondo diferentes condições climáticas, tanto de temperaturas quanto de regimes pluviométricos. Quanto aos solos, verifica-se a predominância de textura de arenosa à média em todos os municípios.

De acordo com informações do IBGE (2010), o contingente populacional do território é de 587.086 habitantes, dos quais 257.840 residem na área rural, o que correspondem a 42,7% do total, apresentando alta concentração populacional ao considerar-se que a média da população rural no Brasil, na atualidade, é de cerca de 16,0%. A área rural desse território é composta majoritariamente por agricultores familiares, além de 40 comunidades quilombolas reconhecidas e 4 povos indígenas (Fulni-ô, Kambiwa, Capinawá e Tuxá), assentamentos rurais do Programa Nacional de Crédito Fundiário e do INCRA, algumas colônias de pescadores artesanais e um menor quantitativo de grandes propriedades rurais, quando comparado a outros territórios pernambucanos, principalmente com os da Zona da Mata. Assim, tanto os critérios estabelecidos pelo IBGE quanto àqueles atribuídos a Veiga (2002) permite o enquadramento do Agreste Meridional como território rural.

Durante esses anos de experiência, foi possível perceber que os acontecimentos locais (disputas de poderes, interesses por ocupar espaços de decisões políticas, união para economia solidária, dificuldades em logística, desnível entre os membros dos colegiados, motivação oscilante conforme atendimento ou frustração das expectativas, etc.) primordialmente poderiam ser entendidos e considerados como originais, ao interagir com colegas de outros territórios percebemos que são situações que se repetem em contextos semelhantes e que, em verdade, estão relacionados a processos sociais e políticos em outras regiões do Estado e mesmo do País.

Sendo assim, ao estudarmos sobre os eventos que se sucedem no local, isto nos reportará à necessidade de pensarmos nos processos externos que promoveram, através da estratégia do Desenvolvimento Territorial, como sinônimo de garantia de participação e controle social que legitimaria as ações dos governos, promoveria autenticidade e pertinência das propostas de investimentos.

O trabalho traz uma abordagem sobre a constituição dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável como exigência para o Estado de PE acessar

recursos através de convênios junto ao Governo Federal, nos quais o Estado entraria com contrapartida de até 20% dos investimentos e o Governo Federal cobriria a diferença, a exemplo do PRONAF Infraestrutura.

Veremos que os conselhos dos municípios pesquisados e sua importância como aglutinadores de instituições e legítimos porta-vozes do todo da sociedade, de instituições públicas locais vinculadas às instâncias de governos, mas principalmente como aglutinador de instituições dos trabalhadores rurais a exemplo de sindicatos, associações e cooperativas vinculadas ao ambiente rural. Poderemos observar que essas entidades locais interagem de forma bastante dinâmica, numa relação dialética, com atores de fora do município, com instâncias estadual e federal, influenciando e sofrendo influências que se manifestam através de alguns planejamentos e forma de gestão.

Destacamos também a temática do controle social como resultante do empoderamento da sociedade civil tendo nos CMDRS, instrumentos importantíssimos na relação de intercâmbio entre as entidades sociais e fortalecimento destas na interação com o poder público.

A pesquisa traz uma contextualização situando na estratégia territorial para promoção do desenvolvimento sustentável, iniciando o estudo sobre a implantação da Política Territorial no Brasil, apresentando o programa nacional e expectativas quanto a resultados e métodos, chegando à implantação da Comissão de Desenvolvimento Territorial do Agreste Meridional de Pernambuco – CODETAM – Território de Cidadania, instância responsável pela discussão e proposição de várias políticas públicas.

Foi constatada a importância efetiva dos CMDRS a partir de suas propostas de políticas públicas conforme descrições presentes nas atas e suas estratégias adotadas para conseguirem alcançar um controle social efetivo na implantação das referidas políticas públicas em seus municípios. Ao analisar os conteúdos, conforme o levantamento da pesquisa documental com base na análise das atas, listas de presença, estatutos e planejamentos, ficam também evidenciados os desafios e perspectivas.

A leitura e análise das atas trazem o levantamento das discussões ocorridas nas reuniões dos CMDRS em busca de uma prática efetiva. Fazendo uma leitura crítica relativa às semelhanças e diferenças entre os quatro CMDRS dos municípios. Pois mesmo estando discutindo temas relativos a políticas públicas semelhantes, trazem

abordagens e jeitos próprios de se manifestarem e definirem caminhos a seguir, bem como mostram graus diferentes na abordagem dos temas e construção dos registros.

Será possível se fazer um olhar sobre as perspectivas e visão de futuro quanto ao desenvolvimento dos respectivos municípios e região, elementos motivadores que promovem a articulação e protagonismo local, principais temas abordados e seus significados no contexto do desenvolvimento territorial.

Os resultados da pesquisa abordam o protagonismo dos CMDRS na elaboração e controle na Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra – MGTPS e dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS. Esses dois planos servem de referência para o Governo Federal dar materialidade às ações concretas das políticas públicas e são construídos a partir das demandas levantadas pelos CMDRS levadas ao Colegiado Territorial e repassadas ao MDA. Na estruturação final do MGTPS a equipe do governo federal considera outros espaços de discussão como as Conferências Setoriais e pesquisas sobre situações sócio econômicas dos territórios, a exemplo de secas, incentivo de algum setor estratégico, índices de pobreza e vulnerabilidade, levantamento sobre políticas públicas em curso no Território, etc.

Tendo, o CMDRS, sua relevância reconhecida, tanto pelos próprios conselheiros, como pelas instâncias externas que os percebem como principais elos de conexão entre as políticas territoriais e os municípios. São eles que promovem o debate e a elaboração das propostas de projetos como respostas às demandas locais e quando estas são aprovadas eles fazem chegar ao Colegiado Territorial que encaminha ao Governo Federal a exemplo do Programa Nacional de Infraestrutura e Serviços - PROINF.

Quando os projetos são aprovados e os recursos liberados para os investimentos são os CMDRS que fazem com que as ações concretas sejam implementadas para o desenvolvimento dos seus municípios, mantendo um vínculo real com o Colegiado Territorial, pois este é o responsável pela implantação das ações concretas, sendo o CMDRS o ente municipal do Território. Por isso, se torna importante conhecer mais de perto a atuação e o verdadeiro papel dos CMDRS e para atender a essa necessidade. Para tanto a pesquisa realizou uma verificação e análise buscando entender a relevância e importância efetiva dos CMDRS na

implementação e monitoramento das políticas públicas em seus municípios, ações estas, dos vários municípios, que se somam para o Desenvolvimento Territorial.

Destacamos dentre as questões propostas àquelas relativas à estrutura física para funcionamento de alguns CMDRS, assim como também sobre o empoderamento político tanto dos conselheiros, observando ao que está descrito nas atas, quanto o poder dos CMDRS enquanto instituições com identidade bem definida e representante de um grande segmento social importante nos municípios, que é a população rural, em sua maioria, agricultores familiares.

Outra questão observada é referente à quantidade de pessoas envolvidas no processo, em geral tida como poucas pessoas para atuarem como líderes nos diferentes e variados espaços de incidência. Identificamos que há dificuldade em encontrar pessoas que queiram assumir as cadeiras nos conselhos e isto se dá por diferentes motivos, sendo que muitas vezes trata-se de dificuldades objetivas que incluem falta de recursos financeiros, indisponibilidade de tempo, desmotivação pela demora em liberação projetos, frustração com os resultados e discrepância entre o que é discutido e o que realmente pode ser feito...

Ainda, embora a proposta político-estratégica e a regulamentação de formação legal dos CMDRS sigam o mesmo roteiro normativo fornecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, verificamos que há diferenças importantes no *modus operandi* de cada CMDRS. Por que isso ocorre? Dentre os vários formatos presentes nos CMDRS pesquisados, há um modelo mais apropriado e efetivo?

Trazemos, pois, um estudo do perfil das instituições e suas diversas formas de atuações nos diferentes níveis e instâncias políticas. Bem como, verificamos seu grau de eficiência através da operacionalização de práticas exitosas junto à população local que contribuam para o Desenvolvimento Territorial.

Nesse estudo, foram tratadas, além das questões de práticas dos CMDRS, questões conceituais, que podem ser divulgadas e servirem de consulta por pessoas membros ou que atuam junto aos conselhos e podendo mesmo ser replicadas por outros conselhos ou instancias similares de participação social. Também se mostra importante para gestores público que poderão se inspirar para contribuírem de forma mais direcionada e objetiva, visando conseguir maior participação efetiva da sociedade na gestão pública, através do levantamento das demandas, transparência

na aplicação dos recursos, monitoramento na execução de ações e projetos e avaliação dos resultados, prezando pela coisa pública.

Esse trabalho faz uso do método de pesquisa qualitativa e tem caráter descritivo, considerando que as informações e as análises foram descritas, relatando e avaliando as características da população do fenômeno em estudo (GODOY, 1995).

A metodologia qualitativa está foi adotada por apresentar-se mais adequada enquanto se refere à subjetividade das informações coletadas que só podem ser entendidas considerando a sua origem e seus vínculos político sociais. No que se refere à apresentação dos resultados das coletas de informações e registros das análises, foi feita uma descrição organizada conforme distribuição dos assuntos em capítulos.

Nos quatro CMDRS analisados, há lideranças muito bem definidas, facilmente identificadas pela boa incidência nos espaços de negociação e de poder se fazendo presentes nos eventos Territoriais e Estaduais. Estudar o perfil dessas instituições e o que as fazem ocupar esses espaços e serem efetivas em seu protagonismo, é importante para percebermos nuances que norteiam a operação de suas práticas junto à população local que contribuem para o Desenvolvimento Territorial fazendo que esses CMDRS consigam se manter e se afirmarem como entidades percebidas e respeitadas pelos gestores públicos e a sociedade em geral.

Por que uns CMDRS funcionam e outros não? De que modos os CMDRS são considerados como questão importante para a política de Desenvolvimento Rural ou de Desenvolvimento Territorial? Como o desempenho dos CMDRS impacta na formulação e execução das políticas públicas para agricultura familiar?

A busca de respostas para essas questões nos traz à tona a reflexão sobre a dimensão do poder, ou seja, da destinação de recursos, das ações e dos objetos de quem os detém e que são capazes de alterar ambientes e formas de comportamentos. Se, de forma positiva, poderá utilizar as potencialidades existentes nos mais recônditos cantos e transformá-las, tornando-se uma espécie de mola propulsora capaz de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico de localidades até então estagnadas, porém quando não ocorre o interesse, o atraso se posta e passa a ser o reflexo de uma sociedade subdesenvolvida.

Para a obtenção de respostas à esses questionamentos foi de fundamental importância à investigação e comparação com estudos já realizados que seguem os eixos temáticos mencionados anteriormente: CMDRS e Desenvolvimento; e

Desigualdades e Políticas Públicas, que fundamentaram o ponto de apoio para essa investigação.

1 DESENVOLVIMENTO

1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1.1 Políticas públicas para a agricultura familiar

A partir do ano de 2003, com a abordagem territorial para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como uma das referências o marco legal instituído pela Constituição Federal de 1988, que prevê a criação de conselhos gestores para contribuir com a gestão pública, teve início um conjunto de ações através de políticas públicas específicas e variadas. Dentre elas, políticas voltadas para a agricultura familiar que geraram impactos importantes na relação desse segmento da sociedade civil com o Estado, promovendo, desde mudanças nas relações políticas, atingindo as relações tradicionais de poder, até a promoção da agricultura familiar a um status social que a colocou como representação legitimadora a servir de referência para se construir um modelo de desenvolvimento a partir de um lugar social específico, que valoriza os pequenos mercados e agrega esses em redes estruturadas que dão acesso às políticas de governo (GRISA e SCHNEIDER, 2014).

Ao colocar a agricultura familiar como protagonista em ações governamentais visando o desenvolvimento rural, especialmente alavancada a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995 verifica-se que através da proliferação de Conselhos e dentre as instâncias participativas, produziu-se parcial descentralização da gestão pública e mobilizações sociais. Houve novas situações e mudanças significativas nas formas de interação dos sujeitos nas discussões, deliberações e gestão social das políticas públicas.

Com isso, houve também melhoramento socioeconômico das famílias rurais que tiveram acesso a crédito acessível para investir em infraestrutura, o que pode ser verificado pela elevação do índice de Desenvolvimento Humano – IDH (IBGE, 2010), e qualificação nas relações institucionais, devido às várias capacitações oferecidas pelo governo, simultaneamente às prática de participação efetiva nas atividades políticas, o que favoreceu alcançar metas definidas em instâncias democráticas com a participação das entidades representativas dos trabalhadores rurais que promoveram ampliação da oferta de várias políticas públicas, a exemplo de políticas como construções de casas, compras diretas, obrigação legal de, pelo menos, 30%

da merenda escolar ser adquirida dos agricultores familiares, incremento no programa Bolsa Família e microcrédito.

A agricultura familiar passa a ter um reconhecimento como sendo um setor econômico representativo, pois emprega 75% da mão de obra no campo é grande produtora de alimentos, chegando a 70% da produção nacional (EMBRAPA, 2018), sendo, portanto, um segmento social e econômico capaz de gerar impactos no mercado local e modificar, para melhor, a qualidade de vida de um grande percentual da população brasileira.

Para Abramovay e Morello (2010), com esse processo – políticas públicas para desenvolvimento territorial com foco na agricultura familiar através dos CMDRS -, produziu-se, como efeito desejado, o fortalecimento da democracia em todos os níveis e instâncias da política, permitiu reduzir a pobreza no ambiente rural, melhorou a distribuição de renda promovendo justiça social, ampliou a consciência da população em relação ao meio ambiente, a importância da inserção dos seus produtos no mercado e obtenção de renda.

Abramovay (1997, p.3) nos apresenta um conceito de agricultura familiar:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

A agricultura familiar, nesta perspectiva, passou a ser percebida pelos gestores públicos. Isso se traduziu por meio da criação de mecanismos de gestão para atender um público numeroso, diversificado, difuso no ambiente, fazendo movimentações financeiras de pequena monta, grande quantidade de produtos alimentícios ofertados em períodos de safras e disputando mercado em evidente desvantagem nas negociações, pois os preços dos seus produtos são definidos pelos compradores, fora do seu controle. O governo passa a dar uma atenção maior para as organizações sociais da agricultura familiar: associações e cooperativas e o fortalecimento do PRONAF (SCHNEIDER e CASSOL, 2013).

A partir das ações vinculadas ao PRONAF, através de crédito e investimentos em infraestrutura para atender essa categoria social, desencadeou-se um processo que exigiu a formulação de outras políticas públicas vinculadas, a fim de atender as demandas que se impunham para que fosse assegurado o desenvolvimento local.

Uma importante conquista para a agricultura familiar foi o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criado em 1999 e, com ele, a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, o que representou o reconhecimento de uma realidade fundiária brasileira que se divide em dois segmentos distintos entre si, sendo um mais caracterizado pela agricultura empresarial – composto pelos grandes proprietários de terras, já atendidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA –, e o outro, a agricultura familiar representada por pequenos proprietários rurais, que passou a ter um Ministério voltado para suas necessidades.

Esse reconhecimento formal se deu quando foi homologada a Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006 que “Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (BRASIL, 2006). Nesta lei se reconheceu e caracterizou o grupo dos agricultores e elucidou sua estrutura conceitual:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

A partir dessa legislação, as políticas públicas vinculadas à agricultura familiar foram balizadas e iniciou-se uma fase nova na relação do Estado com o segmento da agricultura familiar. Dentre as mudanças importantes, estão a adoção da Estratégia Territorial e a consolidação dos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, tratados nesse trabalho de pesquisa (MULLER e SUREL, 2002).

As discussões que antecederam e serviram de fundamento a esse debate que culminou na criação da lei e definições de políticas públicas específicas, nos remetem às elaborações de Pierre Muller e Yves Surel (2002, p. 56) “As percepções dos atores mais ou menos diretamente envolvidos por um fenômeno específico vão, com efeito, (re)definir esses elementos iniciais pela elaboração de diferentes modos de explicação e pela formulação das narrações” e Ève Fouilleux (2011, p. 118):

Os atores implicados terão ainda mais chances de serem influentes no momento da negociação caso tenham influenciado as disputas entre posições nos fóruns pertinentes no período precedente, em outras palavras, caso tenham sido capazes de impor sua maneira de ver em termos de escolha e de formulação dos problemas centrais, de conceitos analíticos mobilizados e de instrumentos utilizados quando das fases preparatórias – diretas ou indiretas, formais ou informais – da negociação (FOUILLEUX, 2011, p. 118).

Esses autores destacaram a importância de se considerar a participação dos atores envolvidos nas temáticas na formulação das políticas de interesse da população, e estas deveriam ser elaboradas considerando as crenças partilhadas, representações e visões de mundo de um significativo conjunto de representantes locais, e essas políticas públicas deveriam retratar a maneira de como esses atores captam e interpretam os problemas sociais que os envolvem, e como acreditam que devem ser as soluções tidas como respostas legítimas as suas necessidades.

E enquanto políticas públicas para a agricultura familiar, pode-se avaliar a partir de três gerações. A Primeira Geração pode ser percebida mais claramente a partir da década de 1950, quando o governo do Brasil adotou a estratégia de industrialização do país a fim de substituir as importações (referencial global) para aproximar o Brasil das economias capitalistas (BIELSCHOWSKY, 2006). O Estado brasileiro atuou através de investimento financeiro, construção de infraestruturas, fomentador de parcerias público-privado, nacionais e estrangeiras, formulador e executor de políticas públicas, tanto para a macroeconomia como para setores específicos, e privilegiou a consolidação do setor industrial (DELGADO, 2010).

Esse movimento durou até o começo da década de 1960 quando então se sentiu dificuldade para o abastecimento interno de alimentos, inflação e dependência das divisas com exportações (DELGADO, 2010, 1988; COELHO, 2001; CASTRO, 1984). Como resistência a esse modelo, surgiram vários movimentos setoriais, acadêmicos e políticos para reivindicarem atenção à produção de alimentos com base na agricultura – referência setorial. Destaque para a vertente “cepalina estruturalista” defendida por Celso Furtado. Nasce a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e outros movimentos propondo reformas de base e criticando o modelo desenvolvimentista (GRISA, 2012; DELGADO, 2005).

Pelos 20 anos seguintes à década de 1960, durante o governo militar, há uma evidente modificação dos rumos e adota-se a estratégia de investimentos para atender os agricultores, e a agricultura se consolida nesse período, se fortalece e dinamiza o setor rural, beneficiando principalmente os médios e os grandes agricultores que avançaram na produção agropecuária, tornando-se referência em *commodity* nesse setor, conforme vários estudos (DELGADO, 2010; GRAZIANO DA SILVA, 1999; GONÇALVES NETO, 1997; KAGEYAMA *et al.*, 1990; PINTO, 1978). Os pequenos proprietários, mesmo já organizados em associações e sindicatos, ficaram excluídos nesse momento histórico.

Esse cenário começou a mudar no final da década de 1970. O tom das vozes dos trabalhadores vinculados ao sindicalismo liderado pela CONTAG se torna mais contundente, e a relação com o governo passa a se caracterizar pela pressão com postura reivindicativa, e duas das reivindicações são por reforma agrária e por uma política diferenciada para a agricultura dos pequenos proprietários (PICOLOTTO, 2011; SCHNEIDER, 2010; FAVARETO, 2006; SCHMITT, 1996). Essa proposta ganhou força a partir da redemocratização na década de 1980 e se alicerça na Constituição Federal de 1988 – CF-88.

A agricultura familiar foi se consolidando enquanto representação setorial importante e foi explicitamente mencionada e incorporada na Lei Nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política agrícola” formulando uma abordagem já voltada e distinta para esse setor (BRASIL, 1991). Entretanto, os avanços foram poucos e essa lei beneficiou ainda mais os grandes produtores (PICOLOTTO, 2011; SANTOS, 2011; SCHMITT, 1996; DELGADO, 1994).

Movimentos sociais ligados às questões do campo e acadêmicos passaram a discutir a agricultura familiar e a defender uma mudança na forma do governo lidar

com esse seguimento, distinguindo a relevância da produção de alimentos, preservação ambiental, relações justas no campo, qualidade de vida às famílias, evitando êxodo rural através da ocupação da mão de obra familiar (SCHNEIDER, 2003; LAMARCHE, 1999, 1993; ABRAMOVAY, 1997; VEIGA, 1991), foi então que, através do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996: “Cria o – PRONAF, e dá outras providências” (BRASIL, 1996).

Dentre os elementos dessa lei, constrói-se um conceito da agricultura familiar através de vários critérios e institui-se o crédito especial para agricultores familiares, cria o Seguro da Agricultura Familiar, o Programa Garantia Safra, políticas específicas de Assistência Técnica e Extensão Rural e políticas de assentamentos de reforma agrária. A criação do PRONAF foi um marco importante como resultado das várias lutas dos movimentos sociais vinculado à agricultura familiar, e é reconhecido, em várias pesquisas acadêmicas, como tendo assegurado um mínimo de meios de vida para o campo e melhorado a qualidade de vida das famílias (GUANZIROLI, 2007; BRASIL, 1998; FAO/INCRA, 1994).

Essa representação setorial da agricultura familiar foi ganhando força e se consolidando. Segundo Bonnal e Kato (2011, p. 63), podemos conferir a seguinte trajetória que nos serve de linha do tempo até a consolidação do MDA:

Alguns marcos institucionais pontuaram esse processo de diversificação das políticas de desenvolvimento rural. Uma importante mudança institucional foi a criação por Sarney do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - Mirad, em 1985, responsável pela criação do primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária - PNRA. Dez anos mais tarde, outra importante mudança foi a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - Provap, por Fernando Henrique Cardoso. A maior visibilidade da necessidade de reconhecimento das especificidades da agricultura familiar culminam em 1999 com a criação Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA que vem a se constituir um dos mais importantes atores na formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar e para povos e comunidades tradicionais. Em 2006, o Congresso Nacional aprova a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais que dá reconhecimento político à categoria produtiva da agricultura familiar e estabelece conceitos, princípios e instrumentos para a formulação de políticas públicas.

Dentre os elementos pelo MDA, colocados no arcabouço do segmento da agricultura familiar, estão à preservação ambiental através da produção em base agroecológica e orgânica, a descentralização da gestão pública, a organização da sociedade civil e a segurança alimentar e nutricional. Outros temas tidos como

pertinentes e presentes nas discussões são: superação da pobreza, clima, desenvolvimento sustentável, geopolítica e o papel das tecnologias. Assim, temas universais são objetos de estudos e servem de fundamento para formulação de políticas públicas locais.

Entretanto, com o fim do MDA, através do Decreto Nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, que transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (BRASIL, 2016), as políticas públicas setoriais que tinham, até então, um controle social, passam a estar sob sério risco de esvaziamento e os movimentos sociais tratam essa mudança com preocupação, exatamente por representar uma ação contra os direitos sociais dos trabalhadores (BRASIL, 2016).

Na Segunda Geração de políticas públicas para a agricultura familiar, o governo passa a atuar principalmente no enfrentamento à pobreza através de políticas compensatórias, conforme apoio financeiro proporcionado pelo Banco Mundial a partir de 1994. As políticas públicas estiveram, portanto, focadas em assistência social. Segundo Schneider, Shiki e Belik (2010), esse modelo seria o início de nova geração das políticas públicas setoriais para os pequenos produtores.

Essas mesmas políticas públicas, apresentando resultados efetivos na melhoria da qualidade de vida no campo, começam a ser exigidas também para os setores dos médios e grandes produtores que reivindicam investimentos públicos para incrementarem e aumentarem sua produção (NAVARRO e CAMPOS, 2013; BUAINAIN e GARCIA, 2013; CNA, 2010; ALVES e ROCHA, 2010).

Algumas políticas dessa geração são: Comunidade Solidária – 1995 (substituído pelo Programa Fome Zero – 2003); Programa Garantia Safra – 2002; Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT – 2003; Bolsa Família – 2004; Programa Territórios da Cidadania – PTC – 2007; Programa Minha Casa, Minha Vida – 2009; Programa Bolsa Verde – 2011; Plano Brasil Sem Miséria – BSM – 2011; Brasil Carinhoso – 2014; entre outros.

A Terceira Geração de políticas públicas para a agricultura familiar diz respeito à construção de referenciais pautados para a segurança alimentar e nutricional, e a consideração da sustentabilidade ambiental nos investimentos, visando desenvolvimento. Isso se verifica principalmente a partir da Conferência das Nações Unidas – ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que marcou a forma como

a humanidade encara sua relação com o planeta, outras se seguiram com a mesma temática e ficou evidente a preocupação do mundo com os desastres ambientais, perda da biodiversidade, aquecimento global, poluição das águas, insustentabilidade do planeta ante a exploração industrial (BRASIL, 2018).

Com o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, houve um contexto mais propício para a adoção de políticas sociais avançadas, no sentido de maior aproximação de situações para a diminuição da desigualdade social, através de relações justas no mercado, oportunidades mais favoráveis às classes sociais excluídas e distribuição mais equitativa das riquezas. Entretanto, o governo também contemplou ideias e interesses de grupos representantes dos grandes setores industrial e agrícola nacional (MIELITZ NETO, 2011).

O entendimento de que a agricultura familiar é o segmento que produz a maior quantidade de alimento, 70%, que vai para as mesas dos brasileiros, e, paradoxalmente, é o segmento rural onde se registra maior índice de pobreza e desnutrição, motivou a formulação de políticas públicas integradas e integradoras para soluções em cadeia. Então, foram criados programas que enfrentassem a fome e superassem a pobreza rural. Foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA – 2003, visando os mercados institucionais e segundo Schneider, Shiki e Belik (2010), nesse novo contexto, emerge a Terceira Geração de políticas públicas para a agricultura familiar.

O PAA desencadeou uma nova discussão, a questão da comercialização dos produtos da agricultura familiar nos mercados institucionais (NIEDERLE, 2011; ABRAMOVAY, 2009; WILKINSON, 2008; MALUF, 2004). Isso atribuiu relevância do PAA no debate nacional e internacional.

No contexto do mercado institucional, foram feitas modificações no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e foi criada a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, que obriga os estados e municípios a comprarem pelo menos 30% dos alimentos para merenda escolar aos agricultores familiares. Dentre outros programas, como o Programa do Biodiesel – PNPB – 2004, que abriu um novo mercado, ao incrementar as oleaginosas a serem produzidas por agricultores familiares (FLEXOR e KATO, 2014).

Se esse reordenamento surgiu a partir de uma realidade que produzia exclusão e fome de grandes setores da sociedade, formada por uma população abandonada

e sem perspectivas, faz-se importante avançar na participação social, na democracia direta e na democracia econômica como prevenção de situações graves de injustiças sociais. Para isso, é importante afirmar o controle social das políticas públicas, promover a descentralização das políticas e adotar um modelo em que a “sociedade civil seja ativa e propositiva” (DAGNINO, 2002, p. 289).

Para Silva e Schmitt (2012, p. 2):

A criação de novas figuras jurídicas, como as Organizações Sociais (OSs- Lei n. 9.637/1998) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs – Lei n. 9.790/1999), atraiu importantes investimentos públicos e isto deu condições para que fossem realizadas as mudanças sociais medidas nos indicadores do período de 2003 a 2014.

De modo geral, portanto, as políticas públicas para a agricultura familiar podem ser apresentadas em três gerações sendo a primeira, quando o governo adotou a estratégia da industrialização do país a fim de substituir as importações; a segunda, quando o governo passou a atuar, principalmente, no enfrentamento à pobreza através de políticas compensatórias; e a terceira e mais intensa, quando o governo se volta para a construção de referenciais pautados na superação da pobreza para garantir segurança alimentar e nutricional, descentralização das políticas públicas e a consideração da sustentabilidade ambiental, social e econômica nos investimentos, visando desenvolvimento sob controle social.

O encadeamento das três gerações de políticas públicas dita o contexto até 2016, quando ocorreu o impeachment da Presidenta Dilma Vana Rousseff, e o segmento da agricultura familiar, que vinha participando ativamente da formulação, implantação e gestão de políticas públicas de seu interesse, buscando com isso, entre outras coisas, dirimir injustiças sociais, perde espaço importante no governo e as políticas sociais sofrem cortes drásticos (IHU, 2016).

1.1.2 Impactos das políticas públicas

Um dos resultados das lutas dos movimentos sociais por inclusão e justiça social pode ser percebido no Brasil, no período de 2003 a 2015, quando partidos políticos situados mais próximos aos movimentos populares assumiram o governo e propuseram políticas para atender às demandas sociais (BRASIL, 2008).

Alguns dos resultados das políticas públicas implementadas podem ser verificados na trajetória da valorização do Salário Mínimo, como mostra o Gráfico 1, onde se pode observar que as políticas adotadas foram assertivas, produziram bons e efetivos resultados junto à população, mudou a qualidade de vida das famílias e pela evolução gradativa e progressiva do gráfico, tais políticas também produziram uma escala ascendente, o que podemos interpretar que, em médio prazo, a questão da insegurança alimentar estaria sanada.

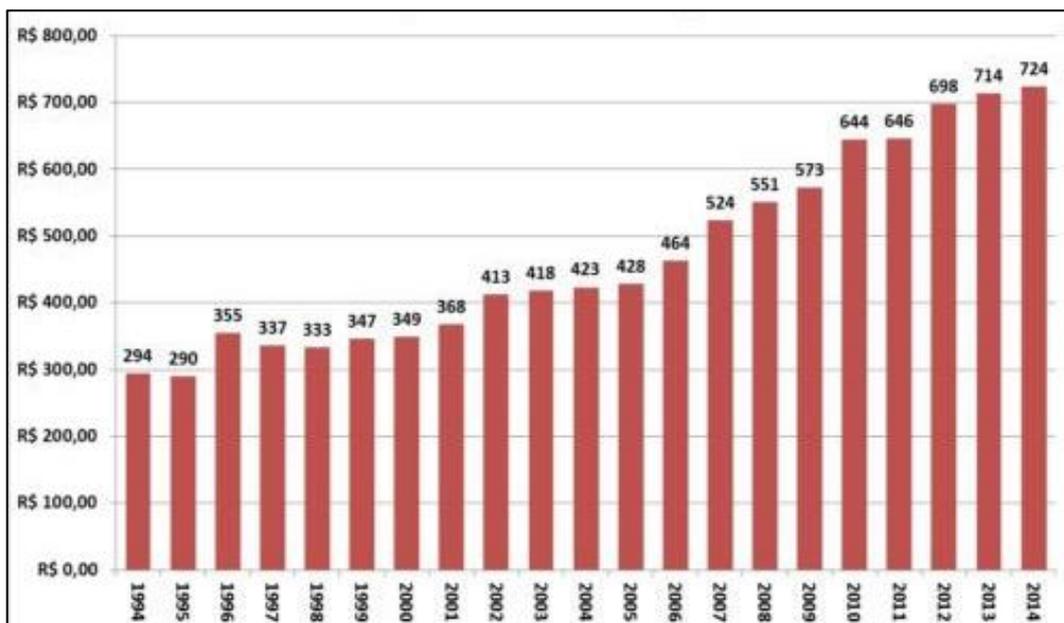


Gráfico 1: Evolução do salário mínimo brasileiro período de 1993 a 2014.
Fonte: MANOSSO, 2014.

Neste contexto, considerando o índice de Gini que retrata a concentração de renda da população, tem-se que para além do aumento do salário mínimo, o momento de melhor distribuição da renda, no país. De acordo com o Gráfico 2 é possível avaliar que até 2001 há um comportamento com pouca variação na concentração das riquezas no Brasil, contudo, a partir de 2002, conforme mostra o gráfico 2, com as políticas da Terceira Geração, houve uma evolução no que se refere à desigualdade social no Brasil. Os dados do gráfico não representam apenas as políticas públicas reativas ao meio rural.

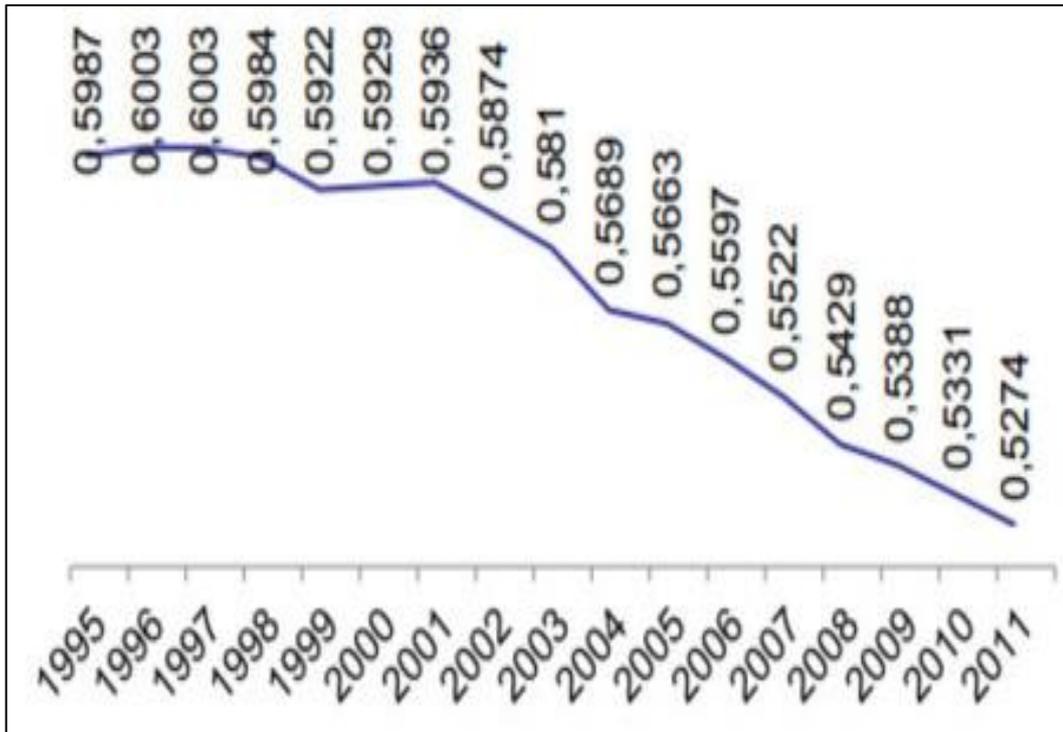


Gráfico 2: Evolução do Índice Gini Brasileiro no período de 1995 a 2011.

Fonte: GALINDO, 2013.

As trajetórias apresentadas, sucintamente, indicam a melhoria nas condições de vida da população brasileira, contudo, o acompanhamento efetivo da população, para manter tais condições pode acontecer de diversas formas. Uma delas é pelo Controle Social das Políticas Públicas. Segundo o MDA/SDT (2016) o Controle Social das Políticas Públicas precisa partir da compreensão do que seja Gestão Social, pois controle social é um elemento da gestão.

Há várias abordagens práticas, e teóricas, do que vêm a ser o Controle Social de Políticas Públicas. Para este trabalho, foi considerada a que nos apresenta o MDA/SDT – que para operacionalizar as políticas públicas se baseia na relação concreta dos conselheiros, de modo que a sociedade, por eles representada, precisa estar atenta ao momento, aos instrumentos, à forma e à metodologia, adotados para exercer o controle. Para tanto, é necessário definir o que, como, quando e em que lugar vai-se dar o controle. Se a atuação se dará em nível de avaliação, exercer pressão, criar regras e normas, estrutura de dominação, mobilização de pessoas e grupo (MÉSZAROS, 1987). Para cada situação e instrumentos, exige-se habilidade dos atores locais em lidar nesse ambiente.

Para isso, foi elaborado pelo MDA o “Guia Para o Controle Social” onde foram trabalhados alguns conceitos de macroprocessos importantes para a reflexão,

resumindo em quatro etapas a serem observadas no processo de controle: 1) planejamento; 2) organização das forças sociais e institucionais construindo sinergias para alcançar os objetivos previstos no planejamento; 3) efetivar o controle social através de ações de monitoramento dos investimentos e execuções; 4) avaliação, além dos diálogos constantes e informais, é importante se ter espaços formais de avaliação como os colegiados territoriais, comissões de avaliação e produção de informações oficiais que circulem de forma transparente entre as instituições.

A consolidação do controle social se dá quando ancorada da seguinte forma:

Uma dimensão subjetiva dos comportamentos, cultura, crenças, valores e atitudes dos atores sociais; uma dimensão objetiva e política que se expressa em mecanismos formais, informais e instrumentos necessários para que os atores sociais atuem nos processos de gestão social das políticas públicas de modo organizado. A base primordial do controle social está na ação de grupos da sociedade que, estabelecendo normas de conduta social e comportamentos que apoiem a ação da sociedade, acompanham a dinâmica de ações, quer governamentais e não governamentais, visando ao alcance de objetivos coletivos. Nesse sentido, elementos culturais e comportamentais importantes - expressos na vontade e capacidade de os atores locais se organizarem para lutar por uma causa comum que se reflita na qualidade de vida de uma coletividade - assumem um papel de destaque (MDA/SDT, 2006. pag.6).

Portanto, a ação de controle social será sempre um exercício de aprendizagem coletiva, e é aprimorada na medida em que vai identificando e superando entraves presentes na efetivação da democracia participativa; adotando mudanças no âmbito da cultura e nas atitudes interpessoais no aspecto subjetivo; criando regras, normas e instrumentos para controles. As superações avançam até que se garanta a participação da sociedade em todos os níveis da gestão. Esse conjunto deve favorecer um encontro dos valores subjetivos com ações objetivas.

A indicação trazida pelo “Guia Para o Controle Social”, é que a sociedade deve participar do planejamento, para ter melhores condições de compreensão da trajetória das ações e dos meios utilizados para se chegar às decisões, e apreender os instrumentos de gestão. Acrescenta ainda que, assim, estará mais motivada a interagir no conjunto das ações. Nesse contexto, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS é tanto um processo, quanto um produto, que mobiliza e envolve determinados atores na elaboração e acompanhamento de políticas públicas.

Ao se adotar uma atitude de agente direto na construção da sua qualidade de vida, atrelada ao interesse coletivo, tal atitude se mostrará no planejamento, nos objetivos e nas metas e, a partir daí, na aplicação dos instrumentos de monitoramento e controle no uso de recursos, influenciando nas ações e tratando de novos possíveis caminhos a serem trilhados durante o processo, o que significa dinamicidade na gestão, construção de aprendizagem e incidência nos resultados.

1.1.3 Protagonismo social através da conscientização emancipadora

Ao serem analisados os CMDRS, através das atas das reuniões, observa-se “sujeitos coletivos” enquanto categoria social devidamente reconhecida e identificada no seu contexto como protagonista de processos, contribuindo para construir o desenvolvimento local sustentável, a partir de sua organização como instituição associativa, que opera como um empreendimento social.

O termo protagonismo vem do grego *protagonistes*, “protos” significa principal ou primeiro e “agonistes” significa lutador ou competidor. É um termo frequente em teatros referindo-se ao ator principal da cena. Também na literatura, refere-se ao protagonista principal do enredo (HOUAISS, 2001). Atualmente, o termo está comumente associado à determinada categoria que se propõe a alguma ação social. Assim temos protagonismo juvenil, das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, dos índios, etc.

Chegar a uma condição pessoal de interagir com outros, numa relação ombro a ombro e estar nela por convicção e sentimentos de soma, alimentar esperanças comuns e lidar com as diferenças pessoais, exige-se uma boa capacidade de cada um para lidar consigo mesmo de forma saudável e equilibrada. Pois, só é possível perceber o outro enquanto separado, mas conectado, quando se tem uma relação consciente consigo mesmo, e esteja desprovido de noções da dominação absoluta de um sistema e condicionado a algum modelo imutável. A liberdade subjetiva, portanto, é condição para o cidadão atuar no seu campo, conforme Bourdieu. Segundo Wacquant (2013 p. 91):

Bourdieu descarta a noção substancialista de "classe dirigente" em favor do conceito relacional de *campo de poder*. Essa noção topológica permite-nos anatomizar os conflitos horizontais que opõem os agentes e as instituições que concentram os poderes díspares em jogo na sociedade avançada.

Bourdieu sugere que muitos conflitos que aparentemente opõem às categorias dominantes e dominados são, na realidade, batalhas de extermínio mútuo que contrapõem os diferentes setores do campo de poder, isto é, diferentes frações de uma suposta classe dirigente, cujo império torna-se mais opaco e mais impregnável pelo intrinsecamente crescente e pelas contradições cada vez maiores das engrenagens da dominação. Em síntese, em vez de tomá-las como dadas ou estipulá-las através de um ato de autoridade científica, Bourdieu problematiza a existência, as fronteiras e o grau de coesão tanto das classes superiores quanto das subordinadas, e abre espaço para a pesquisa empírica das modalidades sociais de sua possível unificação e eventual capacidade para ação conjunta.

Entretanto, a abordagem do protagonismo social não é neutra na sociedade e, sua ação prática, se coloca em um campo social histórico e determinado, conforme seja o lugar da sua categoria, e é ali que se verificam os problemas, os debates e as soluções apontadas pelo grupo. No caso específico em discussão aqui, o protagonismo social refere-se a um conjunto de ações realizadas pelos trabalhadores rurais da agricultura familiar e entidades representativas dessa categoria, buscando gerar influência sobre as políticas públicas no Território da Cidadania do Agreste Meridional de Pernambuco.

Neste contexto, as práticas de protagonismo na estratégia territorial do MDA se assemelham, em sua origem e métodos, às práticas de Educação Popular instituídas por Paulo Freire, a partir da sua elaboração pedagógica na abordagem da Pedagogia da Libertação.

Destacam-se dois momentos importantes no campo da educação popular no Brasil. Nas décadas de 1950 e 1960 (MARQUES, 2008), a partir de várias ações da Igreja Católica e da aplicação da pedagogia de Paulo Freire, produziu-se um movimento de educação que gerou a “revolução brasileira” (KONDER, 1988; RIDENTI, 2010). Em 1970, houve importante expansão dos movimentos de educação de base, conhecida como “educação popular”, difundida por setores progressistas das igrejas católica e protestantes, contando com apoio financeiro internacional.

A proposta da Educação Popular visava alcançar o empoderamento da população – capacidade emancipatória – no sentido atribuído por Paulo Freire, conforme veremos adiante – o que significa maior autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos. Alguns personagens desse período, com grande influência sobre os métodos e estratégias adotados pelas instituições foram: Frei Betto, Gustavo Gutierrez, Paulo Freire, Leonardo Boff, Fernando de Brito, Ivo Lesbaupin,

Orestes Stragliotto, o professor Jetter Ramalho e o Reverendo Correia da Cunha. Situados numa perspectiva sociológica mais ampla das reflexões sobre o “Cristianismo da Libertação” (LÖWY, 2000 e 2007).

As práticas da Educação Popular partiam do pressuposto de que as amarras subjetivas colocadas pelo sistema capitalista produziam alienação e, a sua superação, só seria possível através da ampliação da consciência social, que resultaria na libertação das pessoas. As práticas educativas que produzem superação da ignorância que oprime, deveriam ser feitas coletivamente, em grupos, pois “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1970). Por isso, a educação como sinônimo de superação da alienação, e a estratégia da formação de grupos de discussões responderiam a duas demandas: 1) consolidar o aprendizado daquele que ensina; e 2) ampliar o alcance das ações, fazendo mais pessoas conscientes. O local das ações poderia ser em qualquer lugar onde estivessem as pessoas: igrejas, portas de fábricas, bairros, engenhos, etc.

Observando o método pedagógico descrito na Pedagogia da Libertação criada por Paulo Freire, os educadores colocavam palavras-chave que serviam de ponto de partida para iniciar as conversas. Escolhiam palavras do cotidiano, problematizavam seus conceitos e chegavam a análises das relações sociais, de modo que discutiam expressões como “mais-valia”, “meios de produção”, “alienação”, pois consideravam que a alfabetização não se dava apenas pelo saber ler e escrever, mas que a partir dos conceitos trabalhados, houvesse expansão dos horizontes e o educando fosse capaz, pois se encontrava consciente, de fazer uma leitura crítica do mundo, desde a sua origem, passando pela compreensão da dialética dos processos, e alcançando entendimento dos porquês de seu desfecho na atualidade. Pois é no tempo presente, em situação real, que a pessoa/grupo se organiza e atua, conforme o papel a ser feito no seu ambiente, sendo protagonista.

Um destaque importante é que as ações das Igrejas estiveram presentes na formação dos movimentos sindicalistas no Brasil e do Partido dos Trabalhadores – PT. A ideia seria criar instrumentos de lutas para melhorar a socialização política dos pobres no cenário nacional. Muitas lideranças nos CMDRS têm essa origem.

Por esse caminho analítico, é possível admitir que a vitória do PT à Presidência da República foi uma grande conquista dessa abordagem político-metodológica, conseqüentemente, o incremento da participação social através dos movimentos

sociais como protagonistas na definição e execução de políticas públicas. Nesse contexto, o fortalecimento dos fóruns, colegiados, conselhos, conferências e plenárias, foi uma estratégia que corresponde às expectativas dos agentes sociais locais em se aproximar de uma prática mais efetiva da democracia participativa.

Estas práticas foram bastante exploradas na literatura, através de muitas pesquisas que resultaram em livros, teses, artigos e se tornaram relevante nos debates em ciência política.

Alguns dos trabalhos sobre esse processo são os estudos comparativos sobre Orçamento Participativo (ABERS, 2000; BAIERLE, 2008) que chamaram a atenção para outros aspectos que precisariam ser considerados para aumentar o poder popular (AVRITZER, 2010). Dagnino e outros exploraram os resultados alcançados quando há compartilhamento de poder entre os gestores públicos e participação social, destacando tensões quando se tem perspectivas diferentes para abordar situações semelhantes (DAGNINO, 2002; DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006).

As pesquisas atuais não mostram um conceito definitivo para fazer essas análises e faz-se necessário não só "teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos de colaboração com o Estado", mas incluir "como, às vezes, movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal" (ABERS e BÜLOW, 2011).

Os movimentos participativos têm relação direta com o Estado sendo que, muitas vezes, transformam o Estado em espaço de negociação assumindo postos burocráticos. Já o Estado investe na formatação de instâncias e instrumentos para facilitar a participação. Os estudos permitem identificar quatro rotinas de interação entre Estado e atores sociais: a) protestos e ação direta: manifestações, marchas, ocupações; b) política de proximidade: relação interpessoal direta entre o cidadão comum e o gestor eleito, clientelismo; c) ocupação de cargos na burocracia: vários movimentos entendem que ocupar cargos é bom para facilitar o alcance dos seus objetivos; d) junção desses três anteriores: através de pressão social o governo coopta lideranças e os atribuem funções na burocracia do Estado (TEIXEIRA e TATAGIBA, 2005).

Nos quatro Conselhos analisados foi possível perceber que há uma distinção clara para os conselheiros entre o seu papel e o papel do poder público, como sendo entes distintos. Os conselheiros não percebem o CMDRS uma instância da gestão pública, mas principalmente como sendo espaço privilegiado da sociedade civil que

favorece o diálogo com os gestores. Há CMDRS em que a presença de representantes da sociedade é preponderante (conforme apresentado em gráficos no item 1.3 e seguintes) chegando a 95%. Principalmente, em se tratando das políticas públicas planejadas e executadas pelo governo estadual, através do financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e do governo federal para a agricultura familiar são objetos de atenção dos CMDRS.

1.1.4 Empoderamento

Para entender as ações dos movimentos sociais, quando buscam se organizar e reunir forças para produzir incidência sobre as políticas públicas, visando à superação de problemas crônicos como a exclusão social, discriminação e fome, faz-se necessário entender a importância do empoderamento, tanto pessoal como coletivo.

O termo empoderamento foi usado por Paulo Freire ao construir um neologismo a partir de uma palavra da língua inglesa “empowerment”. De acordo com os dicionários, o conceito de empoderamento seria o ato ou efeito de promover ampliação da consciência e conseguir meios para produzir influência sobre pessoa ou grupo social. Essa influência pode ser nas dimensões política, econômica, cultural e outras de acordo com o contexto da interação, conforme se tenha desenvolvida capacidades em múltiplas áreas (FREIRE, 1970). Observa-se que o termo é comumente utilizado acompanhado de uma categoria vinculada a ele: empoderamento das mulheres, dos negros, dos jovens, etc.

Para adequar o significado do termo empoderamento, Paulo Freire modificou o sentido da palavra “empowerment” que seria “dar poder” a alguém para realizar uma tarefa sem pedir autorização a outros, sendo que esse conceito traz um antagonismo, pois “alguém dar poder” ao “outro”, se o poder vem de fora então esse “outro” seria, em verdade, “objeto” de alguém que o empodera (SCHIAVO e MOREIRA, 2004). Paulo Freire, então, usa empoderamento para se referir a alguém que tenha, em si mesmo, o poder para ter iniciativa, ser criativo, exercer protagonismo, planejar e realizar ações, o que corresponde à capacidade emancipatória.

O empoderamento pode ser de uma pessoa ou grupo enquanto sujeito coletivo. Assim, uma pessoa e/ou instituição empoderada realiza, por si mesma, as alterações e redefinições que a leva a se desenvolver, estar sempre atualizada e bem adaptada, sendo sujeito ativo no processo de planejamento, execução e mudanças. Esse entendimento formulado por Paulo Freire é coerente e esclarece outra formulação sua, a “libertação do oprimido” (FREIRE, 1970).

Ao tomar consciência, construir sua liberdade e se empoderar, a pessoa estaria em condições de liderar processos revolucionários de libertação social, pois teria autonomia sem heteronomia, possuiria autoconsciência e exercitaria a liberdade com responsabilidade. Não se tornaria um mito, mas sim profundamente humano em interações equitativas. Não se perderia nos formalismos, mas teria relações significativas. Não seria um professor – no sentido de dominar alguns temas e repassar aos alunos, mas educador, aquele que estabelece relação interpessoal de corresponsabilidade (sujeito-sujeito) e ajuda o educando a fazer leitura do mundo. Esse exercício resultaria na ampliação da consciência do educando sobre si mesmo e consciência social. Consequentemente, libertação e empoderamento.

O empoderamento, portanto é um termo multifacetado e dinâmico que envolve os aspectos: afetivo, atitudinal, cognitivo e condutual. Na vida social, alcança os níveis psicológicos em indivíduos; na organizacional, os grupos; na estrutural, a política. No indivíduo produz emancipação; no grupal produz solidariedade e cooperação; no estrutural produz comprometimento social como prática de cidadania. Essa distinção tem caráter didático, pois efetivamente acontece em interação dialética e não se separa os processos e os resultados (VASCONCELLOS, 2003; SILVA e MARTÍNEZ, 2004; OAKLEY e CLAYTON, 2003; WALLERSTEIN, 2002).

Atores sociais empoderados estariam aptos para ampliar o poder pessoal e do grupo no controle das políticas públicas, e seriam capazes de assumir responsabilidades junto à sociedade e governos (GERSCHMAN, 1995; CARVALHO, 1998), e capazes de influenciar para transformar sistemas onde as relações políticas são pautadas pelas relações clientelistas e repressivas, os projetos são executados sem transparência, os orçamentos não são participativos, as pessoas carentes e excluídas ficam sem perspectivas, e a vida se dá sob condições mínimas elementares (GOHN, 2004).

Para atuar em instituições como CMDRS, o empoderamento é fundamental. Espera-se dos atores sociais que consigam perceber e se situar em dois níveis – micropolítica e macropolítica. Espera-se que: ajam como autênticos representantes dos seus segmentos sociais, não sejam subservientes nas relações com autoridades, sejam democráticos e estabeleçam relações de cooperação. Essas relações ocorrem nas relações políticas do cotidiano e, também, na macropolítica, quando lidam com programas e projetos das várias instâncias de governos, o que exige capacidade de abstração, noção de tempo e de espaço político, sabedoria para atuar em ambientes de disputas, favorecimento da participação social e o fortalecimento da democracia direta. Isso pressupõe habilidades construídas a partir de relações sujeito-sujeito para a tomada de decisões (HERRIGER, 2006).

Kleba e Wendhausen (2009, p. 738) destacam ainda um terceiro nível:

Outros autores (Friedmann, 1996; Stark, 1996; Silva e Martínez, 2004; Stark, 2006; Wallerstein, 2006) consideram, além desses dois, um terceiro nível de análise do processo de empoderamento: o grupal ou das organizações sociais. Para Friedmann (1996, p. 125), o empoderamento está assentado sobre uma tríade interligada, centrada no sujeito e na unidade doméstica, ligada a outras unidades, formando uma rede social de relações empoderadoras que, “devido ao reforço mútuo, tem um potencial extraordinário para a mudança social”. Zimmerman e Rappaport (apud Silva e Martínez, 2004) compreendem o empoderamento como um processo que inclui potenciais e competências individuais, sistemas de ajuda e práticas proativas e questões relacionadas a mudanças sociais e políticas. Silva e Martinez (2004) adotam o modelo de Zimmerman quando propõem três níveis de análise do processo de empoderamento, compreendendo por nível uma unidade de análise do agregado social que tem especificidades em relação a metas, recursos, processos, interações e ao contexto de inserção, podendo ser indivíduos, organizações ou uma comunidade geográfica.

Para se alcançar o empoderamento, portanto, é importante o exercício de práticas de educação que reforcem a participação política nos espaços democráticos de discussão e monitoramento de políticas públicas. É possível identificar tais práticas formativas presentes na proposta de Educação Popular freireana. Essas práticas são fortemente responsáveis pela formação de atores locais capazes de interagir no controle das políticas públicas, atores esses que estão atuando nos CMDRS analisados.

1.1.5 Desenvolvimento Sustentável

A necessidade da participação qualificada da sociedade civil na gestão pública faz pressupor que os gestores não estão operando de acordo com a vontade de uma parcela da sociedade. De um lado, os gestores tradicionalmente eleitos com base em clientelismo (compra de votos e/ou troca de favores, atendimentos particularizados), reproduzem um modelo de desenvolvimento excludente, com ações desarticuladas, atendimento parcial e temporário dos problemas e, por outro lado, há segmentos sociais que possuem uma compreensão diferente sobre um novo modo de pensar o desenvolvimento e percebe, nas políticas públicas, um viés importante para dar concretude a esse modelo.

Nesse sentido, seja pela via de instituições sociais atuando junto aos gestores públicos ou elegendo pessoas comprometidas com a sustentabilidade para cargos eletivos nos governos, segmentos sociais visam implementar estratégias diferentes das tradicionais (PEREIRA, 2012).

A ausência dos pilares básicos do Desenvolvimento Sustentável – socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável, é claramente sentida: 1) dimensão social – as injustiças sociais com a apropriação da riqueza por percentual pequeno da população; falta de acesso a oportunidades sociais para pessoas de baixa renda e isolamento social de grupos de “minorias”, dificuldade de acesso à educação e saúde à população; 2) dimensão econômica – o fracasso econômico/financeiro dos pequenos que não conseguem competir por não dispor de alta tecnologia, produzir em escala, diversificar e organizar a produção para colocá-la em mercados apropriados; 3) dimensão ambiental – perdas ambientais observadas na extinção de espécies, degradação do solo, sementes manipuladas, aquecimento global, uso de agrotóxicos (CMMAD, 1991).

De modo geral, há um consenso sobre o significado de desenvolvimento sustentável como sendo um modelo de desenvolvimento que busca construir um novo jeito de viver no mundo, onde a sociedade deve considerar, na sua prática, algumas dimensões: social, econômica, ambiental, político-institucional e cultural. Uma definição clássica trazida pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991, p. 4, 46, 49), que apresenta o Desenvolvimento Sustentável como sendo:

[...] um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. É, em essência, um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Como resultado dos avanços desses diálogos, foi-se percebendo a necessidade de o desenvolvimento não ser apenas crescimento econômico, mas deveria considerar outras dimensões como a social, ambiental e cultural. Para responder a essa necessidade foram sendo criados vários instrumentos para facilitar as análises e monitoramentos de indicadores previstos nos planejamentos, de modo que estes fossem abrangentes e considerassem as situações necessárias para se chegar ao desenvolvimento sustentável. Foram criados indicadores relativos à da vida humana, social e convivência com o planeta. O Governo Federal – MDA criou o Sistema de Gestão Estratégica – SGE em 2007, um instrumento que orienta para a pesquisa visando entre outros elementos considerar vários índices necessários para se fazer uma medida, com qualidade, e servir de base para elaborar planejamentos estratégicos (MDA/SDT, 2011).

Com o intuito de monitorar e avaliar as ações que visam o desenvolvimento sustentável nos territórios rurais, a SDT adotou o SGE como ferramenta organizacional a ser alimentada pelos atores locais, e os dados registrados no sistema deveriam servir de base para a elaboração de planejamento, e favorecer o fluxo de informações de qualidade e em tempo real. Os dados que são disponibilizados no SGE chegam, simultaneamente, para diferentes atores vinculados à gestão das políticas públicas e seriam utilizados para ordenar os fluxos de informações e apoiar esses gestores. Enfim, essa ferramenta promove e facilita o acesso simultâneo e em tempo real às informações nos processos de gestão social dos territórios, serve para realizar avaliação da gestão, medir o alcance dos resultados e dos impactos da Política de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, bem como possibilitar a melhoria na participação social no controle de qualidade dos investimentos públicos (MDA, 2018).

1.1.6 Abordagem Territorial Para o Desenvolvimento Sustentável

1.1.6.1 Território Espaço e Cultura

Na construção das políticas públicas para o Desenvolvimento Sustentável, considerou-se o espaço dos Territórios Rurais como seu lugar de execução. Para isto, esse espaço foi configurado pela SDT a fim de se adotar um conceito que fosse inteligível e passível de compreensão entre os diferentes atores presentes nesse cenário.

Vários olhares sobre o conceito de território fazem-se necessários para se construir um entendimento dos caminhos percorridos até a definição da abordagem territorial adotada pela SDT/MDA, enquanto espaço geopolítico, palco da execução de políticas públicas.

A adoção de território como delimitação de espaço administrativo está presente ao longo da história. As nações e reinos sempre lidaram com essa noção. Entretanto, há certo grau de complexidade do que vem a ser entendido como território, conforme será apresentado a seguir, pois a depender dos contextos e dos atores sociais que o menciona, o conceito recebe significado diferente.

Para Silva (2009), o território pode ser abordado sob três enfoques: material, simbólico e espaço de ação social. Sob o aspecto material, tem como referência a delimitação física de Estado e Nação. Raffestin (1993) considera o conceito de território enquanto espaço simbólico e também material. Deleuze e Guattari (1995; 1996), se referem ao território no sentido de espaço de ação social. Para Giddens (1991), o conceito de território será atribuído conforme a cultura do grupo que se relaciona naquele espaço e conforme, pela sua percepção da realidade, o caracteriza. Todos estão de acordo que o território não se restringe ao sentido geográfico de espaço de terra ou de poder.

A abordagem de território enquanto identidade (cultural) é relativamente nova (SILVA, 2009) e parte da ideia de uma sociedade que se organiza baseada em um conjunto social que reúne forças políticas e proximidade cultural de identidade, reunindo sentimento de estar no espaço (geográfico) e pertencer ao grupo (identidade). A compreensão de território enquanto delimitado, com limites rígidos, já não atende às novas demandas sociais, surge a percepção de espaço de identidade

relativo a um “lugar social” de pertencimento: identidades étnicas, interpessoais, ideológicas.

Para Jameson (1996), essas transformações acontecem nos aspectos culturais dos sujeitos que interagem no espaço. Vários grupos e subgrupos delimitam o seu território conforme seus valores, preferências e necessidades e vários territórios coexistem, se somam, dividem e se sobrepõem de modo dinâmico e constante. Em princípio, cria-se uma situação nova para os gestores acostumados com territórios geográficos e fixos. Agora sabem que, a dinâmica interna que faz sentido para as pessoas, se dá por um movimento que perpassa através de fluxos simbólicos, sociais e econômicos (SANTOS 1994). Daí, a “desterritorialização” do mundo e a “reterritorialização”, identificadas por Haesbaert (1991) ao estudar Gilles Deleuze e Felix Guattari.

Entender esse aspecto relacional e social é importante para se construir sinergias entre as pessoas e atribuir legitimidade às relações que visam a algum objetivo, seja político, econômico ou cultural. Território, então, entendido como uma geografia política, um domínio de um grupo, um lugar de equilíbrio dinâmico, um espaço onde uma população retira recursos para satisfazer suas necessidades (MORAES, 1998).

Outra abordagem, trazida por Valverde (2004), analisa território através da reorganização geopolítica do planeta conforme as potências mundiais definem as relações geopolíticas. O autor mostra que não há como nenhuma cultura particular ou grupo identitário estar isento e imune. Santos (1994) demonstra que estamos hoje em uma relação transnacional do território, mas esta é uma relação dialética, pois não estamos desligados de um território nação de identidade. Estamos, portanto, no interior de uma situação de inconstantes idas e vindas. Relações de poder político e econômico, relações simbólicas e emocionais antes estavam juntas, no tempo moderno são separadas e representam diferentes intenções e interações entre os atores sociais (RAFFESTIN, 1993).

As relações de poder, nesse contexto, podem ser materiais (acesso a recursos) ou imateriais (emocionais e simbólicas). Para Foucault (1979), o poder não reside em uma “coisa” ou ponto específico, mas se dá entre indivíduos que são parte de um sistema complexo que funciona como uma rede que envolve a todos de modo que não seja possível estabelecer limites ou fronteiras, pois o poder é construído nas relações, e é mutável, e se desenvolve em um ambiente que o naturaliza.

Assim, as relações de poder moldam a cultura, pois as relações de produção se impõem como modeladoras das relações entre os grupos sociais, mas enfrentam resistência das relações de vivências (BOLIGIAN e ALMEIDA, 2003) que articulam o material/funcional com o simbólico/igualitário (HAESBAERT, 2004). Território então pode ser entendido como sendo ao mesmo tempo o lugar de relações objetivas de trocas que envolvem agentes políticos e econômicos, sejam públicos ou privados e, ao mesmo tempo, um lugar de valorização simbólica de relações subjetivas vividas por um grupo (HAESBAERT, 2004).

Para implementar as políticas de Desenvolvimento Sustentável o Governo Federal considerou principalmente essa abordagem do espaço físico e identidade cultural para fazer a delimitação através da seleção de municípios que fossem, a um tempo, próximos geograficamente e apresentassem alguma similaridade cultural de pertencimento, a exemplo características ambientais e prevalência de produção de determinados produtos. Isto facilitaria a mobilidade, a comunicação e uma organização coletiva para os investimentos.

1.1.6.2 Ordenamento territorial para o desenvolvimento sustentável

O Governo Federal, ao propor a abordagem territorial para efetivar as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar a fim de promover o desenvolvimento sustentável, entende o território como um lugar de cultura e, essa cultura, resultado das relações de poder. Essa constatação parece trazer um dilema importante a ser enfrentado. Por um lado, adota-se uma situação local e cultural já dada e tradicional. Por outro lado, entende-se que essa realidade precisa ser modificada para que se alcance o desenvolvimento. Pareceu-nos ser importante que os agentes sociais e do Estado, que se propõem a interagir nesse contexto, adotem métodos adequados para, ao mesmo tempo, respeitar a cultura local e produzir transformações sociais, construindo novas relações de poder, que resultem em novo desenho sociocultural que seja equitativo.

Sendo assim, a abordagem para discutir o desenvolvimento territorial visa ampliar os horizontes dos atores envolvidos, de modo a produzir avanços e resultados em um desenvolvimento que não seja apenas de rápido crescimento

econômico, nem que seja excludente; mas, que seja justo, sustentável e incluyente. Nesse sentido, algumas teorias são indissociáveis para alcançar esse objetivo e, sob essa perspectiva crítica, planejar e elaborar políticas públicas, e exercer o controle social. As principais teorias são as críticas feitas ao mercado (POLANYI, 2000); ao desenvolvimento (SACHS, 1986, 2007); à economia (SEN, 2010); à sustentabilidade (CAVALCANTI, 2012); e ao território (HAESBAERT, 2008; SANTOS, 1999; RAFFESTIN, 1993).

Para Polanyi (2000), o capitalismo pratica um tipo mercado que desequilibrou até mesmo instituições sólidas. Insere, na sociedade, esse mercado que se afirma autorregulável, mas o que faz é colocar ele próprio como uma instituição *mater*. Antes do capitalismo, o mercado existia, mas estava sob o controle social e as pessoas não eram determinadas só pelo econômico, assim como hoje. O econômico subordina as pessoas e a natureza em uma lógica de destruição. Tudo é mercadoria e a relação do homem entre si e com o meio ambiente produz desigualdades sociais e perdas ambientais (POLANYI, 2000; 2012).

Ante o avanço do sistema mercantil, os problemas vão se ampliando e alcançando dimensões planetárias. Nesse contexto, surge uma teoria que busca enfrentar esse modelo e propor um desenvolvimento que seja sustentável, resgate o equilíbrio entre as pessoas e a natureza e reveja a organização produtiva. Sachs (1986; 2007), um dos expoentes desse novo modelo, propõe que o desenvolvimento seja “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável”.

Sachs (1986; 2007) sugere que o desenvolvimento deva abranger oito dimensões funcionando em equilíbrio para que seja sustentável, vejamos: (1) social, (2) cultural, (3) ecológico, (4) ambiental, (5) territorial, (6) econômico, (7) político (nacional) e (8) político (internacional). Para Sachs (2007), essas dimensões podem ser classificadas em três grupos: o social, que abrange as dimensões 1 e 2 o ambiental, abrangendo as dimensões 3, 4 e 5 e o econômico, com as dimensões 6, 7 e 8. Nesta classificação, o social aparece em primeiro lugar, pois ocupa o domínio da própria finalidade do desenvolvimento, o econômico é o último, pois se referem a um domínio instrumental, enquanto o ambiental é intermediário, ocupando ambos os domínios.

Sachs (2007) chama a atenção também para a tendência do mercado buscar pela globalização. Por isso, ganha importância que se considere os valores do desenvolvimento sustentável para nortear as ações e que essas se façam respeitando as culturas dos povos, por isso ele deve ser formulado e operado nos territórios (HAESBAERT, 2008; SANTOS, 1994; RAFFESTIN, 1993) e seguir regras diferentes.

Para Sachs (1986) e Polanyi (2000), o desenvolvimento de mercado, da forma como está se dando, não é bom, promove catástrofes culturais e ambientais, produz e impõe aos pobres a cultura da dependência, dilacera suas instituições, desfaz suas organizações sociais, transforma tudo em produto mercantil ao redor do qual as pessoas orbitam.

O aspecto formal da economia vem ganhando força e se tornando hegemônico nas relações e influenciou para que fosse criada uma corrente científica que ficou conhecida como *homo economicus*. Para Zaoual (2010), esse entendimento concebe a pessoa como um ser irracional reduzida a produzir e consumir, as demais dimensões humanas: culturais, sociais, ecológicas entre outras, são utilitárias. Para contrapor ao *homo economicus*, Zaoual (2010), criou outro conceito: *homo situs*, busca incluir na interpretação da pessoa outras dimensões abandonadas pelo economicismo. Uma das características do *homo situs*, é a sua participação nas relações sociais no território. Essa pessoa situada no tempo e espaço é plural nas suas interações, é percebida através da dinâmica que seu grupo protagoniza nos aspectos sociais e seu meio ecológico e cultural (ZAOUAL, 2010). Operar essa categoria nas interações complexas entre os atores que promovem o desenvolvimento no Território faz-se importante para que o arranjo sócio institucional e a dimensão econômica caminhem integrados, corrigindo entraves e consolidando redes dinâmicas proativas.

A narrativa econômica afirma ser o mercado autorregulável, porém o que ele faz é regular a sociedade. Mas a economia não consegue operar os diversos aspectos da vivência social, somente um modelo de desenvolvimento que seja integral e sustentável é capaz de alcançar a diversidade das relações e suprir todas as dimensões (SACHS, 2007).

Sobre isto, Sen (2010, p. 52) afirma que o desenvolvimento precisa ser concebido como algo dinâmico capaz de considerar:

- 1) Quanto a expansão das liberdades das pessoas, o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da qualidade da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos;
- 2) Que a fome, desnutrição, dominação de gênero, são ausências de liberdades que só podem ser atendidas com um desenvolvimento total;
- 3) Que a expansão das liberdades é o fim primordial e o principal meio para o desenvolvimento.

A relação integrada e harmoniosa entre homem, natureza e organização produtiva – segundo Polanyi (2000) precisa ser protegida ante o invasivo “sistema de mercado”. Por isso, deve-se voltar para a economia substantiva. Entretanto, a relação entre o sistema formal e substantivo é dialética, pois “há níveis intermediários” que se colocam em conflito e precisam ser resolvido em situações reais no território. Em algumas situações é importante a interação humana em primeiro plano, em outras trabalhar para a subsistência, em outra ainda, trabalhar para ter lucro (LONH, 2006). Enfim, o desafio constante é conciliar a vida sociocultural com as relações econômicas e a preservação da natureza através de uma atenção aos ecossistemas.

1.1.6.3 Histórico da Política Territorial no Brasil, para além do MDA

Com a adoção da Estratégia Territorial para planejar e executar políticas públicas, o Governo Federal passou a experimentar um desenho bem definido de gestão. Para a SAF, “A abordagem territorial é uma visão essencialmente integrada de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas” (MDA, 2018). Buscou desconcentrar a tomada de decisões através de instâncias como o Colegiado Territorial, Conferências, Conselhos e engajar setores sociais – jovens, mulheres, trabalhadores rurais, indígenas –, no planejamento e monitoramento das ações do governo. Transferiu poder para a sociedade civil e fortaleceu as instituições sociais locais. A SAF afirma que “essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social são objetivos fundamentais a serem atingidos” (SEAD, 2018).

Segundo Sayago (2007, p. 11, 12), a política territorial ampara-se no seguinte tripé:

i) organização e participação da sociedade civil, através da formação de redes sociais territoriais de formação e capacitação ii) fortalecimento institucional inspirado na construção de políticas articuladas e iii) gestão compartilhada entre o setor público e o setor privado na busca do desenvolvimento rural sustentável, ou seja, da concertação social em torno das potencialidades (econômicas, sociais, culturais, institucionais, ambientais) de uma região.

A promoção das políticas públicas embasadas no conceito de desenvolvimento territorial se concentra em duas instâncias de governo: Federal e Estadual. Cada um tem sua maneira de formatar e articular as iniciativas que visam corresponder à abordagem territorial. Assim, temos ajustes nas políticas que já existiam e a criação de políticas já considerando a estratégia territorial para o desenvolvimento (FAVARETO, 2009). O autor esclarece ainda que a abordagem territorial teve início na virada dos anos 90 e surgiu em decorrência de vários estudos sobre planejamento e gestão pública, que tiveram importante impacto no redesenho das Políticas Públicas, a exemplo das pesquisas e publicações de Graziano da Silva (1999). Influenciado por esses estudos, em 2003 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Esses entes federados entendem os CMDRS como sendo a base municipal para pensar, formular e monitorar as políticas públicas. Como marco legal para nortear a relação entre poder público e sociedade civil, o governo federal edita um decreto normatizando as formas que seriam adotadas para assegurar a participação social na formulação e gestão das políticas públicas. Decreto nº 3.508, de 14 de Junho de 2000 – “Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, e dá outras providências”.

A SDT, desde sua criação, passou a gerenciar os recursos do PRONAF Infraestrutura, que atua com ações como crédito e capacitação dos agentes locais da sociedade civil e poder público, visando fortalecer a agricultura familiar (FAVARETO, 2009).

Nas capacitações, os métodos e conteúdos buscavam preparar os agentes locais para melhorarem suas capacidades de articulação, ordenamento institucional, construção de arranjos para fortalecer as entidades dos trabalhadores, gestão de

investimentos e negócios para gerar renda, legislações específicas, visão sistêmica e dinâmica, adoção da multidisciplinaridade para construir conhecimentos. Quanto ao crédito, disponibilizando recursos acessíveis aos pequenos produtores rurais.

Desde então, o posicionamento dos governos federal e estadual (Pernambuco) e o aprofundamento da participação social foram ganhando cada vez mais presença nas abordagens territoriais e discutindo os rumos e os caminhos para o desenvolvimento sustentável, por se tratar de um caminho novo, se apresenta com algum grau de dificuldade:

Uma das principais marcas da última década e meia no panorama das políticas para o desenvolvimento rural na América Latina é a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural (VEIGA et. al., 2001; ABRAMOVAY, 2003; SCHEJTMAN & BERDEGUÉ, 2003; FAVARETO, 2007). No entanto, quando se trata de analisar a consistência das políticas postas em funcionamento sob essa inspiração, nem sempre o resultado é satisfatório. Ao contrário, um dos grandes desafios parece ser a necessidade de se passar de uma inovação retórica para um verdadeiro processo de mudança institucional. Para tanto, um primeiro passo importante é o reconhecimento das várias práticas em curso. Por aí é possível não só reconhecer que esforços estão sendo postos em marcha, mas também e, sobretudo, identificar o estágio atual desta transição de uma visão setorial em direção a uma verdadeira abordagem territorial (FAVARETO, 2009, p. 3).

Entretanto, para Favareto (2009), apesar dos investimentos e melhoria da qualidade de vida das famílias, houve vários limites, e as atividades (capacitações, crédito e infraestrutura), pelo ponto de vista da expectativa econômica, foram pouco promissoras para a geração de trabalho e renda. O autor atribui esses resultados em parte pela própria falta de sintonia entre os entes do governo e a descontinuidade das ações ou falta de ações de suporte que ajudassem na consolidação dos investimentos nas iniciativas da população local.

O fato de que esta política tenha sido criada no interior de um ministério setorial e periférico – o Ministério do Desenvolvimento Agrário -, limitou enormemente o sentido e a eficácia da adoção desta nova abordagem. Apesar do discurso territorial, o leque de agentes envolvidos e as ações apoiadas continuaram restritos ao agro e a seus agentes mais tradicionais. Além da inovação retórica, a única mudança de fato foi a ampliação da escala geográfica das articulações – nem sempre dos investimentos – para o âmbito intermunicipal (FAVARETO 2009, p. 6, 7).

Nesse contexto, foi criado um novo programa para fortalecer a Estratégia Territorial que adotou em alguns territórios a implantação do Programa Território da

Cidadania – PTC. Esse Programa – Territórios de Cidadania, funcionou em harmonia com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, conseguiu ampliar mais a base do governo, agregando mais ministérios que passaram a orientar seus investimentos a partir dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – PTDRS, conseguindo, com isso, sair de uma ação marginal no governo, executada pelo MDA – um ministério setorial e até certo ponto isolado e, sob a coordenação da Casa Civil. Outros dezenove ministérios são envolvidos e fazem investimentos nessa perspectiva, e a retórica ganha mais universalidade para o desenvolvimento do país (FAVARETO, 2009).

Entretanto, continua válido o esclarecimento de Favareto (2009), não se conseguiu ainda superar o viés setorial desse modelo de desenvolvimento que se encontra muito focado em investimentos para o setor rural com projetos vinculados à agropecuária e, em alguns casos, artesanatos, tendo forte presença de agricultores familiares nas organizações institucionais e representações nos espaços de discussão e deliberação. O não envolvimento na Estratégia Territorial de ministérios como indústria, comércio, ciência e tecnologia e turismo de certa forma gerou essa situação. Por outro lado, esses ministérios não foram puxados por falta de demanda concreta dos atores locais. Embora isto, uma série de ações do governo federal protagonizada por vários ministérios de alguma forma se aproximavam da estratégia territorial.

Os exemplos mais importantes são: a Agenda XXI, sob responsabilidade do Ministério do Meio-Ambiente o Programa das Mesorregiões, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional e as políticas sociais sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social, em particular aquelas como o Programa Fome Zero de Segurança Alimentar e Nutricional e que são geridas pelos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD. Estas várias políticas têm em comum o fato de promoverem ações que afetam as populações rurais ou das regiões interioranas, a exigência de que elas sejam organizadas em planos territoriais de desenvolvimento, e a criação de fóruns regionais para sua gestão. Existe a expectativa de que elas ganhem maior integração justamente a partir do Território da Cidadania, o que ainda é incerto dado o caráter recente do programa (FAVARETO, 2009, p. 7, 8).

Outras organizações, aquelas que não são ligadas diretamente à agricultura familiar, também ficaram de fora dos debates e dos investimentos, dentre elas, algumas que são muito importantes e influentes para o desenvolvimento local, como aquelas ligadas ao desenvolvimento de tecnologias e outros setores econômicos do

município. Por conta disso, não foi possível ultrapassar a fronteira das ações vinculadas a um setor (agricultura familiar) no interior das políticas do governo (FAVARETO, 2009).

Segundo a SEAD (2018) o Brasil tem hoje 246 Territórios rurais, sendo que 127 estão no Programa Território da Cidadania. Segundo MDA (2008, p. 2), o que distingue as duas categorias são:

Um território rural se define por sua identidade social econômica e cultural com os seguintes requisitos: Conjunto de municípios com até 50 mil habitantes densidade populacional menor que 80 habitantes/Km² organizados em territórios rurais de identidade integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad, do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional - MI.

Por sua concepção e gerenciamento, os Territórios da Cidadania não se limitam em atacar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações de ministérios e governos estaduais e municipais, consolidando as relações federativas, tornando mais eficiente a ação do poder público nos territórios. Por exemplo: serão desenvolvidas ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf com a ampliação da assistência técnica a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa Família a implantação de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente e a construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas.

O Território do Agreste Meridional de Pernambuco é um Território da Cidadania, onde se localizam os quatro municípios objeto dessa pesquisa, selecionados pelos critérios de constante presença das lideranças nas reuniões do Colegiado Territorial, fazerem reuniões regulares no CMDRS e possuem atas e outros documentos atualizados.

A fim de situar o Território do Agreste Meridional de Pernambuco no contexto nacional, nas as tabelas e gráficos abaixo, apresenta-se uma visão panorâmica da realidade atual sobre os territórios no Brasil em 2018:

Dos 246 territórios existentes, 43% deles estão na Região Nordeste, em seguida a região com maior número de territórios é o Norte com 17%. O que corrobora com o fato da importância da atuação e atividades dos Territórios nos espaços onde se registra maior presença de famílias vulneráveis devido a fatores ambientais, como as secas periódicas; e econômicos, como a “concentração de renda” (IBGE, 2010). (Gráfico 3).

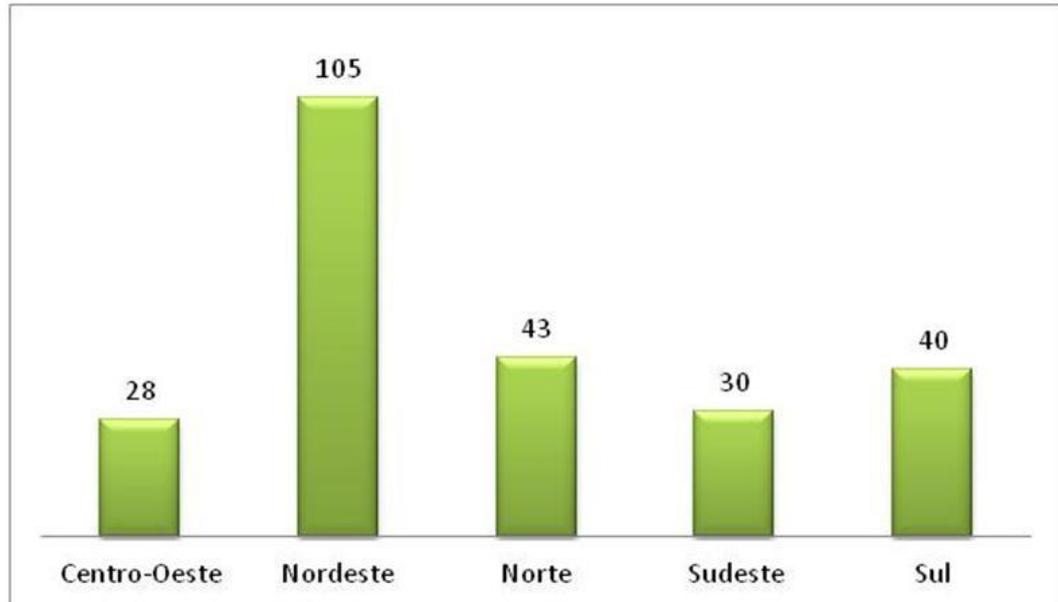


Gráfico 3: Distribuição de Territórios Rurais e de Cidadania por Regiões do Brasil – 2018. Valores absolutos.

Fonte: Elaboração da autora. SEAD, 2018.

O Gráfico 4 retrata a situação das regiões no que se refere à implantação dos Territórios de Cidadania. O Nordeste mostra ser a região onde mais se adotou essa política, isto reforça critérios de decisão sobre a criação de territórios e reforça a adesão à Estratégia Territorial, haja vista, ser a região com maior presença da agricultura familiar e essa abordagem ser percebida como adequada para enfrentar as situações de pobreza e vulnerabilidade da população.

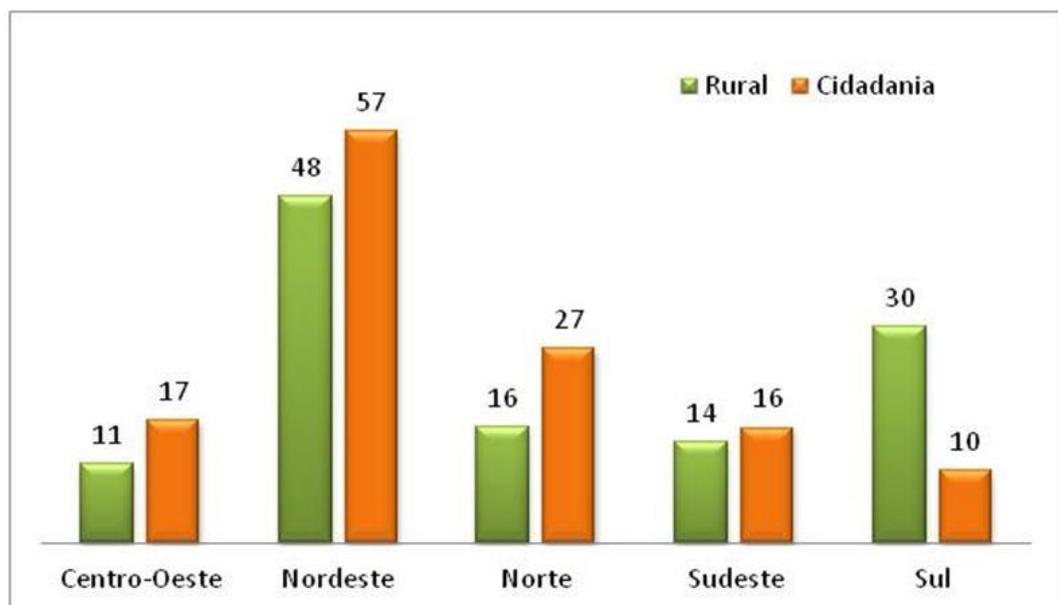


Gráfico 4: Distribuição de Territórios Rurais e Cidadania por Regiões do Brasil 2018.

Fonte: Elaboração da autora. SEAD, 2018.

O Gráfico 5 reforça a situação da abrangência alcançada com as políticas públicas do Programa Território da Cidadania pensadas e executadas a partir da adoção da Estratégia Territorial adotada para o incremento dos Territórios Rurais, e confirma sua maior presença exatamente onde há mais necessidade por conta da incidência de pobreza e insegurança alimentar. A urgência desse atendimento na região Nordeste, nesse período, se justifica pelo prolongado período de estiagem, o que colocou em risco a população do semiárido.

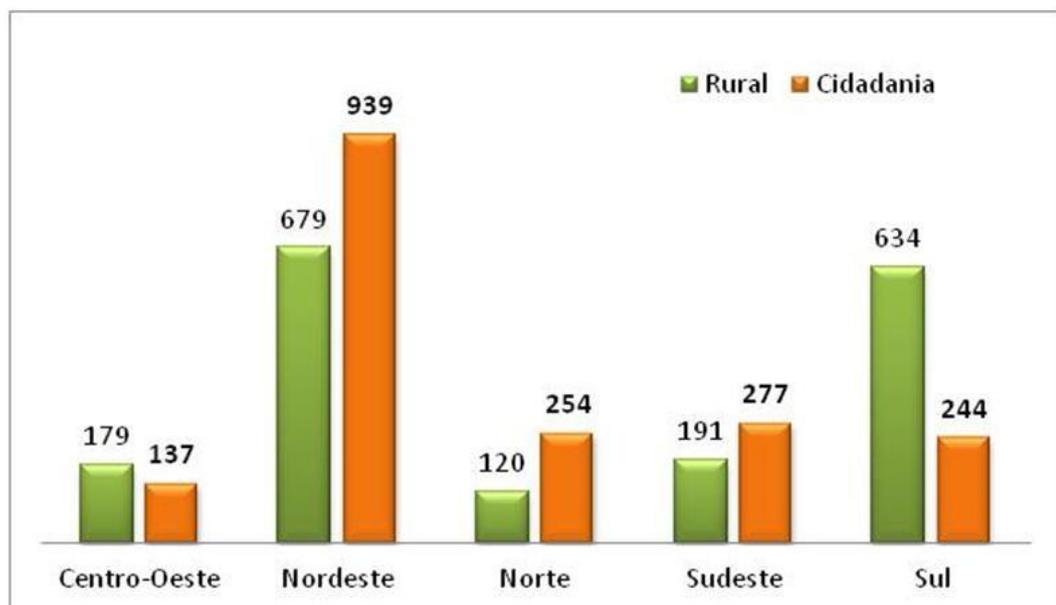


Gráfico 5: Número de Municípios por Territórios Rurais e Cidadania nas Regiões do Brasil – 2018.

Fonte: Elaboração da autora. SEAD, 2018.

Para Veiga (2002, p.12) “as vantagens das noções de território e de espaço são evidentes: não se restringem ao fenômeno local, regional, nacional ou mesmo continental, podendo exprimir simultaneamente todas essas dimensões”.

O enfoque do desenvolvimento territorial como substrato às recentes políticas públicas voltadas para o meio rural brasileiro, evidenciado com a criação dos Territórios Rurais – TR e Programa Territórios da Cidadania – PTC sob a responsabilidade institucional da SDT/MDA representa um modelo que conseguiu mobilizar atores locais e gestores públicos para a resolução de problemas arraigados e consolidar instrumentos de gestão democrática através dos CMDRS e Colegiados Territoriais.

No seu “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios”, a SDT/MDA (2005, p. 7) utiliza institucionalmente a concepção de território como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições.

Percebe-se, por essa abordagem que a SDT/MDA se fundamenta principalmente no fator identidade e no caráter homogeneizador do espaço. Logo, opera-se com os resultados imediatos, ampliando e recriando em outros territórios experiências práticas com função positiva, sem desconsiderar as particularidades territoriais e averiguando a participação direta da sociedade na gestão social dos territórios (ABRAMOVAY, 2005).

Essa abordagem está de acordo com a concepção de Sabourin (2002) ao afirmar que “o enfoque territorial considera, sobretudo a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos”.

1.1.7 Conselhos

1.1.7.1 Breve histórico sobre Conselhos

A utilização de “conselhos” na gestão pública, ou em coletivos organizados da sociedade civil, não é nova. Os conselhos são instituições tão antigas quanto à própria democracia participativa. Na modernidade, surgiram em épocas de crises políticas e institucionais.

O debate sobre os conselhos como instrumento de exercício da democracia esteve presente entre setores liberais e da esquerda (em seus diferentes matizes). A diferença é que eles são pensados como instrumentos ou mecanismos de colaboração, pelos liberais e como vias ou possibilidades de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder, pela esquerda. Os conselhos como formas de gestão da coisa pública foram defendidos também por Hannah Arendt, ao analisar as revoluções francesa e americana, assim como ao definir os espaços da ação coletiva entre o público e o privado. Para Arendt, os conselhos são a única forma possível de um governo horizontal um governo que tenha como condição de existência a participação e a cidadania. Em *Crises da república* (1973), afirmou que os conselhos poderiam ser não apenas uma forma de governo, mas também uma forma de Estado (GOHN, 2004, p.176).

Segundo Labra e Figueiredo (2002), como fruto da pressão de movimentos populares, no Brasil, o processo da democratização política vivenciado desde a década 1980, oportunizou o surgimento de experiências de participação populares nas arenas públicas de decisão política, como exemplo temos a estruturação de diferentes conselhos setoriais, como os de saúde, educação e posteriormente, os de desenvolvimento rural sustentável.

Esta profusão de conselhos gestores pode ser compreendida como a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático uma vez que encerram em si um enorme potencial de transformação política, propiciando a entrada de temas políticos na vida de indivíduos ou grupos organizados que até então se encontravam às margens desta discussão (ABRAMOVAY, 2001, p.121).

Segundo Olival, Spexoto e Rodrigues (2007), os conselhos não são, em si mesmos, virtuosos. Na medida em que atuam e são vistos como instâncias de decisão e se mostram capazes de representar a sociedade é que se tornam virtuosos (CACCIA-BAVA, 2001), através deles há um constante aprimoramento nas representações sociais e participação direta dos cidadãos nas políticas públicas.

[...] os conselheiros podem ser mal informados, pouco representativos, indicados pelos que controlam a vida social da organização ou localidade em questão, mal preparados para o exercício de suas funções ou, o que parece tão frequente, uma mistura de cada um destes elementos. Mas o simples fato de existirem conselhos abre o caminho para que se amplie o círculo social em que se operam as discussões sobre o uso dos recursos públicos (ABRAMOVAY, 2001, p.121).

Portanto, a presença dos atuais CMDRS nos municípios, como instrumentos de gestão pública, opera como mecanismo que fortalece a participação social, capacita a sociedade civil para entender as relações de poder, pressiona os gestores para que sejam mais transparentes quanto aos gastos públicos, orientam os investimentos para satisfazer as necessidades reais da população, servem de canais abertos de diálogos entre a população e os gestores nas três esferas (municipal, estadual e federal); rompe com a hegemonia do grupo dominante no município, pois seus membros são indicados pelos vários segmentos sociais.

1.1.7.2 Conselhos de Políticas Públicas na Constituição Federal de 1988

Os avanços sociais na busca por participação nos debates políticos contribuíram para que esse tema fosse tratado pelos deputados constituintes e se fizesse presente na CF-88, tendo sido explicitado, no seu arcabouço, princípios claros para a consolidação da participação social através da criação dos conselhos. Especialmente, nos artigos 198, 204 e 206 da Constituição, que tratam do assunto e normatizam a criação de alguns conselhos, como o de saúde, educação e assistência social. Ante o sucesso desses, outros conselhos surgiram posteriormente, através de normatizações específicas, mas esse debate não é pacífico (CF, 1988).

Como exemplo desse processo, caracterizando essa participação social como espaço em disputa, citamos o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, e dá outras providências. Segundo esse Decreto, setores da sociedade civil, sem qualquer burocracia ou formalidade, poderiam participar das discussões relativas às políticas públicas (BRASIL, 2014). Essa decisão não agradou aos parlamentares contrários a essa participação ampla da sociedade e a Câmara Federal o sustou através do Projeto de Decreto Legislativo (PDC 1491/2014) – “Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências” (BRASIL, 2014).

Atualmente, existem vários tipos de conselhos, conforme sua finalidade. Conselho de Direitos: Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA. Conselhos de Profissionais por área: estes são alguns Conselhos (autarquias) que zelam pela boa conduta dos profissionais brasileiros, que possuem suas respectivas profissões regulamentadas, Conselhos Regionais de: Administração, Assistência Social, Biblioteconomia, Contabilidade, Corretores de Imóveis, Enfermagem, Medicina Veterinária, Ordem dos Advogados do Brasil e outros.

Neste trabalho, em particular, o foco são os Conselhos Sociais, espaços políticos onde se situa os CMDRS, vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF.

Os conselhos, atualmente, são sinônimos de “participação popular na formulação das políticas públicas e no controle das ações do Estado” (MADRIGAL,

2015) e os conselheiros buscam tornar ativa a presença da sociedade nos espaços de poder, especialmente das comunidades locais – associações rurais, cooperativas, sindicatos –, e por áreas de interesse – jovens, mulheres, quilombolas, povos tradicionais, indígenas -, atuantes na formulação e fiscalização das ações do governo.

Segundo Carneiro (2006) “A questão dos conselhos insere-se fundamentalmente na área da governança democrática”, pois assume corresponsabilidade na definição dos investimentos públicos e monitoram os serviços. Na prática, contribui para uma reorganização do jeito de exercer o poder público, rompendo com uma prática verticalizada, unilateral, centralizada e afirmando a horizontalidade, compartilhamento e descentralização das decisões e transparência nas ações.

A participação da sociedade civil, diretamente envolvida com gestores públicos, é fundamental para gerar incidência positiva na gestão e garantir que os rumos das ações do governo não destoem da vontade e necessidade da população.

A participação da sociedade civil organizada em conselhos permite o exercício do controle social sobre as políticas governamentais, a formulação e proposição de diretrizes, o estabelecimento de meios e prioridades de atuação voltadas para o atendimento das necessidades e interesses dos diversos segmentos sociais, a avaliação das ações e a negociação do direcionamento dos recursos financeiros existentes (PRESOTO e WESTPHAL, 2005, p.3).

Os conselhos, portanto, diferem de movimentos sociais protagonizados por grupos de interesse e de instituições associativas feitas só por civis que atuam em determinado setor, pois os conselhos são instituições da esfera pública, como aponta Habermas (1997) e sua composição, em alguns casos era paritária (sociedade e governo) os tornam parte ou extensão do Estado na direção dos interesses sociais e, por causa desse seu lugar político, contribuem para um diálogo muito próprio buscando consensos, redefinindo valores, reconstruindo identidades, desestruturando sistemas centralizadores e mobilizando a sociedade que exercita a democracia direta. Os conselhos “representam um espaço privilegiado para a participação popular na elaboração, implementação e fiscalização das ações governamentais, além de permitirem o fortalecimento da relação Estado e Sociedade” (SANTOS, 2011).

Com essa determinação jurídica prevista na Constituição Federal e a legitimação dos conselhos como componentes da gestão público, consolidadas a partir da descentralização político administrativa do Estado Brasileiro, foram criados vários outros mecanismos de relacionamento entre estado e sociedade civil – além dos conselhos -, buscando uma renovação nas práticas de planejamento, elaboração, implementação e gestão das políticas públicas, nas diversas áreas. Mecanismos como fóruns com diferentes finalidades e alcances, conselhos setoriais de políticas públicas, mesas de concertação, orçamentos participativos, mecanismos de monitoramento, prestações de contas, etc. (DAGNINO e TATAGIBA, 2007).

1.1.7.3 CMDRS

1.1.7.3.1 Histórico dos CMDRS no Brasil

A fase pós CF-88 foi de importantes avanços sociais, políticos e jurídicos. Possibilitou a consolidação de planos nas diferentes instâncias federadas que orientam e possibilitam a elaboração de políticas públicas para diferentes setores sociais, bem como políticas especificamente voltadas para assegurar a participação da sociedade civil nas decisões sobre onde e como investir os recursos públicos (SOUZA, 2004). Uma dessas iniciativas foi a instituição do PRONAF e, com ele, a proliferação de CMDRS.

Os CMDRS são organismos consultivos e deliberativos instituídos pelo poder público municipal e, politicamente, são ligados às instâncias superiores, estadual e federal, respectivamente, Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável – CDRS e CONDRAF, cujas regras de formação e interdependência precisam ser observadas e são criados através de decretos municipais, mas esse processo precisa seguir o formato definido pelas instâncias superiores. Dentre as regras previstas para o reconhecimento do CMDRS junto ao CDRS, estão alguns critérios como: a sua composição pelo poder público e sociedade civil; possuir um Estatuto Social que assegure vinculação às instâncias superiores; e prestar, publicamente, contas das suas ações.

Segundo a Controladoria Geral da União (2012, p. 14-15), os Conselhos de Desenvolvimento Rural têm como atribuição:

Descobrir os potenciais de desenvolvimento rural e indicar estratégias e alternativas para melhoria das condições de vida de populações rurais por meio da elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Rural. Têm como principais atribuições:

- Definir as prioridades das ações que contribuam para o desenvolvimento do meio rural do município;
- acompanhar a elaboração e aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural;
- garantir a integração dos demais conselhos do município que possuam ações no meio rural;
- controlar e avaliar a política municipal de Desenvolvimento Rural;
- difundir informações que possibilitem a população do município o conhecimento do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Embora haja diferenças entre os CMDRS em cada município, observa-se que, ao longo do tempo, eles passaram a funcionar como “fóruns” importantes de deliberação sobre a definição, execução e monitoramento de muitas ações de políticas públicas para o meio rural. Neles, estão representados vários segmentos da sociedade civil e instituições públicas e têm servido como porta de entrada para quaisquer órgãos públicos e entidades privadas que se propõem a desenvolver alguma ação nos municípios, sendo que no CMDRS é onde se faz a identificação de beneficiários diretos, deliberação sobre o método de atuação, monitoramento das ações, definição de prioridade das ações e, mais ainda, se aceita ou não aquela ação no município.

1.1.7.3.2 CMDRS em Pernambuco

Em Pernambuco, os esforços para incrementar a participação social através de conselhos teve uma orientação direta quando o governo do Estado passou a executar projetos através da parceria com o BIRD e a formação de conselhos municipais, para discutir e deliberar sobre os investimentos, passou a ser uma exigência dos projetos. Ainda na década de 1970, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE já discutia alternativas para conseguir maior efetividade nos investimentos para o desenvolvimento local (PARREIRAS, 2007) visando êxito na superação da pobreza, especialmente, a pobreza rural.

Em 1985, surge o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP, conhecido também como “Projeto Nordeste”. Na execução desse programa buscou-se maior envolvimento da sociedade e essa participação foi sendo incrementada ao longo do período e o foco principal continua sendo a superação da pobreza rural (IICA/SUDENE, 1996).

Nesse mesmo ano, é criado, pelo governo do Estado de Pernambuco, no interior da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária – SARA, a Unidade Técnica do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – ProRural (ProRural, 2018) que passou a ser o órgão executor das ações financiadas com recursos do BIRD e, para isto, precisava interagir de forma direta com os conselhos, cujo modelo de funcionamento passou por várias fases.

Os resultados das ações deixavam muito a desejar, ficando aquém das expectativas (PARREIRAS, 2007) e, como resposta, de um lado, os agentes do governo tentaram envolver mais a população, de outro, buscaram articular melhor as políticas e os investimentos através da interação entre as políticas públicas. Por isso, os conselhos municipais passaram a ser o ponto de convergência, partida e chegada, das várias políticas públicas e, com isto, ficaram fortalecidos, pois em um mesmo conselho discutia-se as ações do PRONAF, Crédito Fundiário, Projeto Cédula da Terra e outros.

Em 1993, houve uma reformulação dos conselhos para a execução do Programa de Apoio Comunitário – PAC. Nesse novo desenho, as associações representantes dos pequenos produtores faziam e enviavam os projetos ao ProRural. Mas, para isto, cada município precisava ter um conselho funcionando para gerenciar esse Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC, “onde os conselhos priorizavam necessidades, aprovavam e enviavam os projetos” (SILVA et al, 2011).

Em 2000, houve uma reestruturação dos conselhos, quando mudou o nome de FUMAC e deixou de ser paritário e adotou o nome de CMDRS adotando toda a normativa federal para a constituição dos CMDRS. Os conselhos passaram também a discutir investimentos relativos ao PRONAF.

A partir de 2003, a SDT/MDA, buscando efetivar a Estratégia Territorial para orientar os investimentos do Governo Federal, se somou a essa estratégia da formatação de conselhos e a atual estrutura dos CMDRS se situa nesse contexto. Os CMDRS foram a base para a formação dos Colegiados (ou Fóruns) Territoriais.

O Colegiado Territorial elaborou um Plano de Desenvolvimento Territorial – PTDRS e a execução desse Plano, nos municípios, seria monitorada pelos CMDRS. Portanto, se consolida essa prática de participação social através dos conselhos municipais como protagonistas para fazer o controle social das políticas públicas.

Com os CMDRS, valorizou-se essa trajetória que já vinha se fazendo ao longo do tempo, o papel de todas as instituições foi ganhando mais nitidez, e os arranjos institucionais passaram a ser incentivados como incremento importante e necessário para envolver, em compromissos mútuos, os segmentos sociais e os gestores públicos. Fortalecer os conselhos, pois, significa ampliar a participação, dar legitimidade aos processos e aumentar as chances de acertos e sucessos quanto aos investimentos em políticas sociais e ações de geração de renda.

A partir de 2010, portanto, o protagonismo dos CMDRS foi evidente na elaboração e controle dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS. Atualmente, cumulam também as discussões e deliberações sobre o Plano de Investimentos dos recursos do BIRD gerenciados pelo ProRural. Esse dois planos servem de referência para os Governos Federal e Estadual dar materialidade às ações concretas das políticas públicas e são construídos a partir das demandas levantadas pelos CMDRS.

1.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho de pesquisa apresenta uma abordagem sobre a importância dos CMDRS enquanto instituições representativas da agricultura familiar e suas contribuições para a política de desenvolvimento territorial sustentável.

Destaca também a temática do controle social como resultante do empoderamento da sociedade civil, tendo nos CMDRS instrumentos importantíssimos na relação de intercâmbio entre as entidades sociais e fortalecimento destas na interação com o poder público.

Apresenta um estudo do perfil das instituições e suas diversas formas de atuações nos diferentes níveis e instâncias políticas. Bem como, pode ser destacado seu grau de eficiência através da operacionalização de práticas exitosas, junto à população local, que contribuem para o desenvolvimento territorial.

A metodologia da pesquisa está baseada em uma abordagem qualitativa, interdisciplinar e de características construtivistas e desenvolvida e fundamentada a partir do arcabouço teórico e metodológico da teoria das práticas sociais.

A metodologia qualitativa foi adotada por apresentar-se mais adequada enquanto se refere à subjetividade das informações coletadas que só podem ser entendidas considerando a sua origem e seus vínculos político sociais. No tocante à apresentação dos resultados das coletas de informações e registros das análises, buscou-se uma descrição organizada por gráficos.

Os CMDRS de Caetés, Itaíba, Tupanatinga e São Bento do Una – Pernambuco, constituem o campo relacional em estudo, formado por diferentes agentes com suas experiências e histórias que, pela sua forma de relacionamento e de junção de experiências, constroem uma realidade comum, permitindo entender como as estruturas de poder e controle se edificam e se legitimam no interior de cada Conselho.

O trabalho se mostrou de acordo com a proposta teórica que “descreve a complexidade de determinado problema, as soluções encontradas e os métodos de negociação adotados, analisando a interação de certas variáveis”, e “(...) buscando compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON, 1985).

Também foi utilizada a observação participante, tanto nas reuniões dos CMDRS, como junto a outros grupos de interesse da pesquisa. Nesses espaços colegiados foi possível observar, de forma mais clara, as formas e modos de interação entre os agentes estudados.

Dada à necessidade estratégica dos trabalhos de campo, buscou-se realizar levantamento bibliográfico e documental; reunir e armazenar dados; sistematizar informações; fazer cruzamento entre as observações de campo, permitindo uma leitura crítica das relações sociais em estudo.

A pesquisa bibliográfica se deu em livros e artigos científicos a fim de se construir uma atualização teórica sobre o temas abordados com aprofundamento na compreensão de alguns conceitos tratados nessa pesquisa (GIL, 2002). Dentre os conceitos presentes, buscados na literatura, é possível citar: controle social, protagonismo social, empoderamento, conselhos, território, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento territorial.

Para pesquisa documental, foram utilizadas atas das reuniões e assembleias dos anos 2015, 2016 e 2017 de cada Conselho participante da pesquisa. As atas trazem as discussões, entidades representativas presentes e deliberações dos Conselhos. Realizou-se pesquisa no que consta nas atas dos Conselhos dos quatro municípios: Caetés (25 atas), Itaíba (33 atas), Tupanatinga (32 atas) e São Bento do Una (41 atas), além dos Estatutos Sociais e Planos Municipais de Desenvolvimento rural Sustentável e Solidário - PMDRSS.

1.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

1.3.1 Característica dos municípios pesquisados

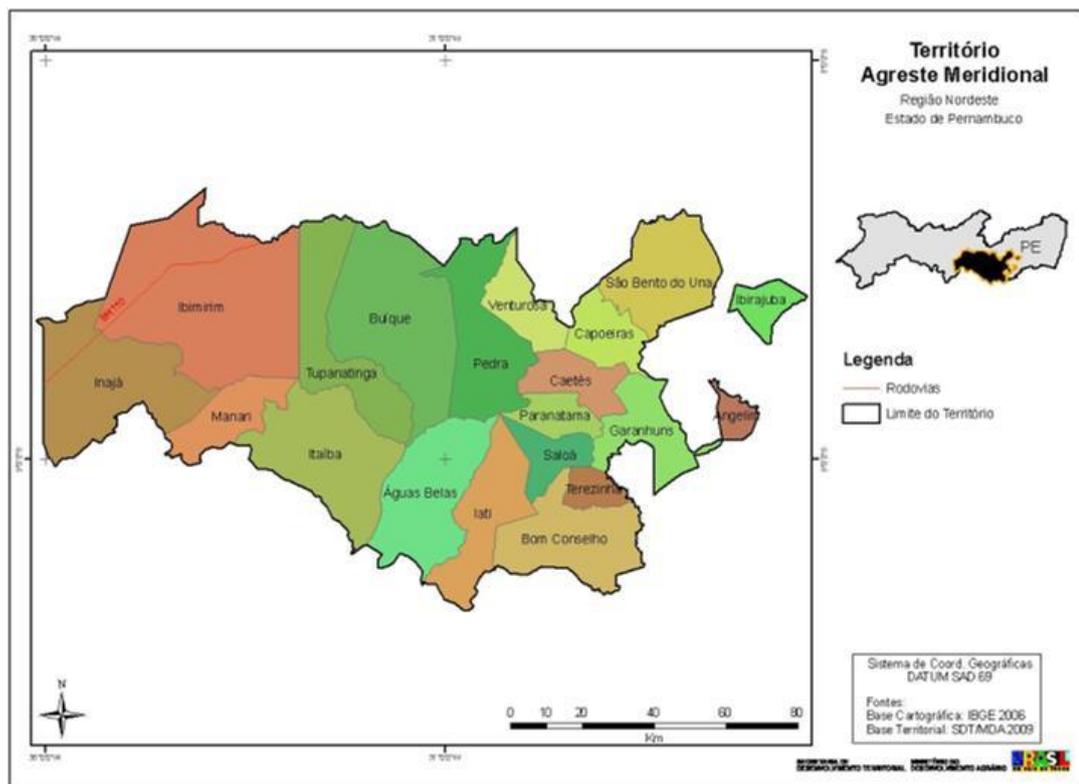


Figura 1: Mapa dos Municípios que compõem a CODETAM.

Fonte: IADH, 2011.

Na Figura 1, acima, no centro está o mapa do Território do Agreste Meridional de Pernambuco e, à direita o mapa de Pernambuco com destaque para o Território do Agreste Meridional que é formado por 20 municípios: Inajá, Ibimirim, Manari, Itaíba,

Tupanatinga, Buíque, Águas Belas, Pedra, Iati, Venturosa, São Bento do Una, Capoeiras, Caetés, Paranatama, Saloá, Ibirajuba, Garanhuns, Angelim, Terezinha e Bom Conselho.

Desde as primeiras iniciativas com a implantação dos Conselhos do FUMAC, criados pelo governo do Estado de Pernambuco na década de 90, para a aplicação dos recursos oriundos de empréstimos junto ao Banco Mundial, a presença dos Conselhos tem se consolidado nos municípios.

Os vinte CMDRS que fazem parte da CODETAM têm atuação semelhante no que se refere ao cumprimento das normas institucionais: composição, forma de criação, vinculação aos Conselhos Estadual e Federal, observância ao PTDRSS e participação em espaços de incidência política, tanto em nível de município como de Território, em relação às discussões, proposições e deliberações de políticas públicas.

Características dos Municípios pesquisados: 1) as partes descritas dos Estatutos Sociais dos quatro conselhos estudados (ANEXO 1) mostram semelhança entre si e até mesmo repetição literal de texto. O que demonstra a sua origem comum, sob uma mesma base, com orientação do ProRural para implantação das Políticas de Combate à Pobreza Rural executadas pelo governo do Estado; b) a lista das entidades que compõem oficialmente os CMDRS (ANEXO 2) e o seu resumo nos gráficos (7, 10, 13 e 16), mostram a presença de uma grande maioria de instituições da sociedade civil dos agricultores familiares: sindicatos, associações, cooperativas.

Como a dinâmica dos CMDRS nas decisões tenta-se buscar consensos, quando este não é alcançado fazem votação, então essa maioria da sociedade civil faz uma diferença importante para a tomada de decisões em relação às políticas públicas; c) os gráficos (8, 11, 14 e 17) demonstram as principais políticas públicas mencionadas, discutidas e deliberadas nos Conselhos o que mostra, de um lado, a importância da proatividade dos CMDRS na gestão pública, por outro, praticamente as mesmas políticas se repetem nos quatro conselhos e são aquelas fomentadas pelo MDA/SDT (federais) ou IPA e ProRural (estaduais), focadas no universo rural e que visam soluções básicas: armazenamento de água, crédito, sementes, moradia e mercado institucional.

Os quatro conselhos estudados foram criados por decretos, atuam em caráter consultivo (quando orientam), deliberativo (quando homologam) e propositivo

(quando definem prioridades e promovem ações). Seus integrantes são indicados por suas respectivas instituições e têm em suas representações a maioria de instituições da agricultura familiar. Quanto ao perfil dos quatro coordenadores dos Conselhos, são todos representantes da sociedade civil.

Há uma rotina de reuniões, de modo que todos se reúnem mensalmente, e têm a prática de fazer orações e preces no início ou final de suas reuniões.

Os conselhos recebem visitas de várias instituições públicas: ProRural, IBGE, ADAGRO, Banco do Nordeste, Secretarias municipais: Saúde, Assistência Social, Educação; ou entidades privadas: Cáritas, Coopanema, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar, entre outras, que executam ações nos municípios, de modo que há um reconhecimento da sua importância para legitimar ações, bem como para qualificar tais políticas, pois os conselheiros efetivamente conhecem as demandas do município e são representantes da população rural. Também, é comum os conselheiros solicitarem informações junto a essas instituições ou secretarias da prefeitura ou governo do Estado, e são prontamente atendidos.

Prezando pela democracia, incentivo e valorização da participação social, as reuniões são abertas e públicas e os presentes, indistintamente, tem direito a voz e todos se sentem bem-vindos. Isto faz com que o espaço criado pelos CMDRS seja um ambiente de participações autênticas, transparentes e significativas. Sendo assim, pela quantidade de pessoas presentes em determinado período ou situação, a seleção dos assuntos na pauta, o tom de voz nas falas, o acirramento dos debates... Passam mensagens importantes a serem captadas e interpretadas pelos gestores e pelos líderes sociais para se posicionarem politicamente e atuarem de acordo com a demanda social.

Entretanto, conforme as atas analisadas, percebe-se reincidência de temas tratados e rediscussão de várias políticas públicas (enfrentamento à seca, ações de saúde, compra direta...) que não foram efetivadas. O que mostra que o poder do CMDRS para influenciar nas decisões dos gestores não se verifica de forma automática, mas exige-se constante capacidade de negociação e pressão que nem sempre geram os resultados esperados.

1.3.1.1 Caetés

O mapa (Figura 2) mostra a distância entre a cidade de Caetés e a Capital do Estado, Recife – PE. O acesso se dá por estradas asfaltadas em bom estado de conservação.

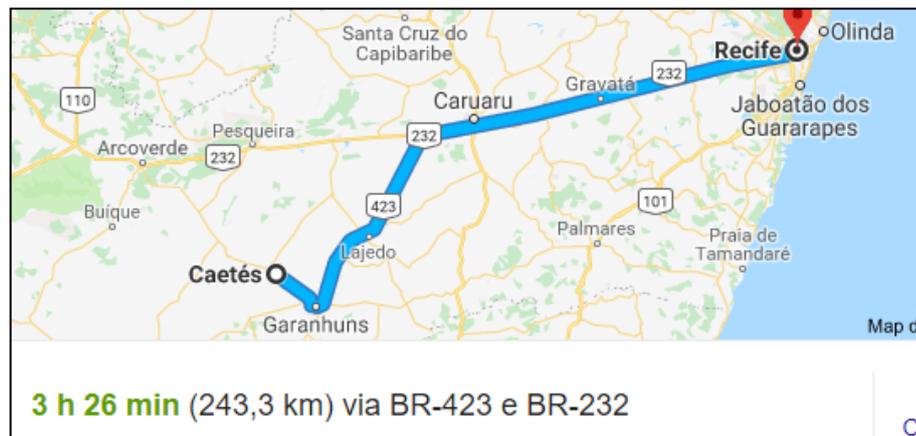


Figura 2: Rota do percurso entre Caetés e Recife.
Fonte: Google Maps, 2018.

O município de Caetés está localizado na mesorregião Agreste e na Microrregião Garanhuns do Estado de Pernambuco, limitando-se ao norte com Venturosa, ao sul com Paranatama, ao leste com Garanhuns e Capoeiras, e ao oeste com Pedra. A área municipal ocupa 322,9 km² e representa 0.33 % do Estado de Pernambuco. Está inserido na Folha SUDENE de Venturosa na escala 1:100.000. A sede do município tem uma altitude aproximada de 849 metros, e coordenadas geográficas de 08 graus 46 min. 23 seg de latitude sul e 36 graus 37 min. 21 seg de longitude oeste, distando 249,2 km da capital, cujo acesso é feito pela BR-101; BR-433, e BR-424 (CPRM/PRODEEM, 2005).

Sua população estimada para 2018 é de 28.570 habitantes (IBGE, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Caetés é 0,522, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), comparado ao IDH de Pernambuco em 2010, é de 0,678. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,732, seguida de Renda, com índice de 0,497, e de Educação, com índice de 0,392 (PNUD/IPEA/FJP, 2013)a.

O nome da cidade de Caetés tem como origem uma imagem de São Caetano, comprada pelo sobrinho do fundador Miguel Quirino dos Santos. E originou-se do nome de um índio civilizado, Caetano, da tribo dos Caetés. Quando distrito de Garanhuns era São Caetano. Alteração toponímica distrital: São Caetano para Caetés, alterado pelo decreto-lei nº 92, de 31-03-1938 (IBGE, 2018).

A vegetação predominante no município é típica do semiárido, caatinga hiperxerófila. O índice pluviométrico chega a menos de 800 mm/ano e está passível a secas periódicas.

Os principais povoados são: Ponto Alegre, Atoleiro, Barriguda, Bastiões, Vila Araçá, Várzea Comprida, Várzea Suja e Queimada Grande. Principais produtos agropecuários são a mandioca, milho, feijão e bovinocultura de leite, distribuídos em centenas de pequenas e micro propriedades rurais.

Atualmente o município conta com importantes parques eólicos, com 129 aerogeradores, sendo 43 no Parque Santa Brígida, e 86 no Parque São Clemente. Em se tratando de um mega projeto, trouxe benefícios para as famílias que tiveram suas terras “alugadas”, recebem um valor mensal por cada torre implantada em suas terras. Mas também ocorrem transtornos para muitas famílias, que residem próximas às torres geradoras, pois alegam que o barulho constante e as sombras provocadas pelas hélices, especialmente à noite, perturba o sono e gera estresse e problemas psicológicos. Há torres instaladas com aproximadamente 150 metros de distância das residências.

Formação Administrativa

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, figura no município de Garanhuns o distrito de São Caetano. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo decreto-lei nº 92, de 31-03-1938, o distrito de São Caetano passou a denominar-se Caetés (IBGE, 2018).

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Caetés figura no município de Garanhuns. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Caetés, pela lei estadual nº 4987, de 20-12-1963, desmembrado de Garanhuns. Sede no antigo distrito de Caetés. Constituído do distrito sede. Instalado em 18-08-1964. Em divisão

territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (IBGE, 2018).

1.3.1.2 CMDRS Caetés

Nome: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caetés – CMDRS.

O CMDRS de Caetés tem um vínculo forte e determinante com a prefeitura, sendo o Secretário de Agricultura seu principal articulador. Essa situação faz que o CMDRS tenha um prestígio importante no município e cabe ao CMDRS a definição das principais ações da gestão municipal para o meio rural, de forma democrática e participativa. Nesse caso, o CMDRS é sinônimo de participação social, sendo um espaço privilegiado para tomada de decisões e tornou a porta de entrada para quem vem de fora (BNB, Cáritas, ProRural, empresas envolvidas com o parque eólico...) executar alguma ação no município e é o ponto de referência da população local para se comunicar com o poder público (fazer reivindicação de algum serviço como aração de terra, distribuição de água, atendimento de saúde, reformas de estradas...) e vice versa (quando a prefeitura vai realizar alguma ação no município o plano passa pelo CMDRS a exemplo do desassoreamento dos açudes e barragens, consertos de estradas, roteiro do carro pipa...), a Prefeitura executa ações conforme resultado das demandas trazidas e negociadas pelo Conselho.

O CMDRS conseguiu se consolidar como um fórum democrático para o exercício da cidadania, conseguindo com isso volumes de recursos vultosos em políticas públicas, a exemplo do Agroamigo e outros projetos, como o de construção de cisternas que já chegou à maioria das famílias do município e tecnologia do bioágua – tratamento da água cinza, que reaproveita as águas utilizadas nas residências para aguar quintais produtivos.

Tem em sua composição 94% representantes da sociedade civil e 6% representantes do poder público (Gráfico 6). Suas reuniões são mensais e acontecem geralmente na Câmara de Vereadores do município, e a manutenção de suas atividades conta com o apoio financeiro da Prefeitura e do STR. É comum se fazerem presentes nas reuniões como visitantes, vereadores, secretários municipais e instituições da sociedade civil, em geral essas participações são para prestar

contas de algum projeto em andamento ou concluído ou informar e/ou consultar os conselheiros sobre alguma ação/situação que esteja planejada ou em execução no município.

Foram disponibilizadas, pelo CMDRS, para essa pesquisa documental, 7 atas (2015), 11 atas (2016) e 7 atas (2017), totalizando 25 atas. Também foram disponibilizados o Estatuto Social e o PMDRSS.

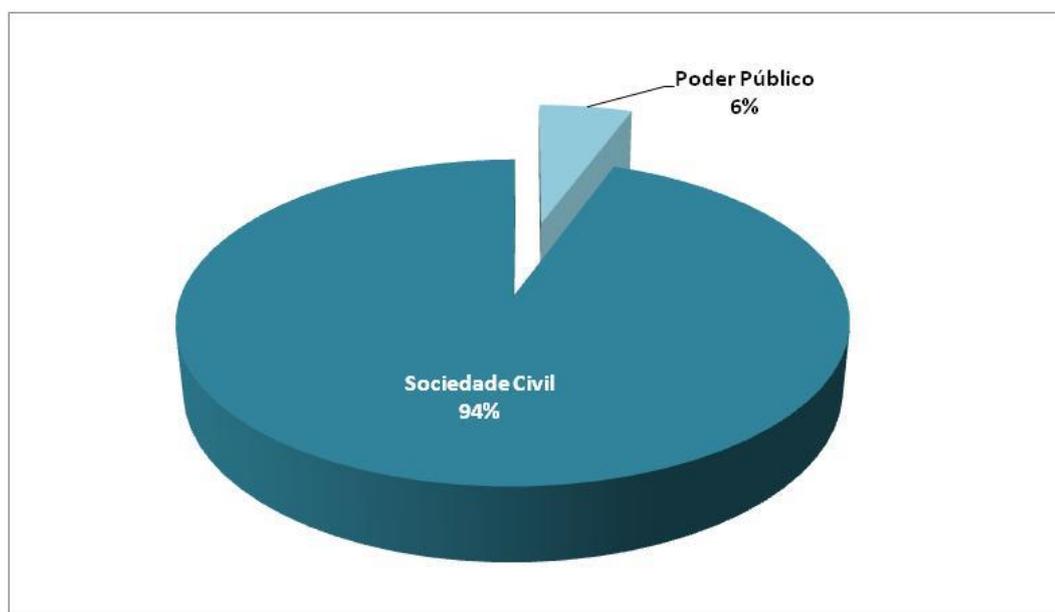


Gráfico 6: Composição em percentuais do poder público e sociedade civil do CMDRS de Caetés, 2018.

Fonte: Elaboração da autora a partir do Estatuto do CMDRS de Caetés.

No Gráfico 7 são apresentadas as principais políticas públicas constantes na pauta das reuniões do conselho no período de 2015 a 2017. As referidas Políticas são apresentadas como se fossem independentes, entretanto, são diferentes instituições e ministérios que as executam. Isto reforça a percepção de os CMDRS operarem como elo integrador das diferentes ações planejadas para o município, o que o faz ser relevante no controle social das políticas públicas.

A quantidade de vezes que a política aparece nas discussões não demonstra necessariamente sua relevância, muitas vezes até o contrário, se aparece muitas vezes é porque precisa de ajustes com mais frequência. Por exemplo, Programa Carro Pipa é de extrema importância para o município, mas depois de deliberada passou a ser executada pelo Exército, e acompanhada pelo CMDRS. Já o Agroamigo, que é executado pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB através de

técnicos que visitam as comunidades dos beneficiados, havendo insatisfação nessa prestação de serviço, às queixas chegam ao CMDRS. Outros ainda possuem um grau de complexidade, a exemplo do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, que exige discussão em vários estágios da execução do Programa.

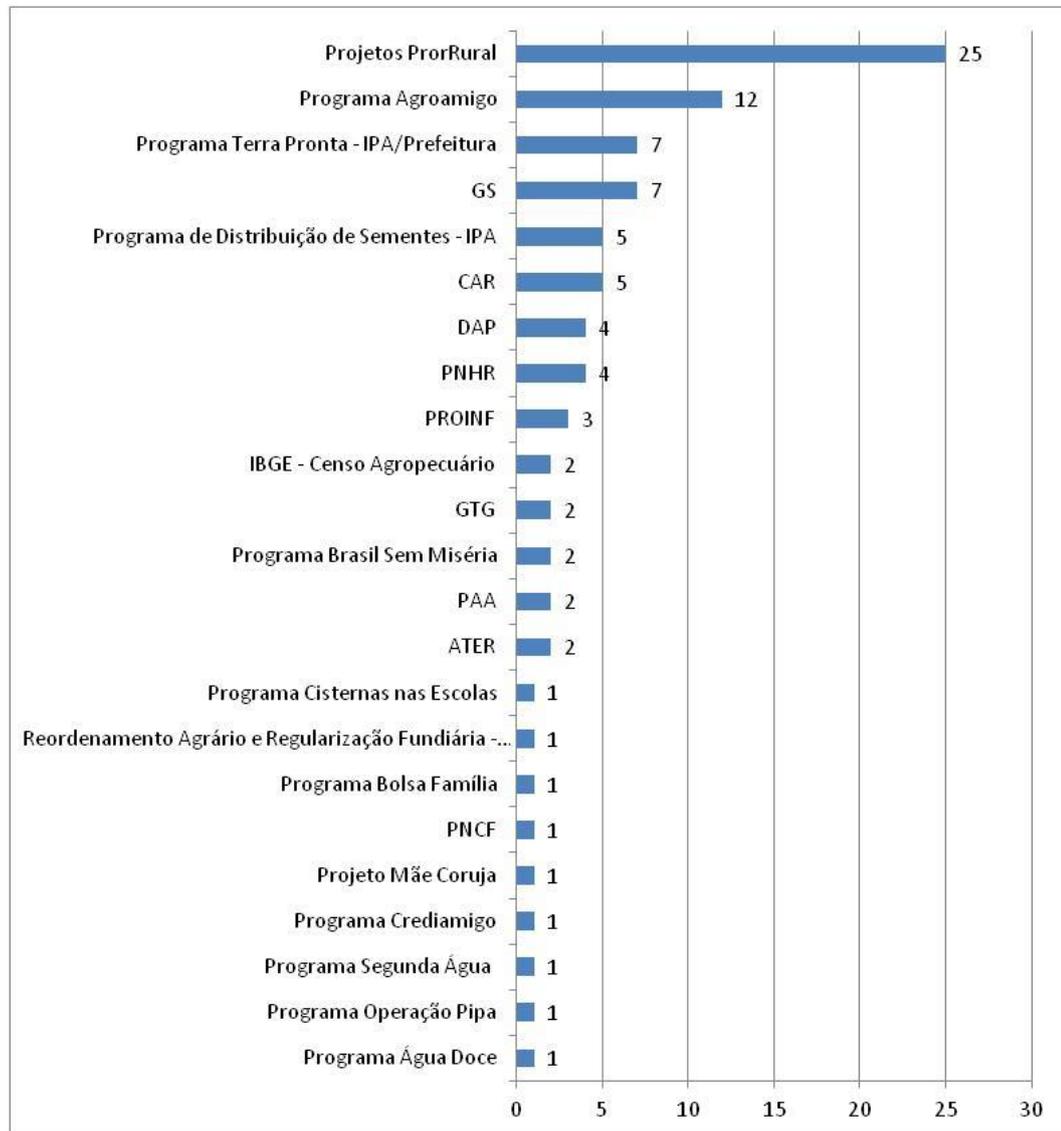


Gráfico 7: Políticas públicas discutidas e deliberadas no CMDRS de Caetés no período de janeiro 2015 a dezembro de 2017.

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento de atas do CMDRS de Caetés.

Observa-se no gráfico que algumas políticas públicas aparecem destacadas, dentre as principais evidencia-se na sua maioria uma executada pelo ProRural (Governo do Estado) em convênio com o MDS (Governo Federal), que se refere à construção de cisternas e isto se justifica pelo quadro de seca presente na região semiárida nesse período. As demais políticas mais citadas: Agroamigo, Garantia

Safra – GS, PNHR, PROINF – executadas pelo MDA; CAR – Ministério do Meio Ambiente; Terra Pronta – IPA/Prefeitura; Distribuição de sementes – IPA (governo do Estado).

O Gráfico 8 mostra as situações às quais o CMDRS se dedicou no período pesquisado, com o que ocupou a maior parte do seu tempo em reuniões.

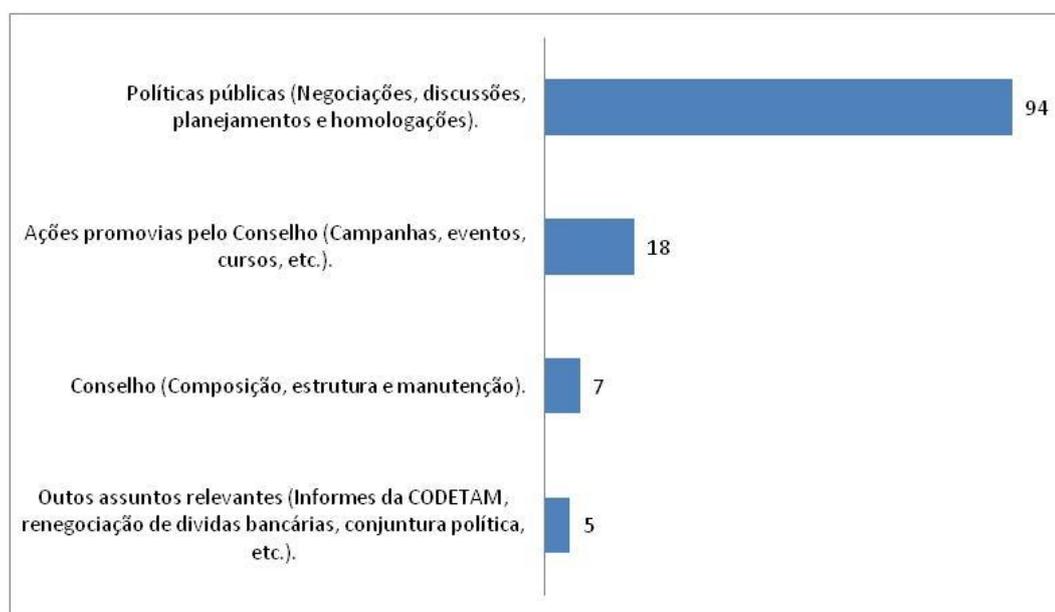


Gráfico 8: Principais temas discutidos e deliberados nas reuniões do CMDRS Caetés no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017.

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento de atas do CMDRS de Caetés.

O gráfico mostra que a existência do CMDRS se justifica destacadamente para discutir políticas públicas, esse assunto aparece 94 vezes nas atas, sendo que a soma dos demais assuntos chega a 30 vezes. Em segundo lugar estão ações planejadas e executadas pelo próprio CMDRS, atuando como protagonista no município, sintonizado com as pertinentes questões sociais que sejam relevantes.

Práticas do Conselho

Cadastro Ambiental Rural

O Conselho preocupado com a situação do CAR, cujo prazo final se aproximava e havia muitas propriedades a serem cadastradas no município, mobilizou várias instituições que estavam elaborando o CAR, promoveu uma reunião com elas, negociou os custos em um pacote que barateou bastante os serviços, firmou

contrato para execução, loteou o município, subdividindo-o em setores para cada instituição. As Associações informavam as propriedades a serem trabalhadas e forneciam alimentação e, se fosse o caso, hospedagem para os técnicos.

Programa Agroamigo

O CMDRS se soma a outras instituições – STR, Associações, Agroamigo e Prefeitura – e juntos atuam para apoiar as famílias e têm controle e acompanhamento assíduo dos financiamentos realizados. Como as propriedades no município quase em sua totalidade são minifúndios, a linha do PRONAF B, cujos projetos de crédito são elaborados pelos técnicos do Agroamigo, é bastante acessada e sua operação muito organizada.

Acompanhamento a projetos e atividades

O Conselho acompanha assiduamente todos os projetos desenvolvidos a partir das suas deliberações, executado por seus parceiros no município. Um trabalho realizado com muito cuidado foi o acompanhamento da execução dos Projetos Cisternas – Primeira e Segunda Água –, foram construídas mais de duas mil cisternas no município. Nesse caso, o Conselho acompanhou desde a formação e contratação dos pedreiros, definição das famílias beneficiadas, distribuição de materiais, até a construção, além dos cursos de Gestão de Recursos Hídricos.

1.3.1.3 Tupanatinga

O mapa (Figura 3) mostra a distância entre a cidade de Tupanatinga e a Capital do Estado, Recife – PE. O acesso se dá por estradas asfaltadas, sendo que um trecho entre Águas Belas e Tupanatinga a qualidade da estrada é ruim.

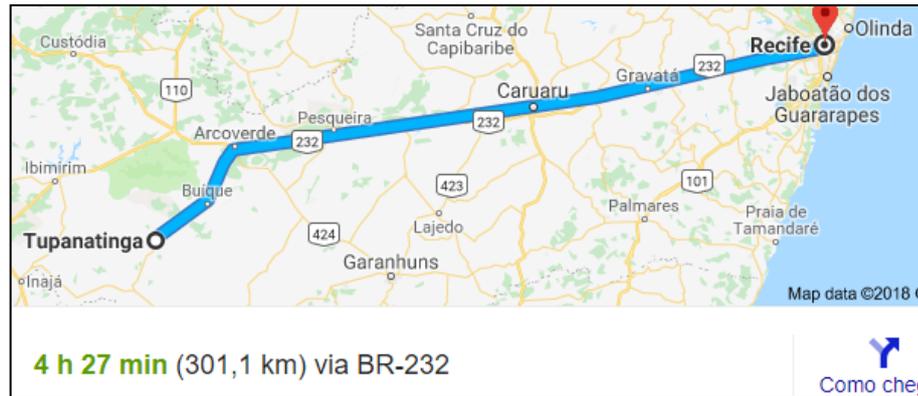


Figura 3: Rota do percurso entre Tupanatinga e Recife.

Fonte: Google Maps, 2018.

O município de Tupanatinga está localizado a 304 km a Oeste da cidade de Recife, na mesorregião Agreste Pernambucano e microrregião Vale do Ipanema. Como pode ser observado no Mapa do Estado de Pernambuco, escala 1:710.000, limita-se ao Norte com o município de Itaíba, ao Oeste com Ibimirim, ao Sul com Sertânia e ao Leste com Buíque. A área municipal ocupa 866 km², inserida nas folhas editada pela Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério do Exército, Sertânia (SC-24-X-B-I) e Buíque (SC-24-X-B-IV). A sede municipal apresenta altitude de 710m, e coordenadas geográficas 8°45'10,8" de longitude e 37°20'24" de latitude. O acesso à cidade de Tupanatinga, partindo de Recife, é feito pela BR-232 até a cidade de Arcoverde, tomando-se em seguida a PE-270 por um percurso de 51 km até a sede municipal (CPRM/PRODEEM, 2005).

Tem a população estimada para 2018 é de 27.052 habitantes (IBGE, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Tupanatinga é 0,519, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), comparado ao IDH de Pernambuco em 2010, é de 0,678. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,747, seguida de Renda, com índice de 0,494, e de Educação, com índice de 0,379 (PNUD/IPEA/FJP, 2013)b.

Os primeiros habitantes das terras do município foram provavelmente indígenas. Conta-se que havia na localidade uma fazenda de propriedade do senhor Felipe Neri, católico fervoroso e devoto de Santa Clara, que doou um terreno para que nele fosse construída uma capela em homenagem à Santa de sua devoção. Após a construção do referido templo, o senhor José da Silva comprou, na Bahia, a imagem da Santa que permanece no altar da Igreja Matriz (IBGE, 2018).

É digno de registro a colaboração, na época, dos habitantes da localidade, inclusive dos índios que se pontificaram a dar o valor correspondente a um dia de trabalho para arrecadar o dinheiro destinado a aquisição da referida imagem. Em 1944, por deliberação de autoridades governamentais o jornalista historiador Mário Melo, foi designado para uma revisão nos topônimos das localidades pernambucanas, resultado, assim, a substituição do nome de Santa Clara para Tupanatinga, vocábulo indígena que significa: deusa branca (IBGE, 2018).

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Santa Clara, pelo decreto-lei estadual, nº 235, de 0912-1938, subordinado ao município de Buíque. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o distrito de Santa Clara figura no município de Buíque. Pelo decreto-lei estadual nº 952, de 31-12-1943, o distrito de Santa Clara passou a denominar-se Tupanatinga. Em divisão territorial datada de I-VII-1950, o distrito já denominado Tupanatinga figura no município de Buíque. Assim permanecendo em divisão territorial datada de I-VII-1960 (IBGE, 2018).

Elevado à categoria do município com a denominação de Tupanatinga, pela lei estadual nº 4959, de 20-12-1963, desmembrado de Buíque e Inajá, sede no antigo distrito de Tupanatinga. Constituído do distrito sede. Instalado em 16-03-1964. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Alteração distrital, Santa Clara para Tupanatinga alterado, pelo decreto lei estadual nº 952, de 31-12-1943 (IBGE, 2018).

1.3.1.4 CDM Tupanatinga

Nome: Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tupanatinga – CDM.

O CDM de Tupanatinga tem um modelo de gestão mais autônoma em relação à Prefeitura e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, funcionando como uma entidade que possui destacada autonomia na gestão e é gerido de forma empresarial, dispõe de uma adequada infraestrutura incluindo sede própria – concedida pela Prefeitura,

através de Projeto da Câmara Legislativa (ANEXO 3), uma caminhonete L200, duas motos, dois tratores agrícola com implementos, duas ensiladeiras, um caminhão cargo, uma caminhonete D-20, além de um escritório bem montado e mantém um leque de prestadores de serviços para atender demandas dos membros e a comunidade em geral. Consegue parcerias com várias instituições públicas que fazem investimentos no município através do CMDRS, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF. A manutenção do Conselho é feita por contribuição das associações e da Prefeitura. Este Conselho recebeu da Câmara Legislativa o status de instituição de Utilidade Pública (ANEXO 4). O Conselho se destaca por seu poder de gestão e organização.

Suas reuniões acontecem geralmente na sede do Conselho, e a sua manutenção é feita com contribuições das associações e, parcialmente, pela Prefeitura. Os equipamentos do CMDRS – trator, ensiladeiras, caminhão e outros -, são autossustentáveis através de taxas que cobrem os custos de manutenção.

Tem em sua composição 90% de representantes da sociedade civil e 10% representantes do poder público (Gráfico 9).

Foram disponibilizadas, pelo CDM, para essa pesquisa documental, 14 atas (2015), 11 atas (2016) e 7 atas (2017), totalizando 32 atas. Também foram disponibilizados o Estatuto Social e o PMDRSS.

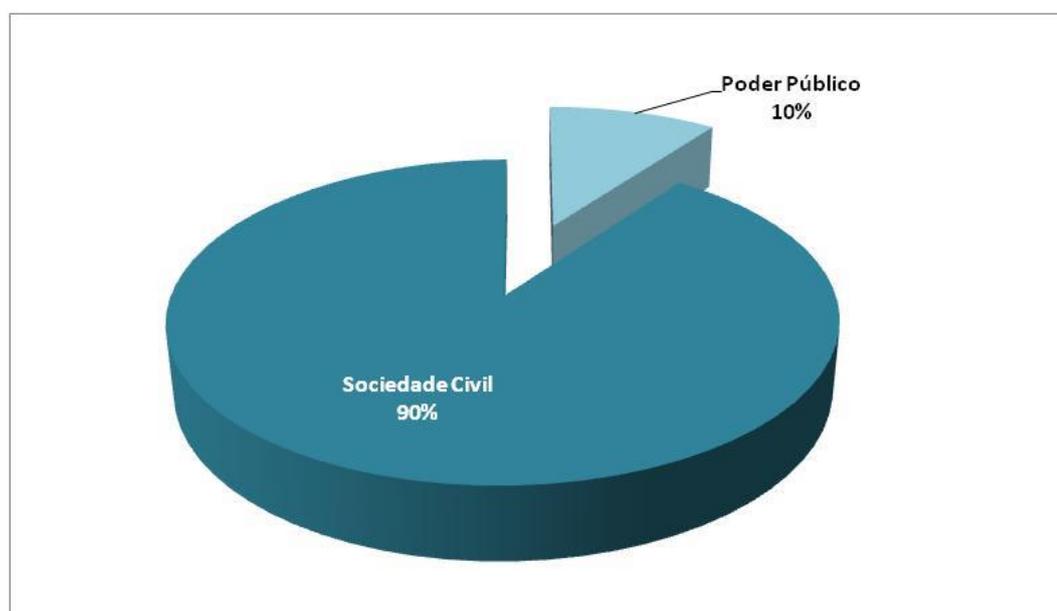


Gráfico 9: Composição em percentuais do poder público e sociedade civil do CDM de Tupanatinga, 2018.

Fonte: Elaboração da autora a partir do Estatuto do CMD de Tupanatinga.

Pode-se observar no Gráfico 10 as principais políticas públicas discutidas e deliberadas no CMD Tupanatinga, no período de 2015 a 2017.

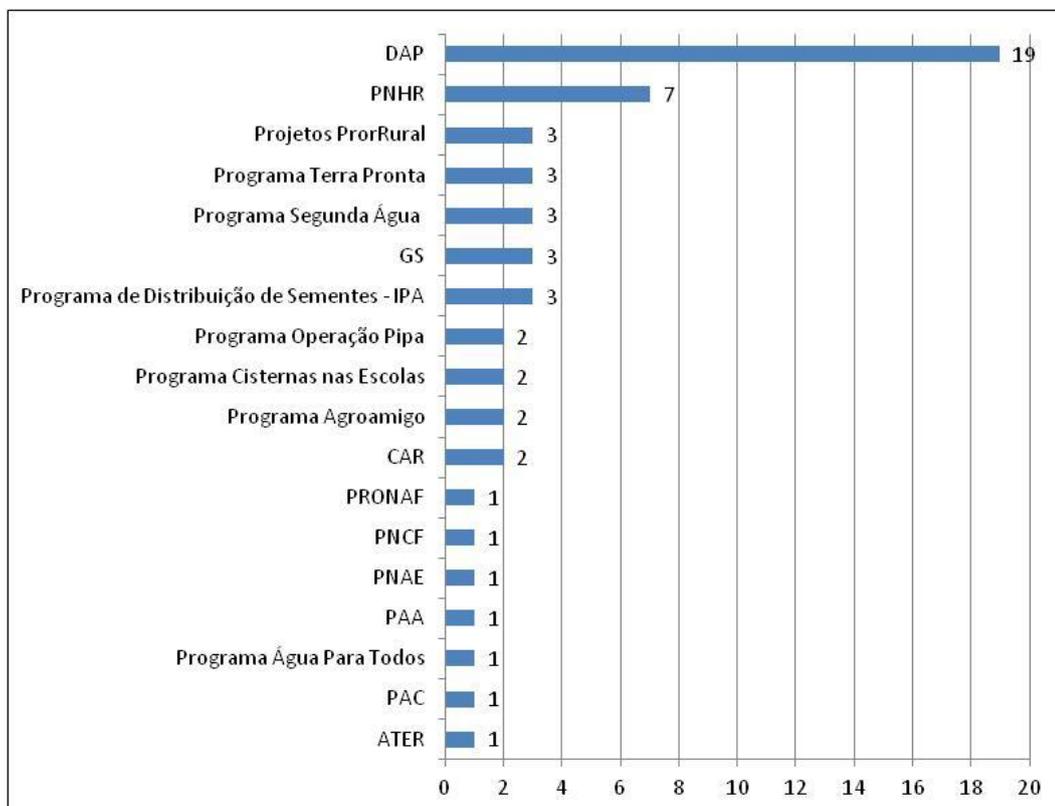


Gráfico 10: Políticas públicas discutidas e deliberadas no CDM de Tupanatinga no período de janeiro 2015 a dezembro de 2017.

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento de atas do CDM de Tupanatinga.

Observa-se no gráfico que algumas políticas públicas aparecem destacadas, dentre as principais evidencia-se a questão da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, no caso, o cancelamento de DAP, seja por mudança de endereço dos agricultores e/ou de mudança de atividades. O Conselho acata os pedidos do agricultor e encaminha à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD que é órgão que efetua o cancelamento. A segunda política pública mais tratada em reuniões é o PNHR, o Conselho organiza as inscrições das famílias a serem beneficiadas pelo programa, organiza as documentações e encaminha para Caixa Econômica que financia os projetos. Quando os financiamentos são liberados, o Conselho monitora a construção das casas.

O Gráfico 11 mostra as situações às quais o CMD se dedicou no período pesquisado, com o que ocupou a maior parte do seu tempo em reuniões.

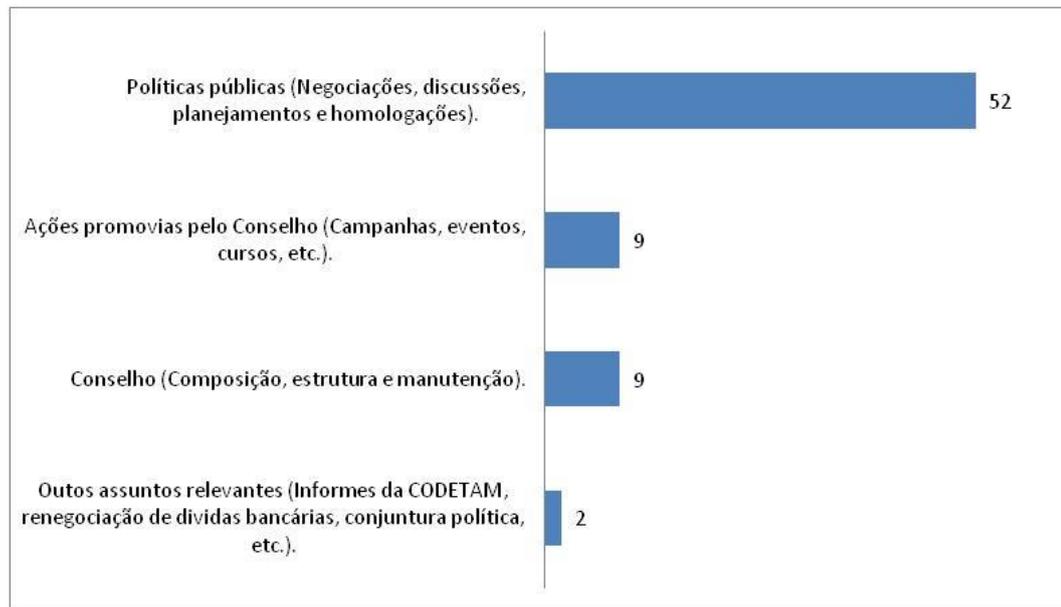


Gráfico 11: Principais temas discutidos e deliberados nas reuniões do CDM de Tupanatinga no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017.

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento de atas do CMD de Tupanatinga.

O gráfico mostra que a existência do CDM se justifica destacadamente para discutir políticas públicas, esse assunto aparece 52 vezes nas atas, sendo que a soma dos demais assuntos chega a 20 vezes. Em segundo lugar estão ações planejadas e executadas pelo próprio CMDRS, atuando como protagonista no município, sintonizado com as pertinentes questões sociais que sejam relevantes.

Práticas do Conselho

Gestão

O Conselho possui uma importante autonomia institucional, faz uma gestão técnica com controles qualificados sobre o funcionamento interno e patrimonial: controle financeiro, arquivamento adequado dos documentos, controle do patrimônio, e é reconhecido oficialmente como entidade de interesse público (ANEXO 4), o que lhe assegura reconhecimento político.

Convênios e Patrimônio

Graças ao seu modelo de gestão, torna-se possível fazer convênios com várias instituições para conseguir financiamentos de atividades e doação/cessão de

patrimônio. Como resultado dessa capacidade, o Conselho conseguiu uma boa infraestrutura que lhe permite realizar vários serviços de interesse da população rural do município. Esse patrimônio tem seu uso definido nas reuniões do Conselho onde se elaboram os planos de ação, e os encaminhamentos para execução do Plano são feitos a partir do escritório do Conselho que fica aberto ao público com dois funcionários para atendimento. A manutenção dos equipamentos e infraestrutura é feita pela coordenação do Conselho que tem cumprido com cuidado essa obrigação, de modo que os equipamentos se encontram muito bem conservados e sempre prontos para uso.

1.3.1.5 Itaíba

O mapa (Figura 4) mostra a distância entre a cidade de Itaíba e a Capital do Estado, Recife - PE. O acesso se dá por estradas asfaltadas, sendo que um trecho entre Águas Belas e Itaíba a qualidade da estrada é ruim.

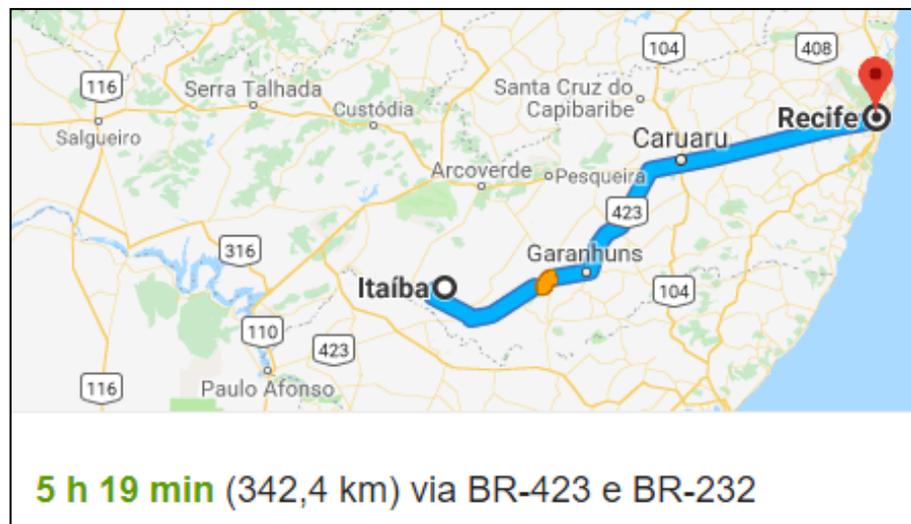


Figura 4: Rota do percurso entre Itaíba e Recife.
Fonte: Google Maps, 2018.

O município de Itaíba está localizado na mesorregião Agreste e na Microrregião Vale do Ipanema do Estado de Pernambuco, limitando-se ao norte com Tupanatinga, ao sul com Estado das Alagoas, ao leste com Águas Belas e Buíque, e ao oeste com Estado de Alagoas e Manari. A área municipal ocupa 1068,7 km² e representa 1.08 % do Estado de Pernambuco. Está inserido nas Folhas SUDENE de

Poço da Cruz, Buíque e Santana do Ipanema na escala 1:100.000. A sede do município tem uma altitude aproximada de 478m, e coordenadas geográficas de 08 graus 56 min. 51 seg de latitude sul e 37 graus 25 min. 22 seg de longitude oeste, distando 331,1 km da capital, cujo acesso é feito pela BR-101; PE-126/177; BR-423(P); PE-300(P); Acesso(P) (CPRM/PRODEEM, 2005).

Sua população estimada para 2018 é de 26.390 habitantes (IBGE, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Itaíba é 0,510, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), comparado ao IDH de Pernambuco em 2010, é de 0,678. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,688, seguida de Renda, com índice de 0,531, e de Educação, com índice de 0,364 (PNUD/IPEA/FJP, 2013)c.

Segundo dados históricos consignados no Dicionário Corográfico de Sebastião Galvão, a localidade, no começo deste século, contava com 50 casas e possuía uma capelinha dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

Inicialmente a região recebeu o nome de Pau Ferro, sendo suas terras apropriadas à criação de gado e às culturas agrícolas.

Itaíba, o topônimo atual do município é de origem indígena e significa árvore leguminosa. Alteração toponímica distrital Pau Ferro para Itaíba alterado, pelo decreto-lei nº 92, de 31-12-1938 (IBGE, 2018).

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Pau Ferro, pela lei municipal nº 54, de 23-11-1905, subordinado ao município de Água Belas. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Pau Ferro figura no município de Águas Belas. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937. Pelo decreto-lei nº 92, de 31-03-1938, o distrito de Pau Ferro, aparece com a denominação de Itaíba. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Itaíba, figura no município de Águas Belas. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-XII-1963. Elevado à categoria de município com a denominação de Itaíba, pela lei estadual nº 3340, de 31-12-1958, desmembrado de Águas Belas. Sede no antigo distrito de Itaíba. Constituído do distrito sede. Instalado

em 28-04-1962. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-VII-1999. Pela lei municipal nº 253, de 06-09-1999, é criado o distrito de Negras e anexado ao município de Itaíba. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 2 distritos: Itaíba e Negras. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

A principal atividade econômica é a bovinocultura de leite, 83%. Conta com lavoura de subsistência de milho, feijão, tubérculos e frutas e caprinocultura. A produção é com base na Agricultura Familiar. “Itaíba é a cidade pernambucana com maior produção leiteira e a 13ª do ranking brasileiro” (JORNAL DO COMMERCIO, 2012).

1.3.1.6 CMDR de Itaíba

Nome: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Itaíba – CMDR.

O CMDR de Itaíba apresenta participação efetiva das mulheres de forma articulada com as associações que o compõem. Nesse município existem associações de mulheres e todas tem assento no Conselho. Foi o único Conselho do Território que promoveu a Conferência Livre de Mulheres, Realizado em 20 de novembro de 2015, com a participação de 46 mulheres, em sua maioria agricultoras familiares. A necessidade de promover a discussão sobre os direitos e defesa das mulheres e a igualdade de gênero foram as maiores motivações para realização da Conferência. O evento foi um grande passo do Município na busca do reconhecimento, respeito e igualdade de gêneros.

O Conselho incentivou e assessorou a criação de uma cooperativa, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Itaíba e Região – COOMAFIRE, que atua no segmento de leite e artesanato. É um parceiro muito próximo do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR, mas sem ter ingerência na gestão nem dependência em relação a este. Possui um grande poder de mobilização e uma credibilidade reconhecida. As reuniões são sempre bastante concorridas e seus diretores estão sempre presentes nas reuniões do Colegiado Territorial.

É um Conselho empoderado, chama para si a responsabilidade de tratar diferentes temas que considera relevante para o município e possui grande protagonismo social, dinâmico e promove muitas ações no município, a exemplo de campanhas de saúde (câncer de mama, câncer de próstata, nutrição e segurança alimentar) e promove a maior Feira da Agricultura Familiar do Agreste Meridional, que está em sua décima edição (anual). O Conselho se destaca por seu poder de sensibilização e mobilização.

Suas reuniões acontecem no auditório do STTR, e a manutenção de suas atividades conta com o apoio financeiro das Associações – que pagam uma contribuição mensal – e do STTR que apoia ações extraordinárias e disponibiliza sua infraestrutura de salas, carros, computadores etc.

Tem em sua composição 94% representantes da sociedade civil e 6% representantes do poder público (Gráfico 12).

Foram disponibilizadas, pelo CMDRI, para essa pesquisa documental, 12 atas (2015), 9 atas (2016) e 14 atas (2017), totalizando 33 atas. Também foram disponibilizados o Estatuto Social e o PMDRSS.

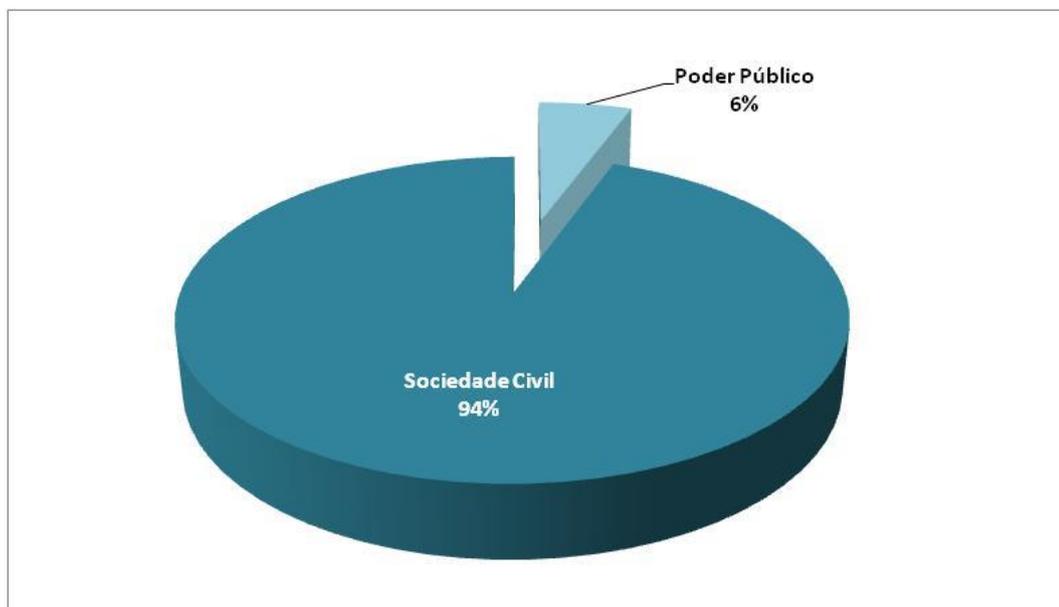


Gráfico 12: Composição em percentuais do poder público e sociedade civil do CMDR Itaíba, 2018.

Fonte: Elaboração da autora a partir do Estatuto do CMDRS Itaíba.

Observa-se no Gráfico 13 as principais políticas públicas discutidas e deliberadas no CMDR de Itaíba, no período de 2015 a 2017.

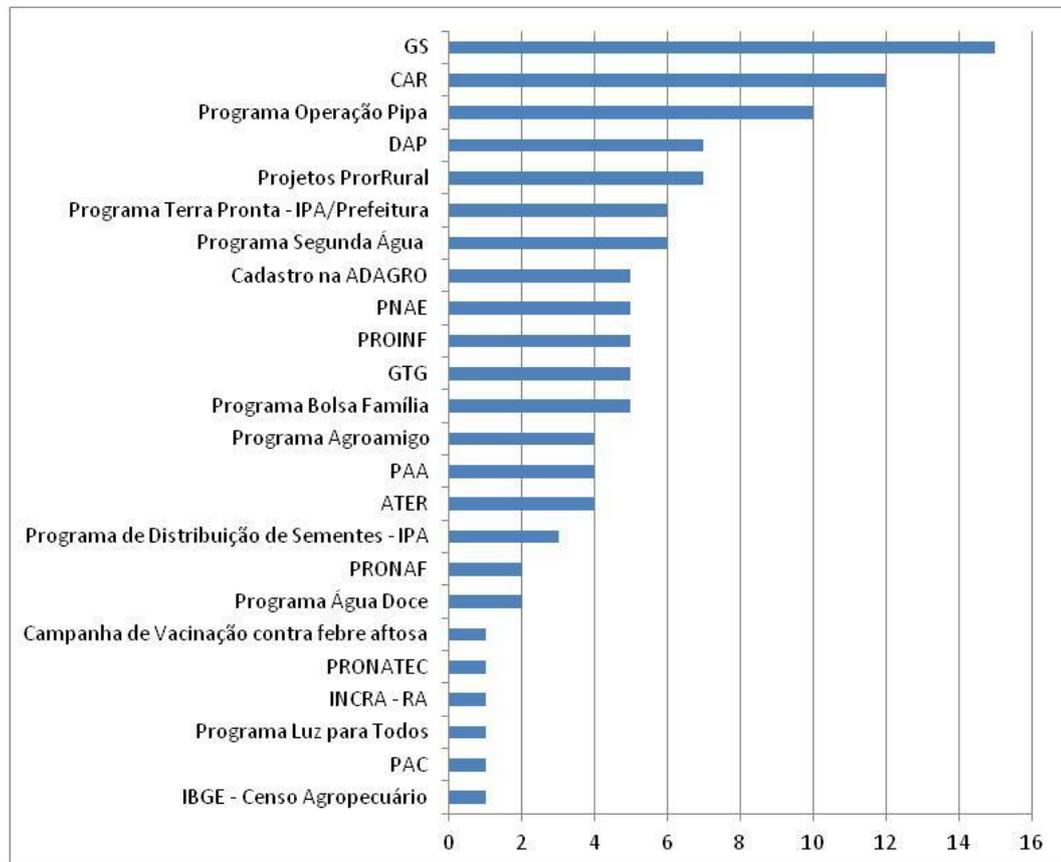


Gráfico 13: Políticas públicas discutidas e deliberadas no CMDR de Itaíba no período de janeiro 2015 a dezembro de 2017.

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento de atas do CMDR de Itaíba.

O gráfico destaca como principais temas debatidos nas reuniões do Conselho as políticas públicas do Garantia Safra, CAR e a gestão de distribuição de água por carros pipas. Essa situação demonstra a urgência da resolução de problemas que poderiam ser sanados por essas políticas – liberação da indenização por perdas na agricultura pelo Garantia Safra, distribuição de água no município pelos carros pipas e realização do CAR para que os agricultores pudessem acessar créditos do PRONAF. Os carros pipas foram extremamente importantes para abastecer a zona rural que é muito grande geograficamente e a escassez de água foi radical.

O Gráfico 14 mostra as situações às quais o CMDR de Itaíba se dedicou no período pesquisado, com o que ocupou a maior parte do seu tempo em reuniões.

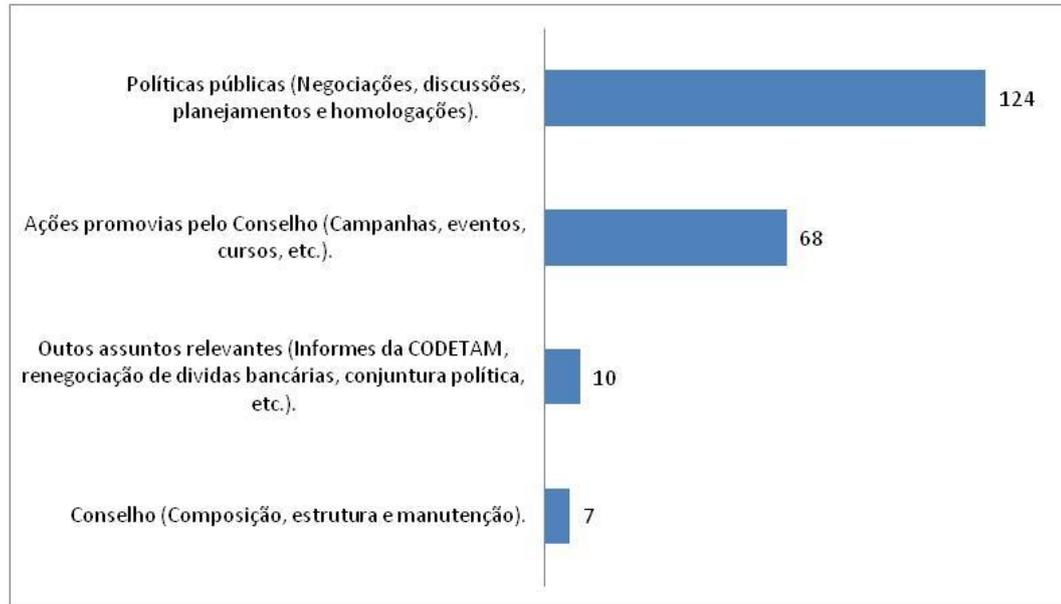


Gráfico 14: Principais temas discutidos e deliberados nas reuniões do CMDR de Itaíba no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017.

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento de atas do CMDR de Itaíba.

O gráfico mostra que a existência do CMDR se ocupa principalmente das políticas públicas e, em segundo lugar, realiza várias atividades por conta própria, sem ser provocado pelas instituições executoras de políticas públicas. O assunto sobre as políticas públicas aparece 124 vezes nas atas e a soma dos demais assuntos chega a 85 vezes. Trata-se, portanto, de um Conselho muito atuante e presente na vida das comunidades, tratando de vários assuntos que sejam das necessidades das famílias.

Práticas do Conselho

Trabalho com Associações, Mulheres e Jovens

O Conselho dá uma importância efetiva às ações por segmento social e institucional, tem um sistema de apoio às associações: assessorando na gestão e mantendo assistência jurídica e contábil. Esses serviços são disponibilizados na sede do Conselho / STTR, onde já tem um cadastro das associações e estas são avisadas para o cumprimento de prazos e observância de obrigações legais. Há associações específicas de mulheres que tem vaga assegurada no Conselho e mostra uma atenção declarada para a juventude rural através da realização de

encontros periódicos com os jovens do município tratando de temas atuais de interesse da juventude.

Dentro dessa perspectiva de fortalecimento institucional, a partir do Conselho foi criada a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Itaíba e Região – COOMAFIRE, que agrega produtores de leite e artesanato, sendo esta última atividade praticamente sobre a gestão e controle de mulheres.

Campanhas

O conselho promove campanhas de saúde, a exemplo do combate ao câncer de mama, de útero e de próstata, levando as discussões para o meio rural do município. Também é divulgada pelo conselho a Campanha de Febre Aftosa, de suma importância, pois o município é o maior produtor de leite do Estado. O STTR mantém um programa na rádio local, onde reserva um espaço para divulgação das ações do CMDR o que torna o Conselho muito conhecido em todo o Município.

Eventos

A Feira da Agricultura Familiar, realizada pelo STTR e Conselho é considerada a maior feira dessa categoria no Agreste Meridional de Pernambuco, promove a exposição de produtos dos agricultores e agricultoras familiares. Com isto, se apercebem como protagonistas e dignos enquanto categoria profissional merecedores de atenção e respeito pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

O evento, já consolidado, com um público médio de 10.000 pessoas durante os quatro dias, se tornou uma grande referência para toda região, no tocante a organização da produção, beneficiamento e comercialização da agricultura familiar. São muitas barracas e stands da venda de produtos agrícolas, artesanato, comercialização de animais e vestuário.

Outros eventos mobilizadores e representativos são o Dia Internacional das Mulheres quando se tem palestras e confraternização e a Assembleia do final do ano, quando se realiza uma confraternização com várias dinâmicas avaliativas e formativas, almoço comunitário e troca de presentes.

1.3.1.7 São Bento Do Una

O mapa (Figura 5) mostra a distância entre a cidade de São Bento do Una e a Capital do Estado, Recife – PE. O acesso se dá por estradas asfaltadas, e praticamente todo percurso se dá por estradas em boas condições.

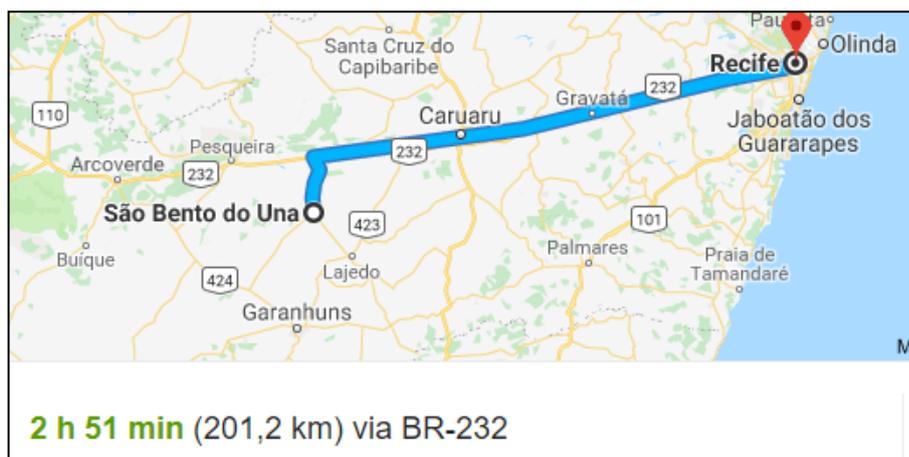


Figura 5: Rota do percurso entre São Bento do Una e Recife.
Fonte: Google Maps, 2018.

O município de São Bento do Una está localizado na mesorregião Agreste e na Microrregião Vale do Ipojuca do Estado de Pernambuco, limitando-se ao norte com Belo Jardim, ao sul com Jucati, Jupi e Lajedo, ao leste com Cachoeirinha, e ao oeste com Capoeiras, Sanharó e Pesqueira. A área municipal ocupa 712,9 km² e representa 0.72 % do Estado de Pernambuco. Está inserido nas Folhas SUDENE de Pesqueira, Belo Jardim, Garanhuns e Venturosa na escala 1:100.000. A sede do município tem uma altitude aproximada de 614 metros e coordenadas geográficas de 08 graus, 3 min, 22 seg de latitude sul e 36 graus 06 min. 40seg de longitude oeste, distando 206,5 km da capital, cujo acesso é feito pela BR-232 e PE-180.

Sua população estimada para 2018 é de 58.956 habitantes (IBGE, 2018). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – São Bento do Una é 0,593, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599), comparado ao IDH de Pernambuco em 2010, é de 0,678. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,789, seguida de Renda, com índice de 0,593, e de Educação, com índice de 0,446 (PNUD/IPEA/FJP, 2013)d.

Formação Administrativa

São Bento do Una surgiu a partir dos moradores da fazenda Santa Cruz, de propriedade do Sr. Antônio Alves Soares que chegou ao local em 1777, fugitivo da grande seca desse período. Com a chegada de mais famílias de agricultores que foram ocupando a região nos vales dos Rios Una, Ipojuca e Riachão a região foi se tornando povoada e, em 1825, já era um povoado. Por se situar no vale do Rio Una e a devoção a São Bento que era venerado como santo protetor das picadas da muitas cobras venenosas presentes na região foi denominado São Bento do Una (IBGE, 2018).

Foi elevado à categoria de vila em 30 de abril de 1860, com o nome São Bento, sendo desmembrando-se de Garanhuns. Em 1941, o nome foi mudado para São Bento do Una e sua emancipação foi em 31 de dezembro de 1943, quase meio século depois. Principais distritos: Espírito Santo, e pelos povoados de Jurubeba, Pimenta, Queimada Grande, Maniçoba e Gama (IBGE, 2018).

As atividades econômicas são agropecuária e avicultura, destaque para a avicultura que cresceu bastante nos últimos anos, inclusive foi criado um festival anual que ficou conhecido como a “Corrida da Galinha” que representa bem o dinamismo desse segmento produtivo.

1.3.1.8 CMDRS – São Bento do Una

Nome: Conselho de Desenvolvimento Municipal de São Bento do Una – CDM

O CMDRS de São Bento do Una tem uma identidade institucional reconhecida e consolidada, possui credibilidade junto aos órgãos públicos e opera de forma soberana, sem vínculo e dependência com nenhuma instituição, e talvez por isso, tem um histórico de tensões, altos e baixos, na relação com o poder público municipal conforme a política da gestão em exercício, pois o Conselho não aceita a relação de “subserviência” à Prefeitura. Com uma população acima de 50 mil habitantes, este município tem características diferentes dos demais, tem uma boa infraestrutura industrial, especialmente de criadores de aves de corte e postura, e por isso a gestão é mais complexa e o peso quantitativo da população rural na vitória eleitoral de um gestor público, sensível às questões da agricultura familiar, é

menor que nos outros três municípios onde a população é majoritariamente rural. É o Conselho, dentre os pesquisados, que numericamente trabalha com mais políticas públicas e que desenvolve mais ações junto à população. É um Conselho que se destaca pelo empoderamento e pelo constante controle social de políticas públicas, com uma equipe que enfatiza a politização das ações, consciência de cidadania, sujeitos de direitos e deveres que entende a importância da ação política.

Suas reuniões acontecem geralmente na Sede do Conselho, que é mantida pela Prefeitura, e a manutenção de suas atividades conta com o apoio financeiro da Prefeitura e das Associações.

O Gráfico 15 apresenta o percentual da relação entre sociedade civil e poder público na composição do CMDRS. A grande maioria (95%) dos membros são de entidades da sociedade civil da agricultura familiar. No entanto, na prática, secretários municipais participam sempre das reuniões e a Prefeitura é inscrita como membro do CMDRS sendo a Secretaria de Agricultura sua representante. Com esse formato, nas questões polêmicas que exigem votação, a vontade da sociedade civil tem indiscutível poder de decisão.

Foram disponibilizadas, pelo CDM, para essa pesquisa documental, 14 atas (2015), 12 atas (2016) e 15 atas (2017), totalizando 41 atas. Também foram disponibilizados o Estatuto Social e o PMDRSS.

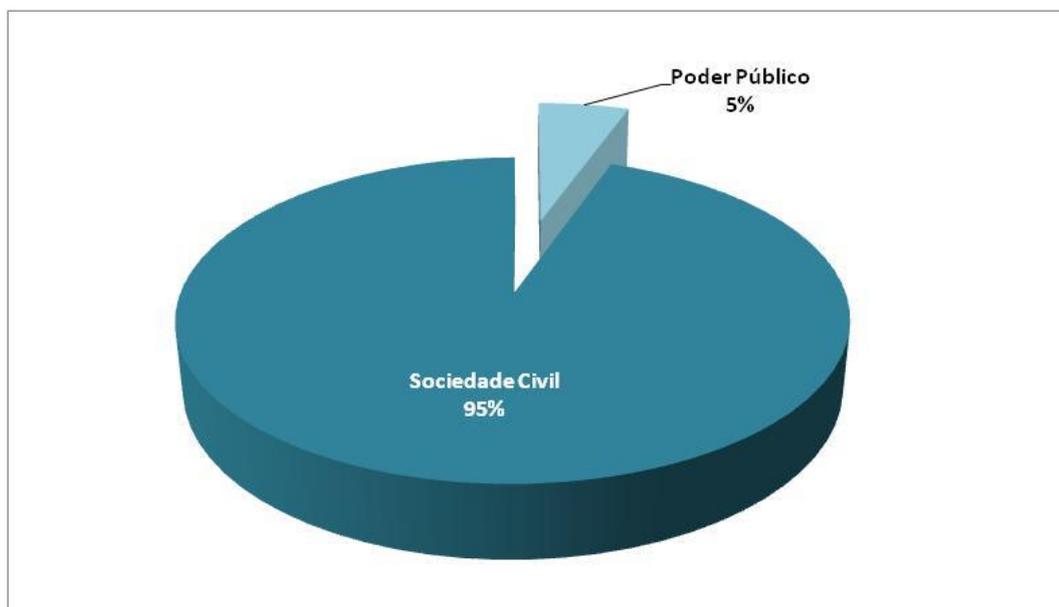


Gráfico 15: Composição em percentuais do poder público e sociedade civil do CMD de São Bento do Una, 2018.

Fonte: Elaboração da autora a partir do Estatuto do CMDRS São Bento do Una.

O Gráfico 16 apresenta as políticas públicas discutidas nas reuniões do Conselho no período pesquisado, 2015 a 2017.

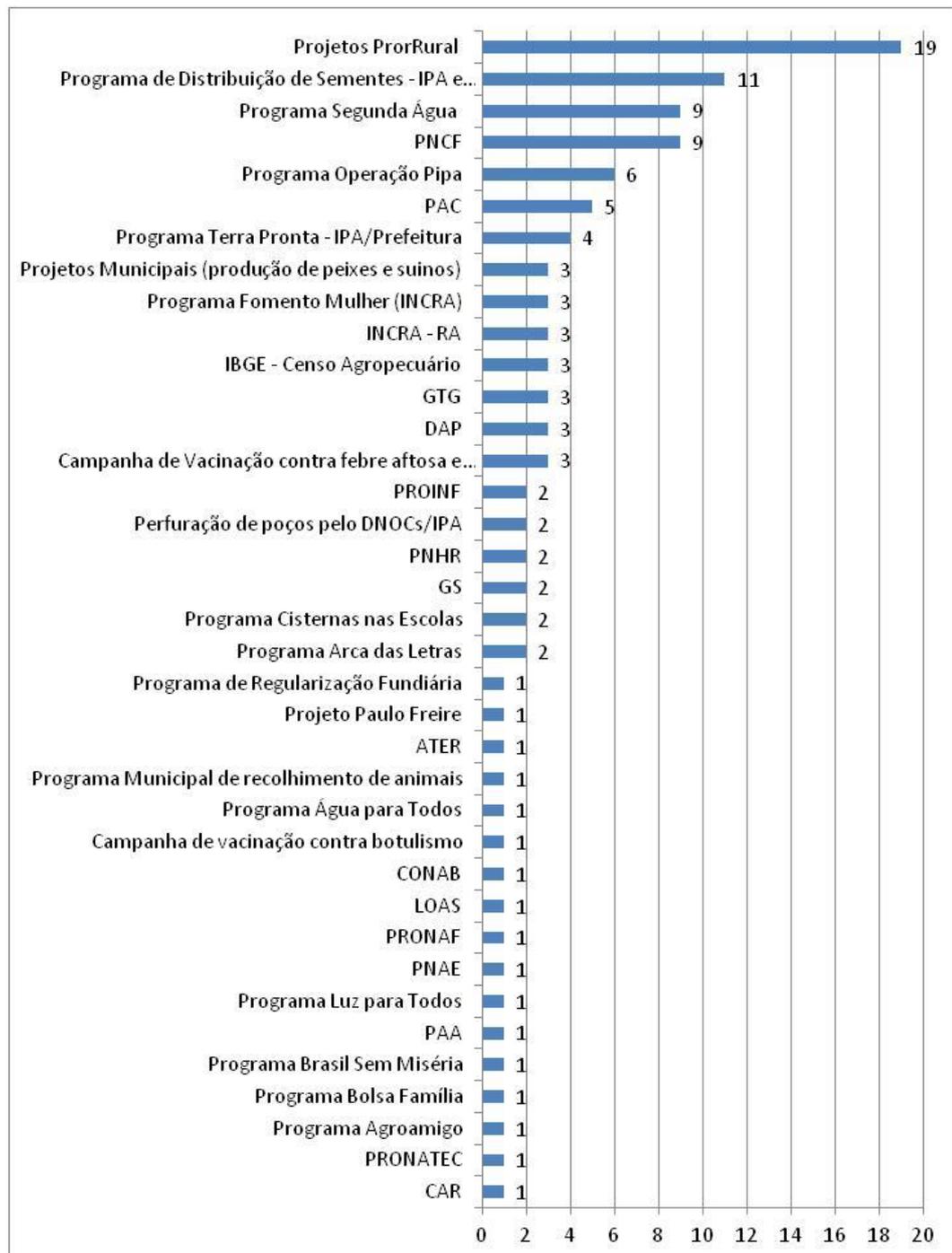


Gráfico 16: Políticas públicas discutidas e deliberadas no CMD de São Bento do Una no período de janeiro 2015 a dezembro de 2017.

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento de atas do CMD de São Bento do Una.

Observa-se no gráfico 17 que o leque de políticas públicas discutidas é bastante amplo, sendo que as três mais tratadas são políticas do governo do Estado. A quase

totalidade dessas políticas se refere ao atendimento de necessidades próprias da população rural.

O Gráfico 19 agrupa os temas tratados no CMDRS e mostra que a maioria do tempo nas reuniões é usado para discutir políticas públicas. E segundo lugar vem as ações próprias feitas por iniciativa dos conselheiros, como envolvimento em campanhas, cursos e eventos.

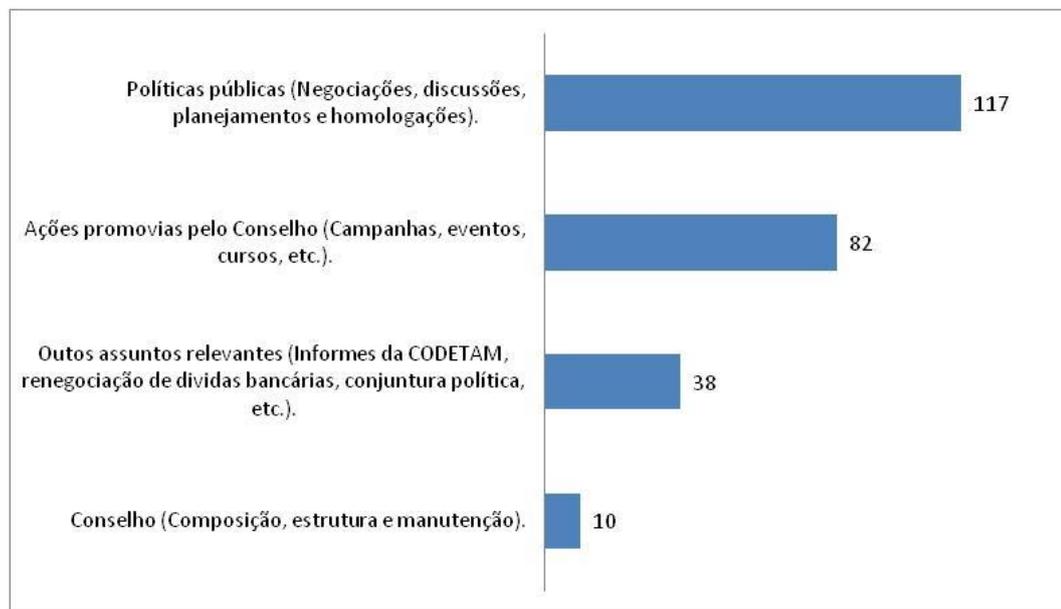


Gráfico 17: Principais temas discutidos e deliberados nas reuniões do CMD de São Bento do Una, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017.

Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento de atas do CMD de São Bento do Una.

O Gráfico acima mostra o quanto é importante o CMDRS enquanto representante das necessidades da população rural e a sua atenção para temas atuais, como campanhas de vacinações e eventos políticos formativos de interesse da população.

Práticas do Conselho

Assessoria as Associações

O Conselho oferece capacitações separadamente para presidentes, secretários e tesoureiros das associações filiadas a ele. Uma iniciativa de qualificação e

fortalecimento do arranjo institucional, que favorece a ampliação da consciência social e o entendimento da dinâmica das políticas públicas em todas as suas fases, do planejamento à elaboração, implementação, monitoramento e avaliação, produz uma efetiva incidência política, assegurando um real controle das políticas públicas.

Reuniões nas Associações

O Conselho participa de eventos festivos, promovidos pelas associações, e também as assessora nos processos eleitorais.

Aniversário do Conselho

O Conselho comemora a sua data de aniversário com um dia festivo.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os CMDRS pesquisados demonstram sua importância como aglutinadores de instituições e reconhecimento dos atores locais como legítimos porta-vozes da sociedade e de gestores públicos, mas principalmente, como agregadores de instituições dos trabalhadores rurais a exemplo de associações, cooperativas e sindicatos vinculados ao ambiente rural.

Observa-se que essas entidades locais e regionais interagem de forma bastante dinâmica, com agentes da gestão pública local e agentes de fora do município, influenciando e sofrendo influências nas tomadas de decisões.

Com base nos resultados desse trabalho de pesquisa torna possível considerar alguns elementos que surgiram como inerentes a esses Conselhos: 1) são instituições de caráter consultivo, deliberativo e propositivo, o que os tornam atuantes e capazes de formular políticas, programar e cumprir ações concretas; 2) fazem uma boa gestão burocrática e organizacional quando cuidam dos arquivos, mantêm atualizada a situação contábil, há controle do patrimônio e fazem a gestão financeira da instituição; 3) têm forte adesão e engajamento da sociedade, e isto faz com que surjam lideranças com habilidades para estabelecer parcerias horizontalizadas nas relações de negociação com o poder público local e outras instituições; 4) há um consolidado arranjo institucional: prefeitura, órgãos estaduais, sindicatos, cooperativas, associações, instituições bancárias... que são membros dos Conselhos e esse arranjo produz incidência positiva na qualidade dos serviços públicos e ainda melhora a capacidade de mobilização social e qualificação das pessoas.

Desde a implantação da Política Territorial, os CMDRS atuam como a base do debate, construção e controle das políticas públicas – PRONAF, PNHR, Pronatec Campo, P1MC, Garantia Sagra, PAA, PNAE... – voltadas para a agricultura familiar, promovendo o acesso dos legítimos beneficiários a essas políticas, promovendo o combate à pobreza rural, objetivo da estratégia territorial.

Pelos temas e políticas públicas tratados nos Conselhos, conforme constatação a partir das atas pode-se perceber que, embora o Território do Agreste Meridional tenha sido incluído no Programa Território da Cidadania, o que significou adesão de outros ministérios à Estratégia Territorial, dentre eles: Educação, Saúde, Assistência Social, Ciência e Tecnologia... Observa-se que temas vinculados as políticas

públicas trabalhadas por esses ministérios ainda não estão muito presentes nas discussões dos conselheiros, apesar de demandas referentes a eles estarem elencadas no PTDRSS e PMDRSS.

O levantamento das ações práticas realizadas pelos CMDRS estudados, demonstra o caráter propositivo dessas instituições e servirão de referência para outros Conselhos.

É importante frisar, que em função do pouco tempo estabelecido para pesquisa em um mestrado, não foi possível aprofundar assuntos e questões relevantes. É cabível a continuidade dos estudos em um doutorado, visto que o tema abordado é relevante e de interesse da sociedade.

Por fim, os resultados alcançados desse estudo estarão acessíveis à academia e sociedade e deverão inspirar reflexões sobre a gestão de políticas públicas, empoderamento, controle e protagonismo social, a fim de contribuir para que haja avanços nesse esforço coletivo que busca construir uma sociedade que seja justa, equânime, solidária e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca. **Inventing Local Democracy: Grassroots Politics in Brazil**. Colorado: L. Rienner. 2000.

_____; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84

ABRAMOVAY, Ricardo. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. **Tempo Social**, v. 21, n. 1, p. 65-77, 2009.

_____. **Conselhos além dos limites**. Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n. 43, p.121-40, 2001.

_____. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: **Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, Anais...1997, p. 29.

_____. Representatividade e inovação. *Paper* apresentado no **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: CNDRS, 2005.

_____; MORELLO, Thiago Fonseca. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: **International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies**, April 14-16, New Delhi, India, 2010.

ALVES, Eliseu e ROCHA, Daniela de Paula. Ganhar tempo é possível?. In: GASQUES, J. G., VIEIRA FILHO, J. E.R., NAVARRO, Z. **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea/Mapa, 2010

AVRITZER, Leonardo. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada. **Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. – IPEA. Rio de Janeiro, 2012.

BAIERLE, S. A experiência brasileira em Orçamento Participativo (OP): o caso de Porto Alegre. Trabalho apresentado no **Seminário de Lançamento da Rede URB-AL Nº 9, Financiamento Local e Orçamento** 250 A Metamorfose do Orçamento Participativo, Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Digit, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigencia de los aportes de Celso Furtado al estructuralismo. **Revista de La CEPAL**, 88, p. 07-15, 2006.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: **Ambientes: estudos de geografia**.

(org) Lúcia Helena de Oliveira Gerardi. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP. Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003. p. 235-248.

BONNAL, Philippe; KATO, Karina. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, C. TIBURCIO, B. (Org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011, v. 14, p. 61-88.

_____. Congresso. Senado. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. Em Discussão. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/ario20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planetadesenvolvimentosustentavel-dospaises.aspx>> Acesso em: 28 mai. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1988. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Controladoria Geral da União. Olho vivo no dinheiro público – Desenvolvimento Agrário. **Orientações para o acompanhamento dos Programas de Desenvolvimento Agrário**. Coleção Olho Vivo - CGU. Brasília, 2012.

_____. Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, jun 2096.

_____. Decreto n. 8.243, de 23 de mai. de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, mai 2014.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. Embrapa, 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>> Acesso em: 25 de out. 2018.

_____. IBGE, **Censo 2010**. Cidades. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 15 de mar. 2018.

_____. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2018**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/caetes/panorama>> Acesso em: 18 de out. 2018.

_____. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2018.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itaiba/panorama>> Acesso em: 18 de out. 2018.

_____. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2018.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/saobentodouna/panorama>> Acesso em: 18 de out. 2018.

_____. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2018.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/tupanatinga/panorama>> Acesso em: 18 de out. 2018.

_____. IBGE. **Histórias e fotos - Caetés.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/caetes/historico> Acesso em: 18 de out. 2018.

_____. IBGE. **Histórias e fotos - Itaíba.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itaiba/historico> Acesso em: 18 de out. 2018.

_____. IBGE. **Histórias e fotos - São Bento do Una.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/saobentodouna/historico> Acesso em: 18 de out. 2018.

_____. IBGE. **Histórias e fotos - Tupanatinga.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/tupanatinga/historico> Acesso em: 18 de out. 2018.

_____. Lei n. 11.326, de 44 de julho de 2016. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, jul. 2006.

_____. Lei n. 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, jan. 1991.

_____. Lei n. 8.865, de 29 de setembro de 2016. Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA Agrária - INCRA. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, set. 2016.

_____. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais.** Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Série Documentos Institucionais. Brasília, 2005. P. 07 - 08

_____. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF**: construindo as instituições do desenvolvimento rural. Brasília (DF): Secretaria de Desenvolvimento Rural/MAARA, 1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Sistema de gestão estratégica – SGE**. Brasília (DF): MDA/SDT, 2018. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>> Acesso em: 01 de jul. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais. Brasília (DF): MDA/SDT, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para a gestão social dos territórios rurais - Guia Para o Controle Social** – Documentos de Apoio Nº 04. Brasília (DF): MDA/SDT, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da cidadania**. Brasília (DF): MDA/SDT, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de gestão estratégica – índice de condições de vida**. Brasília (DF): MDA/SDT, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Guia para a construção do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário** – PTDRSS. Brasília (DF): MDA/SDT, 2016.

_____. Presidência da República. **Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios**. Brasília: MP, 2008. 244 p.

_____. Projeto de Decreto Legislativo Nº 1.491-B, de 28 de out. de 2014. Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Brasília, DF, out 2014.

BUAINAIN, Antonio Marcio; GARCIA, Junior Ruiz. **Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro**: transformações recentes, desafios e perspectivas. Confins (Paris), v. 1, p. 1, 2013.

CACCIA-BAVA, Sílvio. **Participação, representação e novas formas de diálogo público**. São Paulo. Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização In: SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete(Org.). **Políticas públicas coletânea** – vol. 2. Brasília: ENAP, 2006.

CARVALHO, Antonio Ivo. Os Conselhos de Saúde, participação social e reforma do Estado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 23-5, 1998.

CASTRO, Ana Célia. **Ciência e tecnologia para a agricultura**: uma análise dos planos de desenvolvimento. Cadernos de difusão de tecnologia, v. 1, n. 3, p. 299-482, 1984.

CAVALCANTI, Clóvis. **Sustentabilidade**: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. Estudos Avançados. 26 (74), 2012.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de política agrícola**, ano x, n. 3, p. 3-58, 2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA. **Quem produz o que no campo**: quanto e onde II: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões. Brasília: 2010.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2002, p. 279-302.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto. J. & PANFICHI, Aldo. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____.; TATAGIBA, Luciana. Introdução. In: DAGNINO, E. TATAGIBA, L. (Orgs). **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. _____ Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELGADO, Guilherme Costa. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. **Reforma agrária**, v. 24, n. 3, p. 5-35, set./dez. 1994.

_____. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília (DF): IPEA, 2005, p. 19-50.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N.

G. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78.

_____. A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI, M.D. e FRANTZ, T.R. **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul, 1957-1984**. Porto Alegre (RS): Fundação de Economia e Estatística, 1988, p. 35-111.

DICIONÁRIO **Houaiss** da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-45, 2006.

_____. **Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil**. Documento de Trabajo N° 26. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile, 2009.

FLEXOR, Georges; KATO, Karina Yoshie Martins. **Políticas de Promoção dos Biocombustíveis e Agricultura Familiar**: o que sugerem as recentes experiências internacionais? 2014 (mimeo).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Org). Tradução: Roberto Machado. 1ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUILLEUX, Ève. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 19, n. 1, p. 88-125, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36.^a ed. 2003 1.^a ed. Edições Paz e Terra: Rio de Janeiro: 1970, 184 p.

FOUILLEUX, Eve. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 1, 2011: 88-125.

GALINDO, Emerson Luiz. **Mídia comenta IDH mas esquece índice de Gini que indica o nível de desigualdade de renda**. Amo Venturosa: 2013. Disponível em: <<https://emersonluizgalindo.blogspot.com/2013/07/midia-comenta-idh-mas-esquece-indice-de.html?m=1>> Acesso em: 20 jun. 2018.

GERSCHMAN, Sílvia. 1995. **A democracia Inconclusa**. Um estudo da Reforma Sanitária Brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, V. 3, n. 2. p. 57-63, mar/abr., 1995.

GOOGLE MAPS. **Mapas**. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/search/google+maps/@-8.8856332,-36.47835,14z/data=!3m1!4b1>> Acesso em: 27 jun. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Governança democrática e poder local**. A experiência dos conselhos municipais no Brasil. Revan. Rio de Janeiro, 2004.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo (SP): Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 1999.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

_____.; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Vol. 52, Supl. 1, p. Brasília, 2014.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2.

HAESBAERT, Rogério. **A (Des)Ordem mundial, os blocos de poder e o sentido da crise**. Terra Livre, v 9, p. 103-128. São Paulo: 1991.

_____. Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade. In. HEIDRICH, Alvaro Luiz. et al. (Orgs.) **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

_____. **O mito da desterritorialização**: do „fim dos territórios“ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo. Loyola. 1992.

HERRIGER, N. **Empowerment in der sozialen Arbeit**: eine Einführung. 3. ed. Stuttgart: Kohlhammer, 2006.

INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste Meridional de Pernambuco** – PTDRS. Garanhuns, 2011. 101p

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Áreas sociais sofrem cortes, e Temer já indica perdas previdenciárias e trabalhistas**. São Leopoldo: IHU, 2016.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA / SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Avaliação do programa de apoio ao pequeno produtor rural** – PAPP. Recife: SUDENE, 1996.

JAMENSON, Frederic. **A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo. Ed. Ática. 1996.

JORNAL DO COMMERCIO. **Estado anuncia ações para ajudar bacia leiteira durante estiagem**. Recife, 2012. Disponível em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2012/05/18/estado-anuncia-acoes-para-ajudar-bacia-leiteira-durante-estiagem-42502.php>> Acesso em: 24 out. 2018

KAGEYAMA, Angela. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília (DF): IPEA, v. 1, 1990, p. 113-223.

KLEBA, Maria Elizabeth; WENDHAUSEN, Águeda. **Empoderamento**: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde e Sociedade, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos 50. In Marcos Cezar de Freitas (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1988. pp. 355- 374.

LABRA, Maria Eliana; FIGUEIREDO, Jorge St. Aubyn de. **Associativismo, participação e cultura cívica**. O potencial dos conselhos de saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 7(3):537-547, 2002.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar I**: uma realidade multiforme. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar II**: do mito à realidade. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1999.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Antônio Cândido e os parceiros: para além do dualismo. Florianópolis: **Revista Esboços**, v. 13, n. 15, 2006.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Vozes, Petrópolis, 2000.

_____. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: Ferreira, Jorge e Reis, Daniel Aarão. **Revolução e democracia**. Civilização Brasileira (Col. As esquerdas no Brasil, v. 3). Rio de Janeiro, 2007.

MADRIGAL, Alexis. **Os Conselhos de Políticas Públicas à luz da Constituição Federal de 1988**. Jus Navigandi. Artigos. Teresina, 2015.

MALUF, Renato Sergio. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE, P. Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MANOSSO, Radamés. **O valor do salário mínimo nos últimos vinte anos**. Evolução do salário mínimo corrigido pela inflação. Palavras. 2014. Disponível em: <<http://radames.manosso.nom.br/palavras/politica/o-valor-real-do-salario-minimo-nos-ultimos-vinte-anos/>> Acesso em: 20 jun 2018.

MARQUES, Mariana Pasqual. **Construção do campo da educação popular no Brasil**: história e repertórios. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo (SP), 2008.

MENEZES, Francisco. **Participação social no Fome Zero**: a experiência do CONSEA. In: GRAZIANO DA SILVA, J. DEL GROSSI, M. E. e FRANÇA, C.G. **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília (DF): MDA, 2010, p.247-264.

MESZAROS, Istvan. **A necessidade do controle social**. Ensaio. São Paulo, 1987.

MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto. Agricultura familiar no contexto das políticas públicas brasileiras. In: MANZANAL, M. e NEIMAN, G. **Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos**. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p. 61-77.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 16 ed. São Paulo, Hucitec, 1998.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002. 156p.

NAVARRO, Zander; CAMPOS, Silvia Kanadani. A "pequena produção rural" no Brasil. In: Centro de Gestão e estudos Estratégicos (CGEE). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário Brasileiro**: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013, p. 13-27.

NIEDERLE, Paulo André. **Compromissos para a qualidade**: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro, 2011.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento ("empowerment")**. São Paulo: Instituto Polis, 2003.

OLIVAL, Alexandre; SPEXOTO, Andrezza; RODRIGUES, José. Participação e cultura política: os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável no território Portal da Amazônia. **Revista de Sociologia e Economia Rural**, v. 45, n. 4, p. 1.013-1.035, out./dez. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO / INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. **Negócios solidários em cadeias produtivas**: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável / pesquisa e texto Luiz Eduardo Parreiras. – Rio de Janeiro: IPEA : ANPEC : Fundação Banco do Brasil, 2007.

PEREIRA, Romilson Rodrigues. Desenvolvimento sustentável: paradigmas, conceitos, dimensões e estratégias. **Revista do TCU**. Set/Dez 2012.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2011.

PINTO, Luiz Claudio Guedes. Notas sobre a política de crédito rural. In: **Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, 3, 1978, Anais... São Paulo (SP): SBPC, 1978.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRESOTO, Lúcia Helena; WESTPHAL, Márcia Faria. **A Participação Social na Atuação dos Conselhos Municipais de Bertioga** – SP. Saúde e Sociedade, vol.14 no. 1 São Paulo Jan/Apr. 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Caetés. Rio de Janeiro, PNUD/IPEA/FJP: 2003. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/caetes_pe> Acesso em: 24 out. de 2018.a.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Tupanatinga. Rio de Janeiro, PNUD/IPEA/FJP: 2003. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/tupanatinga_pe> Acesso em: 24 out. de 2018.b.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Itaíba. Rio de Janeiro, PNUD/IPEA/FJP: 2003. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaiba_pe> Acesso em: 24 out. de 2018.c.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. São Bento do Una. Rio de Janeiro, PNUD/IPEA/FJP: 2003. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-bento-do-una_pe> Acesso em: 24 out. de 2018.d.

PRORURAL (Pernambuco). **Antecedentes Históricos**. Recife, 2018. Disponível em: <<http://prorural.pe.gov.br/o-prorural/historico/>> Acesso em: 07 jun. 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, Roberto Jany. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985. 286p.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 2010.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SAYAGO, Doris. Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial: entre a participação e a representação **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR v. 3, n. 4 (número especial), p. 9-21, nov/2007, Taubaté, SP, Brasil.

SANTOS, Ednia Patrícia Silvestre dos; RAMALHO, Rosângela Palhano. **A participação da sociedade civil nos conselhos municipais de Araruna: exercício de cidadania?** 2011. 21p. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduando *lato sensu* Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SANTOS, Fabio Pereira. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil.** Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-SP). São Paulo (SP), 2011.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. SOUZA, M.A.A. SILVEIRA, M.L. (Org.) **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo, Hucitec/ANPUR, 1994.

SAUBORIN, Eric. Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, Eric e Teixeira, Olívio (orgs). **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais - Conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA. pp. 21-37), 2002.

SCHIAVO, Márcio Ruiz; MOREIRA, Eliesio N. **Glossário social mais que uma fonte de conhecimento, uma ferramenta indispensável de ação social.** Rio de Janeiro: Comunicarte, 2004.

SCHMITT, Claudia Job. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Z. **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre (RS): Ed. da Universidade, 1996, p. 189-226.

SCHNEIDER, Sérgio. y CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil.** Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile: 2013.

_____; SHIKI, Shigeo e BELIK, Walter. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. **Rivista di economia agraria**, a. LXV, n. 2, p. 225-259, 2010.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de economia política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL; PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Caetés**, estado de Pernambuco / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.a.

_____. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Itaíba**, estado de Pernambuco / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.c.

_____. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de São Bento do Una**, estado de Pernambuco / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.d.

_____. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Tupanatinga**, estado de Pernambuco / Organizado [por] João de Castro Mascarenhas et al. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.b.

SILVA, Carla Holanda da. Território: uma combinação de enfoques – material simbólico e espaço de ação social. **Revista Geografar**. Curitiba, v.4, n.1, p.98-115, jan./jun. 2009.

SILVA, Carmem; MARTÍNEZ, Maria Loreto. **Empoderamiento**: proceso, nivel y contexto. *Psykhé*, Santiago/Chile, v. 13, n. 1, p. 29-39, mai. 2004.

SILVA, Danielly Martins Barbosa da, *et al.* **O papel do ProRural nas articulações com as Redes Sociais**: conselho de desenvolvimento, associações e fóruns. 2011. 11 f. Trabalho apresentado no Curso de formação em Gestão Pública, Acesso à Água e Convivência com o Semiárido FGP/ SAN – AGUAS – CISTERNAS / 2011 para conclusão do Modulo 1.

SILVA, Macelo Kunrath; SCHMITT, Claudia Job. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 36, 2012, Águas de Lindóia (SP), Anais... Águas de Lindóia (SP): ANPOCS, 2012.

SOUZA, Celina. **Governos locais e gestão de políticas sociais universais**. São Paulo em perspectiva, 18(2): 27-41, 2004.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e sistema político**: os desafios da participação. São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP, 2005.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Geosp – Espaço e Tempo**. São Paulo, n.115, 2004, p.119-126.

VASCONCELLOS, Eduardo Mourão. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teoria e estratégias**. São Paulo: Paulus, 2003.

VEIGA, José Eli. A face territorial do desenvolvimento. **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 3, N. 5, p. 5-19, Set. 2002.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo/Hucitec, 1991.

WACQUANT, Loïc. **Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes** - Loïc Wacquant - Tradução de Sergio Lamarão. - Novos estud. - CEBRAP no. 96 São Paulo July 2013.

WALLERSTEIN, Nina. Empowerment to reduce health disparities. **Scandinavian Journal of Public Health**, England, v. 59, supl., p. 72-7, 2002.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

ZAOUAL, Hassan. **O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas**. OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 9, n. 1, pp. 13-39, 2010.

ANEXO

ANEXO 1 – Objetivos, finalidades e competências estatutárias dos Conselhos de Caetés, Itaíba, Tupanatinga e São Bento do Una.

ANEXO 2 – Instituições que compõem os Conselhos de Caetés, Itaíba, Tupanatinga e São Bento do Una.

ANEXO 3 – Lei 374/2017 – Tupanatinga – Doação de Sede para o Conselho.

ANEXO 4 – Lei 011/2009 – Tupanatinga – Transforma o Conselho em Instituição de Utilidade Pública.

ANEXO 1 – Objetivos, finalidades e competências estatutárias dos Conselhos de Caetés, Itaíba, Tupanatinga e São Bento do Una.

Nome: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caetés.

Objetivos/Finalidades

- a) Atuar como instrumento autônomo de articulação e mobilização social, buscando exercer a prática da participação e da Integração com outros atores, entidades e órgãos com foco no desenvolvimento local sustentável;
 - b) Atuar como mecanismo institucional de controle das políticas públicas e projetos implantados no município;
 - c) atuar como mecanismo institucional na implantação de políticas públicas, programas e projetos.
-

Compete ao Conselho

- a. Elaborar e aprovar o plano anual de trabalho do Conselho;
 - b. Promover e divulgar os programas e projetos, informando sobre diretrizes, critérios e procedimentos;
 - c. Identificar e cadastrar as Comunidades a serem beneficiadas com os programas e projetos, de acordo com os critérios pré-estabelecidos;
 - d. Receber, autorizar e priorizar as propostas de ações de projetos;
 - e. Submeter aos órgãos e entidades financiadoras os projetos aprovados pelo conselho;
 - f. Acompanhar e supervisionar a implantação dos projetos aprovados e aplicação dos recursos;
 - g. Informar e esclarecer sobre as diretrizes, critério, regras e procedimentos operacionais do Conselho;
 - h. Acompanhar o processo de liberação de recursos junto aos órgãos e entidades financiadoras;
 - i. Acompanhar a liberação dos recursos e execução dos projetos aprovados, verificando o desempenho das associações, O resultado dos subprojetos, bem Como orienta-las em relação às prestações de Contas dos projetos;
 - j. Identificar as necessidades e apoiar a promoção de assistência técnica às Comunidades;
 - k. Participar dos Treinamentos e cursos de capacitação promovidos pelos órgãos e entidades financiadoras;
 - l. Disponibilizar aos órgãos e entidades financiadoras as informações quando solicitadas;
 - m. Reformular o estatuto, quando for o caso e de acordo com as normas legais e estatutárias;
 - n. Estimular a participação de entidades associativas existentes no município, que compõe, com direito a voz.
-

Nome: Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tupanatinga

Objetivos/Finalidades

1. Atuar como instrumento autônomo de articulação e mobilização social, buscando exercer a prática da participação e da Integração com outros atores, entidades e órgãos com foco no desenvolvimento local sustentável;
 2. Atuar como mecanismo institucional de controle social das políticas, programas e projetos implantados no município;
 3. Atuar como mecanismo institucional na implantação dos programas e projetos.
-

Compete ao Conselho

- a) Elaborar e aprovar o plano anual de trabalho do Conselho;
 - b) Promover e divulgar os programas e projetos, informando sobre diretrizes, critérios e procedimentos;
 - c) Identificar e cadastrar as Comunidades a serem beneficiadas com os programas e projetos, de acordo com critérios pré-estabelecidos;
 - d) Receber, aprovar e priorizar as propostas de ações e projetos;
 - e) Submeter aos órgãos e entidades financiadoras os projetos aprovados pelo conselho;
 - f) Acompanhar e supervisionar a implantação dos projetos aprovados e aplicação dos recursos;
 - g) Informar e esclarecer sobre as diretrizes, critérios, regras e procedimentos operacionais do Conselho;
 - h) Acompanhar o processo de liberação dos recursos junto aos órgãos e entidades financiadoras;
 - i) Acompanhar as liberações dos recursos, licitações e execução dos projetos aprovados, verificando o desempenho das associações, o resultado dos subprojetos, bem Como orienta-las em relação às prestações de Contas dos projetos;
 - j) Identificar as necessidades e apoiar a promoção de assistência técnica às Comunidades;
 - k) Participar dos Treinamentos e cursos de capacitação promovidos pelos órgãos e financiadoras;
 - l) Disponibilizar aos órgãos e entidades financiadoras as informações quando solicitadas;
 - m) Reformular o estatuto quando for o caso e de acordo com as normas legais e estatutárias;
 - n) Estimular a participação de entidades associativas existentes no município, que não compõe o conselho, com direito a voz.
-

Nome: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Itaíba

Objetivos/Finalidades

1. Atuar como instrumento autônomo de articulação e mobilização social, buscando exercer a prática da participação e da Integração com outros atores, entidades e órgãos com foco no desenvolvimento local sustentável;
 2. Atuar como mecanismo institucional de controle social das políticas, programas e projetos implantados no município;
 3. Atuar como mecanismo institucional na implantação dos programas e projetos.
-

Compete ao Conselho

- a. Elaborar e aprovar o plano anual de trabalho do Conselho;
 - b. Promover e divulgar os programas e projetos, informando sobre diretrizes, critérios e procedimentos;
 - c. Identificar e cadastrar as Comunidades a serem beneficiadas com os programas e projetos, de acordo com critérios pré-estabelecidos;
 - d. Receber, aprovar e priorizar as propostas de ações e projetos;
 - e. Submeter aos órgãos e entidades financiadoras os projetos aprovados pelo conselho;
 - f. Acompanhar e supervisionar a implantação dos projetos aprovados e aplicação dos recursos;
 - g. Informar e esclarecer sobre as diretrizes, critérios, regras e procedimentos operacionais do Conselho;
 - h. Acompanhar o processo de liberação dos recursos junto aos órgãos e entidades financiadoras;
 - i. Acompanhar as liberações dos recursos e execução dos projetos aprovados, verificando o desempenho das associações, o resultado dos projetos, bem como orientá-las em relação às prestações de Contas dos projetos;
 - j. Identificar as necessidades e apoiar a promoção de assistência técnica às Comunidades;
 - k. Participar dos Treinamentos e cursos de capacitação promovidos pelos órgãos e financiadoras;
 - l. Disponibilizar aos órgãos e entidades financiadoras as informações quando solicitadas;
 - m. Reformular o estatuto, quando for o caso e de acordo com as normas legais e estatutárias;
 - n. Estimular a participação de entidades associativas existentes no município, que não compõe o conselho, com direito a voz.
-

Nome: Conselho de Desenvolvimento Municipal de São Bento do Una

Objetivos/finalidade

1. Atuar como mecanismo institucional de controle social e na implantação das políticas públicas, programas e projetos de combate à pobreza Rural, implantados no município.

Parágrafo único: considerando como política pública, especialmente as questões da reforma agrária, de forma a fixar no mínimo 80% de Trabalhadores Rurais do município em cada projeto; viabilizar e democratizar as questões do PRONAF, condicionar recursos financeiros a realização de práticas que assegurem a conservação ambiental; promover diversificações da economia onde se aproveita a biodiversidade abrindo as perspectivas de desenvolvimento Rural sustentável.

Compete ao Conselho

- a) Elaborar e aprovar o plano anual de trabalho do Conselho;
 - b) Promover e divulgar os programas, informando sobre diretrizes, critérios e procedimentos;
 - c) Identificar e cadastrar as Comunidades a serem beneficiadas com os programas de acordo com critérios pré-estabelecidos;
 - d) Receber, aprovar e priorizar as Propostas dos subprogramas dos projetos;
 - e) Submeter os projetos aprovados pelo conselho entidades credoras dos subprojetos;
 - f) Acompanhar e supervisionar a implantação dos projetos aprovados e aplicação dos recursos;
 - g) Informar esclarecer sobre as diretrizes, critérios, regra procedimentos operacionais do Conselho;
 - h) Acompanhar o processo de financiamento junto às entidades;
 - i) Acompanhar as liberações dos recursos e execuções dos subprojetos aprovados, verificando o desempenho das associações, o resultado dos subprojetos, bem como orientá-las em relação às prestações de Contas dos subprojetos;
 - j) Identificar as necessidades e apoiar a promoção de assistência técnica às comunidades beneficiárias com os subprojetos;
 - k) Participar dos Treinamentos e cursos de capacitação promovidos pelas entidades;
 - l) Fornecer às entidades todas as informações quando solicitadas;
 - m) Reformular o estatuto, quando for o caso e de acordo com as normas legais e estatutárias;
 - n) Estimular a participação de entidades associativas existentes no município que não compõe o conselho, com direito a voz.
-

ANEXO 2 – Instituições que compõem os Conselhos de Caetés, Itaíba, Tupanatinga e São Bento do Una.

Composição do CMDRS de Caetés.

Nº	INSTITUIÇÕES
1	Prefeitura Municipal de Caetés
2	Poder legislativo de Caetés
3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caetés
4	Igreja Católica
5	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Caetés - APEPROCA
6	Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida - Assentamento Mulungu
7	Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Sítio Piador
8	Associação Comunitária Leonardo Marcelino
9	Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida - Sítio Várzea do Tatu
10	Associação Comunitária José Mendes
11	Associação Comunitária Várzea da Espera
12	Associação Rural Comunitária dos Moradores da Cachoeira
13	Associação Rural José Arcemínio
14	Associação dos Amigos da Rua Nova de Caetés
15	Associação Comunitária do Sítio Malhada da Arara
16	Associação Comunitária Santa Joana D'Arc
17	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Sítio Laguinha
18	Associação Comunitária do Sítio Riacho Fundo
19	Associação Comunitária Rural do Riacho das Porteiras
20	Associação Rural do Sítio Laje de Pedra
21	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Quati
22	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Nossa Senhora das Dores
23	Associação dos Agricultores da Agricultura Familiar de Caetés
24	Associação Comunitária do Sítio Pau Berno
25	Associação de Desenvolvimento Rural Comunitário da Várzea Comprida e Adjacências
26	Associação dos Produtores Rurais do Sítio Macambira
27	Associação dos Produtores Rurais do Sítio Várzea Suja
28	Associação Rural Comunitária São Bernardo
29	Associação dos Agricultores Familiares do Sítio Queimada Grande e Adjacências
30	Associação de Desenvolvimento Rural São Sebastião
31	Associação Quilombola de Atoleiro (ASSQUIATO)
32	Associação do Desenvolvimento Rural Comunitário do Sítio Toquinho e Adjacências
33	Associação das Mulheres da Barroca
34	Associação Comunitária São José do Sítio Campo Alegre
35	Associação Comunitária do Sítio Alegre e Adjacências
36	Associação Comunitária do Sítio Quitongas

Fonte: CMDRS Caetés, 2018.

Composição do CDM de Tupanatinga

Nº	INSTITUIÇÕES
1	Prefeitura Municipal de Tupanatinga
2	Câmara Municipal de Vereadores de Tupanatinga
3	Igreja Evangélica assembleia de Deus
4	Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA
5	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tupanatinga – STR (FETAPE)
6	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno produtor (CEDAPP)
7	Cáritas Paroquial Santa Clara de Assis
8	Associação Comunitária da Baixa Grande
9	Associação Comunitária dos Agricultores de Minador
10	Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores Familiares do Sítio Cafundó e Saguim
11	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Sítio Carié
12	Associação de Desenvolvimento Rural do Sítio Mandacaru
13	Associação de Desenvolvimento Rural do Sítio Ruzia
14	Associação dos Agricultores Boa Esperança
15	Associação dos Agricultores do Sítio Barra do Mota
16	Associação dos Agricultores do Sítio Brejo de Fora
17	Associação dos Agricultores do Sítio Canela
18	Associação dos Agricultores do Sítio Laranja
19	Associação dos Agricultores do Sítio Pilões
20	Associação dos Agricultores do Sítio Poço da Divisão
21	Associação dos Agricultores do Sítio Prazeres
22	Associação dos Agricultores do Sítio Sapato
23	Associação dos Agricultores e Pecuaristas do Sítio Viana e Abrangência
24	Associação dos Agricultores e Produtores de Leite do Sítio Lagoa de Baixo
25	Associação dos Moradores do Sítio Baixa Funda
26	Associação dos Moradores Rurais Nova Liberdade dos Sítios Cafundó, Anastácio e Pau Ferrinho
27	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Gritos
28	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Sanharó
29	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Pilões
30	Associação Rural Comunitária do Sítio Lopes

Fonte: CMD Tupanatinga, 2018.

Composição do CMDR de Itaíba.

Nº	INSTITUIÇÕES
1	Prefeitura Municipal de Itaíba
2	Câmara Municipal de Itaíba
3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Itaíba – STTR (FETAPE)
4	Cooperativa Mista dos Agricultores familiares de Itaíba e Região ITAÍBA - COOMAFIRE
5	Associação Comunitária das Malhadas
6	Associação Comunitária das Mulheres do Povoado Girau
7	Associação Comunitária das Mulheres do Sítio Estreito
8	Associação Comunitária de Mulheres do sítio Pinhões
9	Associação Comunitária do Assentamento da Fazenda São Miguel
10	Associação Comunitária do Povoado Negras
11	Associação Comunitária do Sítio Brocas e Adjacentes
12	Associação Comunitária do Sítio Cabelo
13	Associação Comunitária do Sítio Guaribas 2
14	Associação Comunitária do Sítio Lagoa do Bento
15	Associação Comunitária do Sítio Lagoa do Lageiro
16	Associação Comunitária do Sítio Saco
17	Associação Comunitária do Sítio Sitim
18	Associação Comunitária do Sítio Sobrado
19	Associação Comunitária do Sítio Sobrado II
20	Associação Comunitária dos Moradores do Sítio dos Melos
21	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores de Leite do Angico de Itaíba
22	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Sitio Palha
23	Associação Comunitária dos Sítios Caldeirão da Novilha, Garrote e Mucurané
24	Associação Comunitária dos Sítios Serra do Nóia, Salgadinho, Pedrão e Lamedor
25	Associação Comunitária Riacho Seco 3
26	Associação Comunitária São Tiago
27	Associação dos Agricultores do Assentamento Furna
28	Associação dos Agricultores do Projeto de Assentamento Cachoeirinha
29	Associação dos Apicultores de Itaíba – PE
30	Associação dos Caprinovinocultores de Itaíba
31	Associação dos Moradores do Assentamento Manuino
32	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Esperança
33	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale do Ipanema
34	Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Cacimba do Curral P. A. Brabinho
35	Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Libertação
36	Associação dos Trabalhadores do Assentamento Angico Torto

Fonte: CMDRS Itaíba, 2018.

Composição do CDM de São Bento do Una.

Nº	INSTITUIÇÕES
1	Prefeitura Municipal de São Bento do Una – Secretaria de Agricultura
2	Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA
3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR (FETAPE)
4	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF (FETRAF)
5	Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiar – SINTRAF (FAFER)
6	Associação Comunitária da Fazenda Basílio
7	Associação Comunitária do Quilombo do Serrote do Gado Bravo
8	Associação Comunitária do Sítio Alto do Ponto e Adjacências
9	Associação Comunitária do Sítio Calunga e Tapera
10	Associação Comunitária do Sítio Jiquiri e Adjacências
11	Associação Comunitária do Una do Simão e Adjacências
12	Associação Comunitária dos Agricultores do Sítio Sodré e Adjacências
13	Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores do Sítio Gravatá
14	Associação Comunitária dos Trabalhadores do Sítio Riachão do Gama
15	Associação Comunitária Nova Esperança do Sítio Maniçoba dos Soares
16	Associação Com. Sta. Quitéria dos Peq. Agri. da Vida do Espírito Santo
17	Associação Comunitária Unidos da Muzelinha e Macambira
18	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sítio Segredo e Adjacências
19	Associação de Micro e Pequenos Agricultores Familiares do Sítio Tamanduá I, II e III e Várzea do Alegre.
20	Associação dos Agricultores do Povoado Pimenta
21	Associação dos Agricultores Familiares do Povoado da Jurubeba
22	Associação dos Agricultores Rurais do Sítio Batalha e Adjacências
23	Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Tamanduá
24	Associação dos Pequenos Agricultores e Moradores da Comunidade Zé Bento e Adjacências
25	Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Lagoa do Almeida
26	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Campo Verde
27	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Gama e Vizinhos
28	Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Parceiros do Sítio Açude Novo
29	Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Parceiros do Sítio Armazém
30	Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Rendeiras do Sítio Milho Branco.
31	Associação dos Produtores Rurais do Açude das Capoeiras e Adjacências
32	Associação dos Trabalhadores Rurais da Região de Queimadinha
33	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Luana
34	Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Arrançamento e Adjacências
35	Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Pimentel e Adjacências
36	Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Poço Doce
37	Associação Gildo Soares
38	Associação Produtiva Rural Familiar
39	Associação Unidos da Gameleira e Adjacências

Fonte: CMDRS São Bento do Una, 2018.

ANEXO 3 – Lei 374/2017 – Tupanatinga – Doação de Sede para o Conselho.



Mensagem nº 020/2010. Tupanatinga, 06 de Agosto de 2010.

Senhor Presidente,

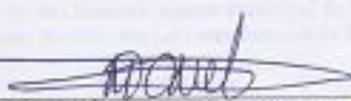
Servimo-nos da presente para encaminhar a apreciação desta Egrégia Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei nº 020/2010, que versa sobre a doação de uma casa para o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tupanatinga (CMDRS) CNPJ: 05.411.713/0001-61, com a finalidade da referida casa funcionar como sede do referido Conselho.

Observando os bons serviços que o Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tupanatinga (CMDRS) vem prestando há 11 (onze) anos a este município e trazendo o Desenvolvimento Rural Sustentável as comunidades rurais.

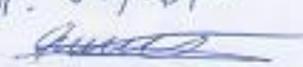
Desta forma, devo esclarecer a importância de apoiarmos o referido Conselho para que o mesmo possa ter definitivamente uma sede própria para discutir, priorizar e aprovar os projetos e políticas pública que beneficiem principalmente os pequenos agricultores do nosso município.

Assim sendo, espero a compreensão dos nobres Vereadores, afim de aprovarem o referido projeto de Lei.

Atenciosamente,


 MANOEL TOMÉ CAVALCANTE NETO – Prefeito –

Exmo. Senhor
 JOAQUIM PEREIRA DE ALMEIDA
 DD. Presidente da Câmara de Vereadores
 Tupanatinga/PE.

RECEBIDO EM
 Tup. 07/08/2010.


Rua Santos Dumont, nº 55 - Centro, Tupanatinga-PE / Telefones: (87) 3856.1156 / 3856.1282
 E-mail: pm_tupanatinga@bol.com.br - CNPJ: 10.108.250.0001-64

LEI Nº 374/2013.

Atende que a Lei nº 374/2013
 foi publicada (a) mediante afixação no
 quadro de avisos da Prefeitura e da Câmara
 de Vereadores, na forma prescrita no Art. 57,
 I, "b", da Constituição do Estado e Art. 88
 da Lei Orgânica Municipal.

Tupanatinga, 27 de fevereiro de 2013.

Soc. de Administração

**EMENDA: FAZ DOAÇÃO DE UMA CASA AO
 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO
 MUNICIPAL DE TUPANATINGA (CMDRS) E
 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUPANATINGA, ESTADO DE
 PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica
 Municipal, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, aprovou e
 EU sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao
**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE TUPANATINGA
 (CMDRS), Com sede na Avenida 31 de Março, 11, centro nesta cidade, com o CNPJ:
 05.411.713/0001-61, UMA CASA, LOCALIZADA EM UM TERRENO COM 5,80
 METROS DE FRENTE COM 28,00 METROS DE FUNDO SITUADA NA
 AVENIDA 31 DE MARÇO, 11, CENTRO, DESTA MUNICÍPIO, REGISTRADA
 NO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS ÀS FOLHAS 60 COM O NÚMERO DE
 REGISTRO 358 DE ESCRITURA DE COMPRA E VENDA.**

Art. 2º - A doação que trata o Art. 1º desta Lei será efetuada mediante
 documentação de transferência de posse do bem onde ficará em nome do Conselho, não
 podendo ser vendido ou trocado por qualquer outro, sem que ocorra autorização do
 gestor e em caso de venda do bem imóvel, o dinheiro será retornado ao poder municipal
 e caso o Conselho de Desenvolvimento deixe de exercer suas funções por qualquer
 motivo, o bem doado retornará a ser patrimônio do município.

Art. 3º - Fica por conta do Conselho de Desenvolvimento Municipal do
 Tupanatinga (CMDRS) as despesas com documentos para transferência da referida casa
 ora doada por força desta Lei.

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em, 27 de fevereiro de 2013.

PUBLIQUE-SE EM

27/02/2013

ASSINATURA

MANOEL TOMÉ CAVALCANTE NETO
 -Prefeito

PUBLICADO EM

27/02/2013

ASSINATURA

ANEXO 4 – Lei 011/2009 – Tupanatinga – Transforma o Conselho em Instituição de Utilidade Pública.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE TUPANATINGA
Casa José Jackson Galvão de Melo

Projeto de Lei Ordinária Nº 011/2009

EMENTA: Declara de Utilidade Pública o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE TUPANATINGA - PE (CMDRS)

Eu Idelfonso José de Lima Vereador desta CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUPANATINGA, Estado de Pernambuco Apresento para deliberação desta colenda Câmara de Vereadores a seguinte Lei:

Artigo 1º - É declarada de Utilidade Pública do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE TUPANATINGA — PE (CMDRS) CNPJ 05.411.713/0001-61, com sede na Av. 31 de Março nº 11 Bairro Centro Tupanatinga-PE.

Art. 2º A entidade distinguida, salvo motivo justo, a critério do Chefe do Poder Executivo, deverá apresentar até o dia 30 de março de cada ano, ao órgão competente da Prefeitura Municipal de Tupanatinga, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente.

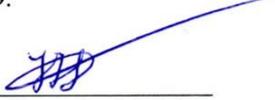
Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Justificativa:

O Conselho de Desenvolvimento de Tupanatinga — PE (CMDRS) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminado, situada na Av. 31 de Março nº 11, Centro de Tupanatinga, Estado de Pernambuco com finalidade de:

- a) Atuar como instrumento de articulação e mobilização social, buscando exercer a prática da participação e da integração com outros atores, entidades e órgãos com foco no desenvolvimento local sustentável;
- b) atuar como mecanismo institucional de controle social das Políticas, Programas e Projetos implantados no município;
- c) Atuar como mecanismo institucional na implantação dos programa e projetos

Tupanatinga, em 25 de agosto de 2009.


 Idelfonso José de Lima
 Vereador

Recebido em
24/08/09
JFAS

TUPANATINGA MAIS FORTE.

Pça. Cel. José Emilio de Melo, 04 - Tupanatinga - PE - CNPJ 11.476.421/0001-00
 Fone: (87) 3856-1197 / Fax: (87) 3856-1284